

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2017

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – PTdoB – PROS)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Arnaldo Silva Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – PHS – PTC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa Deputado Antonio Lerin

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PP -- PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Bonifácio Mourão Deputado Dilzon Melo Deputado João Leite Deputado Luiz Humberto Carneiro Deputado Tito Torres

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira

Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Gustavo Santana
--

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	

Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado		
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado		
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	

Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
-------------------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente

Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Bosco	PV – BCMG	

Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	

Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM
--------------------------	-------------

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente

Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	

Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM
Deputado Gil Pereira	PP – BVC

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

- 1 – EMENDA À CONSTITUIÇÃO**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Reuniões de Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 – Comissões
- 5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



EMENDA À CONSTITUIÇÃO

EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 95, DE 11 DE JULHO DE 2017

Altera o art. 116 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do § 4º do art. 64 da Constituição do Estado, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º – O art. 116 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 116 – É vedada a percepção de acréscimo pecuniário em razão exclusiva do tempo de serviço ao servidor que tenha ingressado no serviço público após a publicação da Emenda à Constituição do Estado nº 57, de 15 de julho de 2003, excetuados o disposto nos §§ 3º e 5º do art. 31 da Constituição do Estado e no § 1º do art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o Adicional de Valorização da Educação Básica – Adveb –, instituído pela Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015, atribuído mensalmente aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, no valor de 5% (cinco por cento) do vencimento a cada cinco anos de efetivo exercício, contados a partir de 1º de janeiro de 2012.”

Art. 2º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 11 de julho de 2017; 229º da Inconfidência Mineira e 196º da Independência do Brasil.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Lafayette de Andrada – 1º-Vice-Presidente

Deputado Dalmo Ribeiro Silva – 2º-Vice-Presidente

Deputado Inácio Franco – 3º-Vice-Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

Deputado Arlen Santiago – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE AS INDICAÇÕES NºS 26 A 37/2016, DOS SEGUINTE NOMES, PARA COMPOR A CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: ÂNGELO FILOMENO PALHARES LEITE, ELTON DIAS XAVIER, MARIA ELIZABETH DE GOUVEA, TÂNIA MARTA MAIA FIALHO, WALTER COELHO DE MORAES, EDUARDO SOARES DE OLIVEIRA, HELVIO DE AVELAR TEIXEIRA, JOSÉ RICARDO CEZAR DE ALMEIDA MELLO, MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, PATTERSON PATRICIO DE SOUZA, SIMÃO PEDRO PINTO MARINHO E LANA MARA DE CASTRO SIMAN, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/12/2016

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Duarte Bechir (substituindo a deputada Arlete Magalhães, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Marília Campos e o deputado Agostinho Patrus Filho. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública dos indicados, apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os indicados para compor a Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação: Ângelo Filomeno Palhares Leite, Elton Dias Xavier, Maria Elizabeth de Gouvea, Tânia Marta Maia Fialho, Walter Coelho de Moraes, Eduardo Soares de Oliveira, Helvio de Avelar Teixeira, José Ricardo Cezar de Almeida Mello, Maria das Graças de Oliveira, Patterson Patricio de Souza e Simão Pedro Pinto Marinho e proceder a sua arguição pública,

conforme consta nas notas taquigráficas. Registra-se a saída do deputado Duarte Bechir e a presença do deputado Anselmo José Domingos (substituindo a deputada Arlete Magalhães, por indicação da liderança do BCMG). A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Indicação nº 37/2016 é retirada da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, das Indicações nºs 26 à 36/2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de dezembro de 2016.

Durval Ângelo, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/4/2017

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino e Emidinho Madeira, membros da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; os deputados Felipe Attiê e João Leite, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Estão presente, também, os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Inácio Franco e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as melhorias necessárias aos processos de inspeção e fiscalização de produtos de origem animal no Estado, os impactos econômicos e o mapeamento dos lotes irregulares fornecidos pelas empresas envolvidas na operação Carne Fraca da Polícia Federal. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Antônio Arantes Pereira, chefe substituto do Serviço de Inspeção de Produto de Origem Animal da Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais, representando Blairo Borges Maggi, ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Pedro Cláudio Coutinho Leitão, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Leônidas Vicente da Silva Maciel, vice-prefeito de Brumadinho e presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Carnes, Derivados e do Frio no Estado de Minas Gerais – Sinduscarne; Guilherme Rabelo, assessor, representando Wilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg; Altino Rodrigues Neto, superintendente técnico, representando Roberto Simões, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg; Marcílio de Sousa Magalhães, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA; Rodrigo Filgueira de Oliveira, promotor de justiça de Defesa do Consumidor de Belo Horizonte, representando Marcos Tofani Baer Bahia, procurador de justiça e coordenador de Planejamento Institucional do Ministério Público de Minas Gerais; Amauri Artimos da Matta, promotor de justiça coordenador do Procon Estadual; Antônio Carlos Vasconcelos Costa, presidente da Associação dos Avicultores de Minas Gerais – Avimig; Flávio Marcos Lemos Viegas, membro do Comitê de Segurança Alimentar da Amis, representando Luiz Alexandre Brognaro Poni, presidente da Associação Mineira de Supermercados – Amis; Kleber Eduardo da Silva Baptista, coordenador da Divisão de Vigilância Sanitária e Ambiental do Instituto Octávio Magalhães, representando Valéria Regina Martins Vieira, chefe do Serviço de Gerenciamento de Amostras da Fundação Ezequiel Dias – Funed; Leandro Esteves Vasconcelos, fiscal sanitário municipal de nível superior e referência técnica em alimentos da Vigilância Sanitária da Prefeitura de Belo Horizonte; e Pedro Aurélio Conde Baêta da Costa, assessor jurídico, representando Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia. O presidente tece suas considerações iniciais, como autor do requerimento que deu origem ao debate, e em seguida concede a palavra aos deputados Felipe Attiê, Inácio Franco e Sargento Rodrigues, também autores do citado requerimento para suas considerações

iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/5/2017

Às 16h9min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Elismar Prado e Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Glaycon Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.332/2016, que recebeu parecer por sua aprovação (relator: deputado Glaycon Franco). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.133 e 7.240/2017. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.873 e 3.899/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº nº 8.551/2017, dos deputados Bosco, Elismar Prado e Dirceu Ribeiro, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Cultura voto de congratulações pelo lançamento do Edital 2017 da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, com valor recorde desde a vigência da referida lei. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2017.

Bosco, presidente – Carlos Pimenta – Glaycon Franco.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ACERTO DE CONTAS ENTRE MINAS E A UNIÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/6/2017

Às 14h24min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Tadeu Martins Leite e Roberto Andrade (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tadeu Martins Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, em 8/6/2017: ofício do Sr. Jésus do Rosário dos Santos, presidente da Câmara Municipal de Ferros, encaminhando moção de apoio à iniciativa desta Casa de fomentar o movimento de acerto de contas entre a União, os estados e os municípios mineiros. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.687/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública, com a presença do deputado federal Reginaldo Lopes, para debater o Projeto de Lei Complementar Federal nº 362/2017, que tramita na Câmara Federal e dispõe

sobre a regulamentação do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que trata da compensação financeira devida pela União aos estados e ao Distrito Federal pela desoneração tributária das exportações de produtos primários e semielaborados;

nº 8.694/2017, dos deputados Rogério Correia e Tadeu Martins Leite, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a importância dos movimentos sociais nas discussões sobre o acerto de contas entre o Estado e a União e o impacto da perda da receita tributária ocasionada pela desoneração do ICMS promovida pela Lei Kandir;

nº 8.701/2017, dos deputados Tadeu Martins Leite, Cássio Soares, Durval Ângelo, Felipe Attiê e Rogério Correia, em que requerem seja realizada visita à Câmara dos Deputados, em Brasília, para conhecer os trabalhos da comissão especial destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei Complementar Federal nº 221, de 1998, que altera a Lei Kandir.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 2017.

Durval Ângelo, presidente – Geraldo Pimenta – Rogério Correia.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/6/2017

Às 15h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Antonio Carlos Arantes, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos deputados presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as condições da comercialização do alho e da segurança dos comerciantes que atuam nessa área na CeasaMinas, em Contagem. A seguir, comunica o recebimento da correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 20/5/2017: ofício da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.831/2016. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Rosiane Padilha, sócia-proprietária do estabelecimento Alho Campeão – Contagem; e os Srs. Sérgio Mendes, chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Contagem, representando Alexis José Ferreira de Freitas, prefeito; Maj. PM Carlos Eduardo Caetano Itabirano, subcomandante do 18º Batalhão de Polícia Militar, representando o Cel. PM Mauro Lúcio de Moura Alves, comandante da 2ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais – Contagem; Christiano Augusto Xavier Ferreira, delegado titular Regional de Contagem, representando Kleiverson Rezende, chefe do 2º Departamento de Polícia Civil – Contagem; Marcelo Lana Franco, diretor técnico operacional da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A., representando Gustavo Alberto França Fonseca, presidente; Laerte Roberto Gestich, vice-presidente da Associação Comercial da Ceasa de Minas Gerais – ACCeasa, representando Emílio Brandi Félix, presidente; Ronaldo Marinho Teixeira, diretor de Projetos e Gestão da Superintendência de Fiscalização da Subsecretaria da Receita Estadual, representando Marcelo Hipólito Rodrigues, superintendente de Tributação; Albeck Braga, sócio-proprietário do estabelecimento Alho Campeão – Contagem; e Ladislau Jerônimo de Melo, presidente da Associação dos Produtores das Ceasas de Minas Gerais. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra ao deputado Duarte Bechir, também autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Isauro Calais – Bosco.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/6/2017

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Leonídio Bouças, Rogério Correia, Luiz Humberto Carneiro, Elismar Prado, Felipe Attiê e Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação do Ipsemg em Uberlândia, tendo em vista a falta de hospital credenciado para atendimento nesse município. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, às 15h45min, passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Abadia de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais; Elaine Cristina Ribeiro, coordenadora da Subseção do Sind-UTE de Uberlândia; Antonieta de Cássia Dorledo Faria, diretora do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores Ninas Gerais; e os Srs. Professor Neivaldo, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário; Welinton Prado, deputado federal; Hugo Vocurca Teixeira, presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais; Fernando Rodrigues Martins, promotor de Justiça – 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia; Placidino Stábile de Oliveira, diretor-presidente do Hospital Santa Catarina de Uberlândia; Carlos José Bueno, diretor do Sintder; Geraldo Antônio Henrique da Conceição, diretor e coordenador político do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais; Lecioni Pereira Pinto, diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação representando, Alexandre Paulo Pires, presidente do Conselho de Beneficiários do Ipsemg; Cristiano Gonzaga da Matta Machado, assessor-chefe de Políticas e Regulação de Saúde. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.812/2017, dos deputados Rogério Correia, Arnaldo Silva, Elismar Prado e Leonídio Bouças, em que requerem seja realizada visita à Câmara Municipal de Uberlândia para discutir a deficiência no atendimento hospitalar aos servidores públicos estaduais lotados em Uberlândia e região, sendo convidados para a visita o deputado federal Welinton Prado, dirigentes do Ipsemg, dirigentes de hospitais privados de Uberlândia e representantes dos servidores públicos estaduais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2017.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – Agostinho Patrus Filho – Cristiano Silveira – Doutor Jean Freire.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/6/2017

Às 10h10min, comparece na Sala das Comissões o deputado Fred Costa, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a execução das obras previstas em cronograma da Rodovia BR-040 entre o Anel Rodoviário e o Município de Conselheiro Lafaiete, principalmente em relação à drenagem da pista e à instalação de divisórias, de radares e de tachões luminosos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª

Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Robert Laviola, secretário municipal da Regional Noroeste, representando Alexander Silva Salvador de Oliveira, prefeito de Itabirito; Henri Dubois Collet, diretor de Áreas Protegidas, representando João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas; Thales Pimenta Carvalho, coordenador de Infraestrutura Rodoviária da ANTT, representando Bruno Morelli Faria, coordenador de Exploração de Infraestrutura Rodoviária da ANTT; Adair Evangelista Marques, superintendente de Defesa da Indústria – Sistema Fiemg; José Newton de Faria, vereador de Barbacena; Tércio Tibo, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Lima; e Nilton da Cruz Oliveira, presidente da Associação dos Moradores de Água Limpa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Alencar da Silveira Júnior. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2017.

Paulo Guedes, presidente – Celise Laviola – Douglas Melo.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/6/2017

Às 15h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cristiano Silveira, Sargento Rodrigues e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Retira-se da reunião o deputado Doutor Jean Freire. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 64/2017 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Agostinho Patrus Filho). A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, às 15h28min, estão presentes os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cristiano Silveira, Sargento Rodrigues, Dirceu Ribeiro e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Após discussão e votação, são aprovados os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.069/2015 e 2.078/2015, este forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira); e 4.310/2017 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Agostinho Patrus Filho). Os Projetos de Resolução nºs 32 e 36/2016, os Projetos de Lei Complementar nºs 8, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 41 e 62/2017 e os Projetos de Lei nºs 874, 880, 934, 1.002, 1.053, 1.058, 1.065, 1.077, 2.519/2015 e 3.582/2016 são retirados de pauta, a requerimento do deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.501, 8.770, 8.771, 8.772, 8.773, 8.774, 8.775, 8.776, 8.777, 8.778, 8.779, 8.780, 8.782/2017.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.861/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Lei nº 17.949, de 2008, que institui o Fundo de Apoio Habitacional aos Militares do Estado de Minas Gerais – Fahmemg –, e o Decreto nº 43.846/2004, que institui o programa habitacional – Lares Geraes – Segurança Pública –, em especial quanto à possibilidade de prorrogação dos termos de permissão de uso especial dos imóveis funcionais, tendo em vista que se encontram ocupados por servidores em situação de risco;

nº 8.863/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam realizados os pagamentos devidos à empresa Confiare Soluções Empresariais Eireli – ME, pela prestação do serviço de conservação e limpeza ao 29º BPM/18º RPM e ao 35º BPM/3º RPM;

nº 8.865/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a inadimplência da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, especificamente dos 29º BPM/18º RPM e 35º BPM/3º RPM, quanto à cláusula de pagamento constante nos contratos administrativos firmados com a Confiare Soluções Empresariais Eireli – ME, cujos objetos são a locação de serviços de conservação e limpeza;

nº 8.866/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a que seja determinado que o Cb. PM Luciano José do Nascimento seja transferido do Batalhão de Polícia Rodoviária, com sede em Belo Horizonte, para a cidade de Barbacena, tendo em vista que seu genitor, residente nessa cidade, se encontra com sérios problemas de saúde;

nº 8.871/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia pedido de providências para o atendimento das reivindicações dos professores e servidores da Unimontes, que ameaçam entrar novamente em greve geral em consequência do não cumprimento do termo de acordo celebrado com o governo do Estado em 2016.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2017.

João Magalhães, presidente – Sargento Rodrigues – João Leite – Dirceu Ribeiro.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2017

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Arnaldo Silva, Dirceu Ribeiro, Sargento Rodrigues e João Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes e Isauro Calais. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 21/6/2017: ofício do Sr. Themístocles Filho, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.672/2016, no 1º turno (deputado Cristiano Silveira), Projeto de Lei nº 3.824/2016, no 1º turno (deputado Gustavo Valadares), Projeto de Lei nº 3.561/2016, no 1º turno (deputado João Magalhães). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.361/2017 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Sargento Rodrigues); pela aprovação, no 1º turno, do Projetos de Lei nºs 3.561/2016 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado João Magalhães); e 4.086/2017 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Dirceu Ribeiro). Os Projetos de Lei Complementar nºs 64/2017 e Projetos de Lei nºs 1.069, 2.078, 3.672, 3.824, 3.844/2016; e 4.115, 4.310 e 4.362/2017 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Os Projetos de Lei Complementar nºs 64/2017 e Projetos de Lei nºs 1.069, 2.078, 3.672, 3.824, 3.844/2016; e 4.115, 4.310 e 4.362/2017 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela comissão.

Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.668/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.861, 8.863, 8.865, 8.866 e 8.871/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.940/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comando-geral da PM pedido de providências para que sejam disponibilizadas pistolas de pulsos elétricos dos modelos Taser ou Spark-Condor para as unidades da PMMG dos Municípios de Rio Espera, Rio Manso, Rio Novo, Rio Paranaíba, Rio Pardo de Minas, Rio Piracicaba, Rio Pomba, Rio Preto, Rio Vermelho, Ritópolis, Rodeiro, Romaria, Sabará, Rubim, Rubelita, Rosário da Limeira, Sabinópolis, Salto da Divisa, Salinas, Sacramento, Piedade do Santa Bárbara do Leste, Santa Bárbara do Monte Verde, Presidente Olegário, Prudente de Moraes, Quartel Geral, Queluzito, Raposos, Recreio, Raul Soares, Reduto, Pouso Alegre, Prados, Pratinha, Pouso Alto, Pratópolis, Presidente Bernardes, Prata, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Resende Costa, Resplendor, Ressaquinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Ribeirão das Neves, Ribeirão Vermelho, Rio Acima, Rio Casca, Rio do Prado e Rio Doce (emendado pelo deputado João Magalhães);

nº 8.941/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao comandante Geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja disponibilizado equipamentos de informática para agilizar a confecção de Registro de Eventos de Defesa Social – REDS – nas unidades da PMMG dos Municípios de Angelândia, Andrelândia, Andradas, Amparo da Serra, Alvorada de Minas, Alvinópolis, Alvarenga, Alto Rio Doce, Alto Jequitibá, Alto Caparaó, Alterosa, Alpinópolis, Alpercata, Almenara, Água Boa, Águas Vermelhas, Aimorés, Aiuruoca, Alagoa, Albertina, Além Paraíba, Alfenas, Aguanil, Água Comprida, Baldim, Augusto de Lima, Baependi, Ataléia, Alpercata, Astolfo Dutra, Arinos, Aricanduva, Argirita, Areado, Arcos, Arceburgo, Araxá, Araújos, Araporã, Araçuaia, Aratina, Araguari, Araçuaí, Aracitaba, Araçuaí, Antônio Prado de Minas, Antônio Dias, Antônio Carlos (emendado pelo deputado João Magalhães);

nº 8.942/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao comandante-geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja disponibilizado equipamento de etilômetro, no intuito de garantir a segurança no trânsito e preservação da vida, para as unidades da PMMG dos Municípios de Taquaraçu de Minas, Tabuleiro, Serra Azul de Minas, Senhora de Oliveira, São Roque de Minas, São José do Jacuri, São José da Varginha, São João do Manhuaçu, São Francisco de Paula, Santo Antônio do Jacinto, Santo Antônio do Amparo, Santana de Pirapama, Santa Rita de Minas, Piedade do Santa Juliana, Santa Bárbara do Monte Verde, Salinas, Rochedo de Minas, Rio Acima, Ribeirão das Neves, Resende Costa, Raposos, Quartel Geral, Prata, Porteirinha, Pirajuba, Piedade dos Gerais, Pescador, Paula Cândido, Paracatu, Palmópolis, Nova Lima, Nepomuceno, Natalândia, Muzambinho, Muriaé, Morada Nova de Minas, Monte Santo de Minas, Monte Carmelo, Montalvânia, Moeda, Matutina, Matias Barbosa, Materlândia, Mata Verde, Martinho Campos, Maripá de Minas, Mariana, Mar de Espanha e São Tiago (emendado pelo deputado João Magalhães);

nº 8.943/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja disponibilizado fuzil Taurus, modelos MD2 e MD3, calibres 556 ou 762, para as unidades da PMMG dos Municípios de Camanducaia, Lambari, Heliadora, Gonçalves, Cambuquira, Bueno Brandão, Albertina, Guaxupé, Três Corações, Soledade de Minas, Cássia, Frutal, Ibiá, Sacramento, Araxá, Boa Esperança, Bambuí, São Roque de Minas, Delfinópolis, Munhoz, Itanhandu, São Sebastião do Paraíso, Arceburgo, Andradas, Jacutinga, Consolação, São Bento do Sapucaí, Paraisópolis, Passa-Quatro, Caxambu, São Lourenço, Itajubá, Pouso Alegre, Passos, Poços de Caldas, Extrema, com intuito de garantir a segurança na divisa do Estado de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, tendo em vista, a migração de quadrilhas com

alto poder de fogo, para roubo de carro-forte e explosão de caixa eletrônico nos municípios mineiros (emendado pelo deputado João Magalhães);

nº 8.946/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao comandante Geral da Polícia Militar pedido de providências para que seja disponibilizado motoviatura para as unidades da PMMG dos Municípios de Jeceaba, Águas Formosas, Alvarenga, Alfredo de Vasconcelos, Abadia dos Dourados, Arapuá, Jesuânia, João Pinheiro, Juquitiba, João Pinheiro, Lagamar, Campo Belo, Camanducaia, Cachoeira de Minas, Buenópolis, Belmiro Braga, Descoberto, Bandeira, Baependi, Extrema, Espera Feliz, Engenheiro Caldas, Dolores de Campos, Dom Bosco, Dionísio, Felício dos Santos, Fervedouro, Malacacheta, Franciscópolis, Fortaleza de Minas, Galileia, Goiana, Guaraciama, Heliadora, Ibiraci, Ijaci, Inhaúma, Irai de Minas, Itajubá, Itanhandu, Iturama, Jampruca, Manhumirim, Laranjal, Lima Duarte, Machacalis, Malacacheta, Bicas, Bom Jardim de Minas, Botumirim, Caxambu, Carneirinho, Caranaíba, Capinópolis, no intuito de agilizar o patrulhamento e a garantia da segurança e a ordem pública (emendado pelo deputado João Magalhães).

Com a aprovação dos Requerimentos de Comissão nºs 8.435, 8.940, 8.941, 8.942, 8.943, 8.946/2017, a presidência deixa de receber os demais requerimentos semelhantes de autoria do deputado Cabo Júlio, nos termos do art. 173, III, do Regimento Interno.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.948/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à PMMG pedido de providências para verificar a possibilidade de nomeação dos candidatos excedentes do Curso de Habilitação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais do ano de 2017 – CHO/17 – Edital DRH/CRS nº 17/2016;

nº 8.949/2017, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplog – pedido de providências para verificar a possibilidade de nomeação dos candidatos excedentes do Curso de Habilitação de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais do ano de 2017 – CHO/17 – Edital DRH/CRS nº 17/2016.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as reuniões extraordinárias de 29/6/2017, às 15h45min, para apreciar o parecer sobre emendas ao Projeto de Lei nº 3.844/2016; e de 3/7/2017, às 16 horas, com a finalidade de apreciar parecer sobre emendas ao Projeto de Lei nº 4.148/2017, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de julho de 2017.

João Magalhães, presidente – João Leite – Sargento Rodrigues – Agostinho Patrus Filho – Dirceu Ribeiro – Durval Ângelo – Missionário Márcio Santiago.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2017

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Isauro Calais e Bosco (substituindo o deputado Gustavo Santana, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.938/2017, do deputado Fabiano Tolentino, em que requer seja realizada audiência pública para debater a prática da vaquejada e demais eventos esportivos equestres em Minas Gerais, que passou a ser garantida constitucionalmente com a promulgação da Emenda à Constituição nº 96 pela Mesa do Congresso Nacional;

nº 8.939/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a inserção do Cesa Minas no Programa Nacional de Desestatização – PDN (Privatização), a não renovação do convênio com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – Seapa – na gestão do MLP (Pedra) e sua consequente terceirização, a participação dos produtores rurais nas decisões da gestão do MLP e a aquisição e a cobrança de caixas plásticas para o uso de produtos hortifrutigranjeiros.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Emidinho Madeira – Gustavo Santana – Isauro Calais.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/7/2017

Às 16h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Dirceu Ribeiro, Sargento Rodrigues, Durval Ângelo (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM) e João Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Missionário Marcio Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 4.057/2017, no 2º turno (deputado Agostinho Patrus Filho), Projetos de Lei nºs 3.664, no 2º turno, e 3.843/2016, em turno único (deputado Arnaldo Silva), Projetos de Lei nºs 4.120, no 2º turno, 4.121/2017, no 2º turno, e 3.862/2016, no 1º turno (deputado Cristiano Silveira), Projeto de Lei Complementar nº 42/2015, no 2º turno, Projeto de Lei nº 4.280/2017, no 1º turno (deputado Dirceu Ribeiro), Projeto de Lei nº 3.785/2016, no 1º turno (deputado Gustavo Valadares), Projetos de Lei nºs 3.658/2016, no 1º turno, e 4.048/2017, no 1º turno (deputado João Magalhães). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 42/2015 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Dirceu Ribeiro); no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.664/2016 e 4.057/2017, todos na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Agostinho Patrus Filho, o primeiro em virtude de redistribuição); 4.120 e 4.121/2017, todos na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Sargento Rodrigues, em virtude de redistribuição), no 1º turno, da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 3.844/2016 (relator: deputado Agostinho Patrus Filho); e 3.862/2016 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Dirceu Ribeiro, em virtude de redistribuição). É adiada a discussão do parecer do relator, deputado Dirceu Ribeiro (em virtude de redistribuição), que conclui pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 3.843/2016, no turno único, a requerimento do deputado Sargento Rodrigues. É distribuído em avulso o parecer do relator, deputado Sargento Rodrigues, sobre o Projeto de Lei nº 4.148/2017, que conclui pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Subemenda nº 1. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Dirceu Ribeiro, que conclui pela aprovação da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 4.280/2017, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Durval Ângelo. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.048/2017, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado João Magalhães. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária de 4/7/2017, às 15h15min, e convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias em 4/7/2017, às 11 horas, às 15 horas e às

18 horas, com a finalidade de apreciar os Projetos de Lei n°s 3.985, 3.561, 3.843, 3.844/2016 e 4.086, 4.310, 4.148 e 4.280/2017, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2017.

João Magalhães, presidente – Arnaldo Silva – Sargento Rodrigues – Gustavo Valadares – Cristiano Silveira.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/7/2017

Às 11h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Gustavo Valadares, Sargento Rodrigues e Noraldino Júnior (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Cabo Júlio. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei n°s 3.561 e 3.844/2016, 3.985, 4.086 e 4.310/2017 são retirados de pauta por determinação do presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais. A presidência, nos termos do art. 83, I, c/c art. 46, § 1º, do Regimento Interno, torna sem efeito a designação do deputado Sargento Rodrigues como relator do Projeto de Lei n° 4.148/2017 e designa o deputado Cristiano Silveira, que solicita prazo regimental. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Dirceu Ribeiro, que conclui pela rejeição das Emendas n°s 1 e 2 ao Projeto de Lei n° 3.843/2016, o presidente defere o pedido de vista do deputado Sargento Rodrigues. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião da mesma data, às 15 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2017.

João Magalhães, presidente – Dirceu Ribeiro – Cristiano Silveira – João Leite – Arnaldo Silva – Agostinho Patrus Filho – Sargento Rodrigues.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/7/2017

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Cássio Soares, Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural – Funrural. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Eloísa Helena Carvalho de Freitas Pereira, secretária adjunta da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional, publicado no *Diário do Legislativo* de 22/6/2017. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei n°s 3.995/2017, em turno único (deputado Antonio Carlos Arantes); 4.029/2017, no 1º turno (deputado Fabiano Tolentino); 3.951/2016, em turno único (deputado Gustavo Santana). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Diana da Silva Oliveira, analista sênior; e Isabela Chenna Pérez, assessora da diretoria do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg, representando Ronaldo Ernesto Scucato, presidente; e os Srs. Marcos Montes Cordeiro, deputado federal; Nilson Aparecido Leitão, deputado federal; Francisco Maurício Barbosa Simões, coordenador da Assessoria Jurídica da Federação da

Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg, representando Roberto Simões, presidente; Celso Costa Moreira, diretor executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais – Silemg –, representando João Lúcio Barreto Carneiro, presidente; Marcos César Brunozzi, presidente da Associação dos Produtores de Cana da Região de Campo Florido – Canacampo; Rodrigo Piau, assessor técnico da Canacampo; Diógenes Caixin de Deus, gerente da Associação dos Sindicatos dos Produtores Rurais do Sul de Minas – Assul – Varginha; Carlos Márcio Guapo, presidente do Sindicato Rural de Campo Florido; Domingos Inácio Salgado, presidente do Sindicato Rural de Cássia; Getúlio Carreijo Neto, secretário do Sindicato dos Produtores Rurais de Ibiraci. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente – Emidinho Madeira – Tadeu Martins Leite.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/7/2017

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Conrado Luciano Baptista, vereador do Município de Santos Dumont (21/6/2017), e Domingos Coelho, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (24/6/2017). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.121/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (relator: deputado Arnaldo Silva). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.050/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações solicitando esclarecimento sobre a exigência de laudo médico para disponibilizar professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais, como tradutor e intérprete de libras, guia-intérprete e profissionais de apoio aos alunos com deficiências matriculadas no ensino regular;

nº 9.051/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre a existência de convênio ou contrato de prestação de serviços à instituição Assistência ao Menor Especializada – AME –, bem como sobre os repasses financeiros no ano de 2017, caso exista a parceria;

nº 9.052/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para que, na regulamentação da lei resultante do Projeto de Lei nº 4.361/2017, aprovado nesta Casa, sejam assegurados 10% dos cargos criados na citada proposição para provimento por pessoas com deficiência.

Em seguida, são aprovados os relatórios de visita à Escola Estadual Francisco Sales, com sede no Município de Belo Horizonte (13/6/2017), e à Escola Estadual João Ferreira de Freitas (Nec), com sede no Município de Ibirité (19/6/2017), que seguem publicados após as assinaturas. A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da

reunião para ouvir os seguintes cidadãos presentes: Fábio da Silva Rodrigues, Frederico Glauss de Lima, representando a Associação Mais Acessível, Jucelmário Prates, Jackson de Oliveira Santos, Marluce de Castro Kfuri Bicalho, e Maria Inez de Queiroz Lacey, representando a Associação Mais Acessível. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Local visitado: Escola Estadual Francisco Sales – Instituto de Deficiência da Fala e Audição

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 8.522/2017, de autoria dos deputados Duarte Bechir, Celise Laviola e Ione Pinheiro, esta comissão visitou, no dia 13/6/2017, a Escola Estadual Francisco Sales – Instituto de Deficiência da Fala e Audição –, com a finalidade de conhecer as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para atender às pessoas com deficiência.

Participaram da visita o deputado Duarte Bechir, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o deputado Nozinho, membro da comissão, e a deputada Ione Pinheiro, vice-presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, acompanhados do diretor da escola, Marcelo Medeiros Brito.

Também acompanharam a visita Flávia Cristina de Araújo e Idalina Franco de Oliveira, respectivamente, diretora educacional e analista educacional da Superintendência Regional de Ensino – SRE – Metropolitana A, da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, e Maria Rosana de Pompeia, analista educacional da SRE Metropolitana B. Estiveram presentes ainda a diretora da Escola Estadual João Ferreira de Freitas, Márcia Regina Marques, e pais de alunos e ex-alunos da instituição.

Relato

A visita foi motivada por relatos de pais de crianças com deficiência ouvidos na 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em 30/5/2017. Segundo eles, alguns alunos matriculados na Escola Estadual Francisco Sales estão sendo transferidos para escolas regulares que não dispõem dos recursos adequados para o atendimento à pessoa com deficiência. Além disso, afirmaram que a escola não aceita mais matrículas para a 1ª série do ensino fundamental.

No início da visita, os participantes se reuniram para conversar sobre as demandas que a motivaram, conhecer a situação da instituição e debater questões referentes ao ensino especial e à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Em seguida, o diretor apresentou aos deputados as instalações do local.

A Escola Estadual Francisco Sales atende 150 crianças, adolescentes, jovens e adultos, nos turnos da manhã, tarde e noite. São oferecidos o ensino fundamental 1 (até o 5º ano) e a educação de jovens e adultos – EJA. Todos os alunos apresentam pelo menos deficiência de audição e/ou de fala, embora possam ter outras deficiências associadas.

Trabalham na instituição 7 instrutores de libras e 11 auxiliares de serviços da Educação Básica – ASBs –, distribuídos entre os períodos da manhã, tarde e noite. A escola também conta com equipe multiprofissional composta por psicólogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional. Segundo os relatos dos pais presentes à visita, no entanto, não há psicólogo na parte da manhã, e há demanda por fisioterapeuta. De acordo com o diretor, a presença de mais um terapeuta ocupacional também seria oportuna.

O deputado Duarte Bechir salientou a importância de se adequar a legislação que trata do quantitativo de professores e outros profissionais nas unidades estaduais de ensino para a realidade das escolas especiais.

Em resposta, Marcelo Medeiros informou que a Secretaria de Estado de Educação tem se mostrado sensível às demandas que apresenta. Disse, porém, que as determinações da Lei nº 9.381, de 1986, que institui o quadro de pessoal das unidades estaduais de ensino, não estão sendo observadas. Em seu lugar, segue-se o disposto na Resolução SEE nº 3.205, de 2016, que estabelece normas para a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica a partir de 2017.

Como essa legislação define que o número de profissionais é proporcional ao número de alunos, as escolas especiais ficam prejudicadas, pois podem contar com poucos servidores em função do número reduzido de estudantes. Ponderou, então, que se deve editar uma resolução própria para a educação especial, que leve em conta as demandas diferenciadas dos alunos com deficiência.

Conforme Flávia Cristina de Araújo, essa questão está em pauta na Secretaria, que inclusive recebeu uma demanda elaborada pelas quatro escolas especiais da área de abrangência da SRE Metropolitana A, solicitando o aumento no número de ASBs.

O principal problema levantado durante a visita foi a falta de adequação das escolas regulares para receber os alunos com deficiência, tanto no que diz respeito ao ambiente físico quanto a recursos humanos. Com relação aos estudantes com deficiência auditiva, o diretor observou que nessas escolas se disponibiliza, no máximo, um intérprete de libras, porém também há a necessidade de um instrutor dessa língua.

Outro inconveniente verificado nas escolas regulares é o número de alunos em suas classes, bem superior ao das turmas das escolas especiais, prejudicando o acompanhamento pelo professor.

Os pais se queixaram de que os alunos com deficiência, ao serem transferidos para as escolas comuns, sofrem discriminação e *bullying* por parte de seus colegas. Além disso, ficam com dificuldades de aprendizagem por falta de apoio, mesmo que sejam aprovados e progridam de ano. Dessa forma, as crianças nessas situações perdem a motivação para os estudos e tendem a permanecer dentro de casa.

A esse respeito, a deputada Ione Pinheiro disse que é fundamental que as escolas regulares propiciem um atendimento diferenciado para os seus estudantes. Observou, porém, que elas não estão preparadas, como demonstram as denúncias que tem recebido acerca de estudantes que ficam isolados dos demais nas salas de aula e sem acesso aos recursos de inclusão.

O deputado Nozinho também falou da importância de capacitar os profissionais da educação em Minas Gerais, de forma que os alunos não sejam prejudicados.

Mais um problema apontado pelos pais foi o encerramento do ensino infantil na Escola Estadual Francisco Sales. O diretor explicou que, embora houvesse 10 alunos matriculados nessa etapa, apenas 3 eram frequentes. Esses foram encaminhados às Umeis e frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE – nas salas de recursos da antiga escola.

As representantes da SEE esclareceram ainda que a educação infantil é de responsabilidade do município e, portanto, as atuais demandas por matrícula nessa etapa são encaminhadas às unidades de ensino das prefeituras.

Ao final da visita, o diretor apresentou o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS – Belo Horizonte, que funciona em um prédio anexo à escola.

O CAS oferece curso de capacitação em libras para as pessoas que convivem com surdos e também o Curso Básico de Libras, voltado aos profissionais da rede estadual de ensino. Os alunos do curso em andamento demandam à SEE que implemente um novo módulo para que possam prosseguir seus estudos, uma vez que as mensalidades dos cursos disponíveis no mercado são altas.

Conclusão

A visita à Escola Estadual Francisco Sales – Instituto de Deficiência da Fala e Audição – permitiu à comissão conhecer o relevante trabalho por ela desenvolvido e as necessidades dos estudantes com deficiência auditiva, especialmente daqueles que são transferidos para as escolas regulares.

A partir das circunstâncias relatadas, a comissão realizará uma audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a situação da educação especial no Estado, com destaque para a oferta de profissionais de apoio aos estudantes com deficiência nas escolas da rede estadual.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2017.

Duarte Bechir, relator.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Local visitado: Escola Estadual João Ferreira de Freitas

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 8.521/2017, dos deputados Duarte Bechir, Celise Laviola e Ione Pinheiro, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência visitou, no dia 19/6/2017, a Escola Estadual João Ferreira de Freitas, no Município de Ibirité, para conhecer as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para atender pessoas com deficiência.

Participaram da visita os deputados Duarte Bechir e Ione Pinheiro, que foram acompanhados por Márcia Regina Marques e Rosemary Félix dos Santos Andrade, respectivamente, diretora e professora da escola; Marlene Rodrigues dos Santos e Ulisses Ramos Pedrassi, vereadores do Município de Ibirité; e Marisângela Rodrigues Rocha, mãe de Gabriel Rocha, um dos alunos com deficiência atendidos pela escola.

Relato

A visita decorreu de reunião realizada por esta comissão em 30/5/2017, em que pais de alunos que estudavam na Escola Estadual Francisco Sales denunciaram que, com o encerramento de algumas turmas de educação especial, os alunos dessa escola foram encaminhados para escolas regulares que não dispõem de condições adequadas para atendê-los.

Na Escola Estadual João Ferreira de Freitas estão matriculados 15 alunos com deficiência, sendo que alguns contam com acompanhamento de profissionais de apoio disponibilizados pela Secretaria de Estado de Educação – SEE.

No entanto, um dos alunos, Gabriel Rocha, tem deficiência auditiva e foi transferido da Escola Estadual Francisco Sales, onde contava com acompanhamento de quatro profissionais das áreas de educação e saúde, para a Escola João Ferreira de Freitas, onde frequenta uma classe regular e não conta com nenhum tipo de acompanhamento.

Conforme Márcia Regina Marques, diretora da Escola João Ferreira de Freitas, a cessão de profissionais para acompanhar os alunos depende de laudo que aponte as deficiências e necessidades do estudante a ser acolhido. É com base nesse documento que a SEE determina o número e o tipo de profissionais necessários ao acompanhamento do aluno. O problema é que os pais têm tido dificuldades em obter esses laudos, o que impacta negativamente o atendimento prestado aos alunos com deficiência.

Além de disso, a escola não conta com sala de recursos, o que inviabiliza o atendimento dos alunos com deficiência no contraturno escolar. A instituição mais próxima que conta com esse recurso é a Escola Estadual dos Palmares, que fica a aproximadamente 1,5km da Escola João Ferreira de Freitas.

Conclusão

No entendimento desta comissão, a Escola Estadual João Ferreira de Freitas carece ser dotada de condições adequadas para receber alunos com deficiência. Cabe então à SEE prover essa escola – e todas aquelas que contam com alunos com algum tipo de deficiência – de instalações, equipamentos e pessoal adequados para atender adequadamente esses alunos.

Da realidade visitada, constata-se que esses alunos estão sendo excluídos, pois de nada adianta o aluno com deficiência ser encaminhado para uma escola regular se esta não dispuser de estrutura ou profissionais aptos a lidar com as especificidades desse público.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2017.

Duarte Bechir, relator.

**ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/7/2017**

Às 18h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Dilzon Melo, Carlos Pimenta, João Leite, Cabo Júlio e Missionário Marcio Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, às 18h21min, estão presentes os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Sargento Rodrigues e João Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação da Emenda nº 1 na forma da Submenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 4.148/2017 (relator: deputado Cristiano Silveira); e da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 4.280/2017 (relator: deputado Dirceu Ribeiro). Os Projetos de Lei nºs 3.561/2016, 3.844/2016, 3.985/2017, 4.086/2017, 4.310/2017 e 3.843/2016 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária na mesma data, às 19h10min, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 3.843/2017; e para as reuniões extraordinárias de 5/7/2017, às 11 e às 18 horas, com a finalidade de apreciar também o Projeto de Lei nº 4.280/2017 e a matéria constante na pauta previamente publicada, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2017.

João Magalhães, presidente – Agostinho Patrus Filho – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Sargento Rodrigues – João Leite – Arnaldo Silva.

**ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/7/2017**

Às 18h20min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Sargento Rodrigues e Gustavo Corrêa, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Paulo Guedes e Missionário Marcio Santiago. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, às 19h7min, estão presentes os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Sargento Rodrigues e João

Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, são prejudicadas as Emendas nºs 3, 15, 16, 18, 25, 33, 38, 39, 40, 58 e 63 (relator: deputado João Magalhães). Registra-se o voto contrário dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca para a reunião extraordinária de 5/7/2017, às 9h30min, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 4.135/2017, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de julho de 2017.

João Magalhães, presidente – Agostinho Patrus Filho – Arnaldo Silva – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro – Sargento Rodrigues.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/7/2017

Às 19h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo, Hely Tarquínio e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência suspende a reunião. Reabertos os trabalhos, às 19h38min, estão presentes os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Sargento Rodrigues e João Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O deputado Sargento Rodrigues retira o pedido de vista ao parecer sobre emendas ao Projeto de Lei nº 3.843/2016, e a presidência indaga dos demais membros se estão de acordo. Não havendo oposição, após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 3.843/2017. Registra-se o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2017.

João Magalhães, presidente – Cristiano Silveira – André Quintão – Dirceu Ribeiro.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/7/2017

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro e André Quintão (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A presidência avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 4.135/2017 e o retira da pauta por não

cumprir pressupostos regimentais. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária na mesma data, às 11 horas, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2017.

João Magalhães, presidente – Cristiano Silveira – Agostinho Patrus Filho – Sargento Rodrigues – Arnaldo Silva – Gustavo Valadares – Dirceu Ribeiro.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 45/2017, DE ELIZABETH DIAS MUNAIER LAGES PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/6/2017

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Durval Ângelo e Coronel Piccinini, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ione Pinheiro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e proceder à arguição pública da indicada. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a indicada, Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages, e proceder à arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, em turno único, pela aprovação da Indicação nº 45/2017 (relator: deputado Durval Ângelo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2017.

Ione Pinheiro, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/6/2017

Às 16h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado João Leite, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as reclamações apresentadas pela população do Município de Espinosa quanto à falta de qualidade dos serviços prestados pela Copasa-MG. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Maria Nilza Ramos Ferreira, moradora do Município de Espinosa; e os Srs. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, diretor de Operação Norte da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, representando a diretora-presidente; Milton Barbosa Lima, prefeito do Município de Espinosa; Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia; Pedro Aurélio Conde Baêta da Costa, assessor jurídico do Procon Assembleia. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o presidente tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 2017.

João Leite, presidente.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 12/7/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.744/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre os critérios de mapeamento e financiamento para implantação de novas unidades de pronto atendimento no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.797/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações sobre o impacto orçamentário-financeiro e sobre possíveis medidas compensatórias para viabilizar a concessão de incentivo fiscal de ICMS para energia elétrica e água destinada à indústria, a fábricas e empreendimentos econômicos no Estado, como forma de fomentar o desenvolvimento econômico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.838/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo "Outorgas e a crise hídrica", de autoria do Sr. Apolo Heringer Lisboa, médico do Projeto Manuelzão, publicado na pág. 19 do jornal *O Tempo*, de 8 de julho de 2015, em que o autor discute o papel do Estado e da Copasa na gestão ecossistêmica do meio ambiente. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.979/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o Projeto de Rochas Ornamentais e de Revestimento e o potencial de exploração das reservas de lítio no Estado, incluindo-se mapas com a localização dos centros de produção e informações sobre as rochas lavradas, especialmente no Vale do Jequitinhonha. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35/2015, do deputado Fred Costa, que proíbe a emissão do boleto de oferta, sem autorização prévia, para contratação de produtos e serviços. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Defesa do Consumidor, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 12/7/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 12/7/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater os conflitos fundiários existentes no Vale das Cancelas, em Grão-Mogol.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/7/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 12/7/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 12/7/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.927, 4.929, 5.167, 5.687 a 5.691, 5.693, 5.694 a 5.697, 5.859, 5.860, 6.199, 6.200, 6.205, 6.213, 6.217 e 6.253/2016, 6.388, 6.394, 6.460, 6.473, 6.476, 6.494, 6.495, 6.558, 6.750, 6.847, 7.029, 7.242, 7.244, 7.245, 7.373, 7.374, 7.376, 7.378 e 7.380/2017, da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/7/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 12/7/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 7.886/2017, do deputado Ivair Nogueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a inserção do Ceasa Minas no Programa Nacional de Desestatização, o que pode levar a sua privatização, e a não renovação do convênio do Ceasa com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, no tocante à gestão do Mercado Livre do Produtor-Pedra e a sua consequente terceirização.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 12/7/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 12/7/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/7/2017, às 14h20min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2017.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/7/2017, às 18h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater o fechamento de 11 companhias que compõem os batalhões da Polícia Militar de Minas Gerais e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 4/7/2017

O deputado Gustavo Corrêa – Boa tarde, meus caros colegas deputados e deputadas. Queria, presidente, inicialmente, agradecer a V. Exa., pois fez valer o Regimento desta Casa neste momento. No início da tarde de hoje, subi a esta tribuna para dizer do desespero deste governo em querer aprovar esse projeto que é uma irresponsabilidade e fiz questão de fazer uma breve explanação do que ocorreu nos últimos meses, aqui, nesta Casa. Uma das coisas que mais me chamou a atenção foi o desespero deste governo, meu caro deputado Sargento Rodrigues, em aprovar esse projeto de forma rápida, sem que a população de Minas tivesse oportunidade de discuti-lo e saber sobre os imóveis que realmente o governo pretendia vender, alienar ou alugar.

Batalhamos, lutamos para que o primeiro pedido, que seria justo de ser atendido, fosse a retirada do regime de urgência do projeto. Depois de muita luta, muitas discussões da realização de uma audiência pública, na qual o presidente da Codemig fez questão – prestem atenção, funcionários da Cemig, da Copasa e da antiga MinasCaixa, que hoje têm seu dinheiro aplicado no fundo de aposentadoria de pensão das referidas empresas – de deixar claro que os grandes investidores desse fundo imobiliário seriam exatamente essas empresas.

Para a minha surpresa, no início da reunião desta tarde, foi lido novamente o regime de urgência desse projeto.

É o desespero deste governo irresponsável, que precisa, de todas as formas, arrumar dinheiro para pagar o 13º salário do servidor no final do ano. E o governo faz o que tiver de fazer para aprovar esse projeto e colocar poucos milhares de reais no caixa do Estado, que sabemos que não vão resolver nada.

E volto ao início da minha fala, em que o presidente Dalmo Ribeiro teve a prudência, que o momento determinava, e não permitiu que os 30 minutos que ainda me restavam fossem divididos, porque o projeto acabava de entrar em regime de urgência. É o desespero do governo que não quer ouvir as verdades.

No início da tarde de hoje, Cel. Piccinini, fez questão de citar o nome de vários parlamentares que têm tido a responsabilidade, o zelo com a coisa pública e têm votado os projetos que realmente são do interesse de Minas Gerais, de acordo com sua consciência, e não ficam aqui barganhando cargos ou emendas junto a este governo. Sou o líder da oposição, sim, uma oposição ferrenha, mas uma oposição responsável. Sempre afirmamos que o que for bom para Minas, o que for bom para os mineiros terá nosso apoio. Quantos projetos aprovamos aqui por entender que seriam projetos que beneficiariam a vida de vários mineiros? Deputada Ione, a senhora se lembra muito bem de quando eu, os deputados Luiz Humberto Carneiro, Antônio Jorge e outros tantos, durante

dias, debatemos a irresponsabilidade deste governo por pegar os depósitos judiciais. Lembro-me, deputado Sargento Rodrigues, como se fosse hoje, que, desta tribuna, olhando nos olhos de vários parlamentares que hoje não se encontram aqui, eu os alertei: “Não façam essa crueldade com o povo mineiro, porque esse projeto é inconstitucional”. Vários aqui me criticaram, disseram que eu não era juiz – graças a Deus, nunca tive essa pretensão –, mas conheço um pouco da lei e da realidade dos fatos. E os alertei naquele momento: “Não façam isso, que será a desmoralização de Minas Gerais”.

O que tem ocorrido? O Supremo está aí, questionando, de manhã, de tarde e de noite, o Estado de Minas Gerais pela irresponsabilidade, porque ele pegou o dinheiro do cidadão comum, sурrupiou um dinheiro que não é dele. É muita irresponsabilidade, é muita cara de pau, deputado Dilzon Melo; e da mesma forma foi feito com esse projeto dos fundos imobiliários.

Deputado Roberto Andrade, chamo a atenção de V. Exa. para o que ocorreu na semana passada – e lamento sua ausência neste momento, porque deve estar em alguma comissão –, em que meu amigo e líder de governo, deputado Durval Ângelo, fez um artigo num grande jornal de circulação da região metropolitana. Ele começou o artigo dizendo que o governador Fernando Pimentel, do PT, da Dilma, do Vacari, do José Dirceu e de outros tantos, estava fazendo escola no Brasil, e realmente está.

Deputado Dilzon Melo, acabei de ler nos jornais de hoje que o ministro Herman Benjamin colocará em julgamento o processo do governador Fernando Pimentel já no mês de agosto. Aqui, quando disseram que isso ocorreria, escutamos: “Não! O senhor não sabe de nada. Justiça aqui é o Plenário da Assembleia que decide”. Eu disse que não. O deputado Bonifácio Mourão, nosso líder e relator da Constituinte, deixou claro, atendendo a pedido do PT, que o governador precisava de autorização legislativa em determinados casos para ser processado. Mas em agosto o ministro Herman Benjamin vai colocar o processo em julgamento. Acho que grande parte dos senhores e das senhoras que não o conheciam agora o conhecem. Ele foi o relator do processo do presidente Michel Temer no Tribunal Superior Eleitoral. Eu imagino que manterá a linha adotada no julgamento do presidente. Aí a situação do governador não será nada agradável. A escola que ele está fazendo é exatamente essa, porque, infelizmente, é uma praxe do Partido dos Trabalhadores querer iludir e mentir. Falam tanto, tanto, tanto que os outros acabam acreditando. Felizmente, o jornal *O Tempo* me dará a oportunidade de rebater o líder do governo. Espero que a sua assessoria se informe um pouco melhor.

O projeto de criação de fundos imobiliários que o líder estava dizendo que o governador Geraldo Alckmin copiou foi protocolado na Assembleia Legislativa de São Paulo em 30/10/2016. A mensagem do governador Fernando Pimentel chegou aqui no dia 30/3/2017. Deputado Tadeu Martins Leite, não sou matemático, mas acho que 30/10/2016 é anterior a 30/3/2017. Então, possivelmente, quem plagiou foi o governador Fernando Pimentel, do PT, da Dilma, do Vacari, do José Dirceu e de tantos outros que estão na mídia todos os dias. Só que ele plagiou de forma equivocada, errada, o que também é uma praxe neste governo. Vocês estão aqui todos os dias e acompanham. O deputado Dalmo Ribeiro Silva sabe disso.

Eu tenho dó da assessoria da Casa, que tem de se desdobrar para resolver as burradas que este governo faz. Até hoje não houve um projeto que não recebeu emenda ou substitutivo ou que não foi totalmente alterado. Uma coisa é fazer uma emendinha, complementar ou acrescentar algo. Neste governo é diferente. Mandam o projeto para esta Casa, esperam a oposição alertar sobre os problemas e erros da proposta e depois são os pais da criança.

Meus amigos, minhas amigas, vejam só: sequer plagiar este governo sabe. E mais: na hora em que plagam um projeto, fazem tudo errado. O governo de São Paulo estabeleceu que os imóveis que estão ocupados hoje e são alienados não podem sequer constar em lista de anexo. Mas o governo daqui listou 6 mil imóveis, incluindo a sede do Ministério Público, que fica na Raja Gabaglia e estava para ser vendida, sem sequer ouvir o titular do imóvel. Mas podem vender.

Contrariando o que eu gosto de fazer, a oposição teve de judicializar. A Dra. Débora está ali e sabe muito bem qual foi a minha orientação. Fomos à Justiça para fazer valer o nosso direito, porque o governo estava querendo tratorar, como vai tratorar hoje, amanhã ou depois de amanhã. Ele pediu regime de urgência novamente no projeto. Tivemos de ir à Justiça, tivemos de defender os

interesses dos mineiros, e, felizmente, o desembargador, de forma responsável e equilibrada, solicitou a suspensão da tramitação do projeto até que alguns vícios sejam sanados.

Meus senhores e minhas senhoras, minha cara colega Celise Laviola, sabiam que o governo teve a cara de pau de reduzir a lista de 6 mil para 245? É muita discrepância. O governo pegaria mais de cinco mil imóveis que não lhe pertencem, de que não tem titularidade, que não tem nada sobre eles e iria colocá-los num fundo que vai ser remunerado; vou usar uma expressão mais simples, vai pagar o seu retorno, o seu ganho financeiro, de acordo com o aluguel. Deputado Fábio Cherem, V. Exa. é um excepcional empresário do nosso estado. Da mesma forma que lancei o desafio ao Sr. Marco Antônio Castello Branco, lanço a V. Exa.: gostaria de ver parte dos seus recursos alocados nesse fundo imobiliário. O fundo é tão bom, como estão defendendo, que nem o governador teve ou vai ter coragem de colocar R\$1,00 dele lá. Isso porque, amanhã, se o Estado precisar de dinheiro, com certeza, a primeira coisa que vai parar de pagar são os aluguéis dele mesmo.

Deputado Gustavo Valadares, se pegar o seu sítio, onde tem oportunidade de passar alguns dias em finais de semana – desculpe-me o equívoco, pois V. Exa. já vendeu –, o seu apartamento, onde V. Exa. mora com a sua família, vai pagar aluguel para você mesmo. Veja que beleza! Você vende a sua casa, coloca um dinheirinho numa conta específica e todo o mês o valor desse aluguel vem para você.

E mais, não houve avaliação nenhuma dos imóveis. Está zero, zero, zero! Os senhores andam nas ruas todos os dias e podem ver que, ao redor da Assembleia, está cheio de placas de “aluga-se”. Quantas placas devem ter em volta da Casa? Agora para o governo isso não existe. Acredita que tem o imóvel perfeito, que vale, por exemplo, R\$10.000,00. Onde está a avaliação? Dizem: “Achamos que vale isso”. Está certo. Deve ter cliente demais. A economia do País que a senhora Dilma destruiu fez exatamente isso que está aí. Mas, para esse governo, não há problema, para ele tudo pode, tudo está certo, tudo se ajusta. O País está um mar de rosas. O governo está nesse blablablá, nesse blublublu, com tapinhas nas costas dos outros.

Vou alertá-los aqui, Srs. Parlamentares, não iludam as bases de vocês com a promessa de 4km, 5km de asfalto, pois 90% das prefeituras do Estado não conseguem e não têm equipamentos necessários para colocar massa asfáltica como o governo está querendo. Isso é presente de grego! No momento oportuno vamos subir a esta tribuna para tratar desse assunto.

Esse governo é irresponsável, não mede os seus atos. Pergunto aos senhores e às senhoras, e não há um parlamentar aqui para me questionar e para debater comigo, onde estão os compromissos feitos pelo governador durante a campanha, já que não foram cumpridos? Há cerca de quatro anos, havia deputado que subia aqui nesta tribuna, esbravejava, gritava e tal e tal, mas os salários dos servidores, no 5º dia útil do mês, estavam lá. Não havia escalonamento. O 13º salário, lá pelo dia 20 de dezembro, caía na conta. Hoje isso não acontece. É um Deus nos acuda. Pior, deputado Dalmo. O governo divulga a escala de pagamentos para serem feitos em três etapas, por exemplo, dia 20, 22 e 24. Nos últimos meses nunca bate. Sempre há um probleminha, dizem que a culpa é do banco. O dinheiro que era para cair na madrugada de 19 para 20, deputado João Leite, não cai. A pessoa que tinha feito compromisso com o consignado tem de renegociar, pagar uma taxa maior. O governo não está preocupado com isso, mas de “blablablazinho”, de “mumumuzinho” está cheio. Na semana passada, ele estava em Manhuaçu, numa grande festa: confraternização do Estado, que está crescendo assustadoramente. Mas é o que volto a dizer: não tem responsabilidade, não tem preocupação, não sabe reconhecer os avanços conseguidos no passado.

O deputado Carlos Pimenta está ali. Ele é um deputado votado majoritariamente no Município de São João do Paraíso. Imagino que grande parte dos senhores não conhece São João do Paraíso. (– Intervenção fora do microfone.) V. Exa. é o deputado majoritário na cidade, e já estive com o deputado lá. Mas grande parte dos mineiros não conhece. Antigamente, para se chegar lá, tinha de se passar por mais ou menos 80km de estrada de terra. Em celular, a gente nem pensava. Hoje o povo chega lá e há posto de saúde, que está sem remédio, diferentemente dos governos passados, porque este governo é irresponsável.

Deputado Hely Tarquínio, vou citar outra cidade. Não sei se o deputado João Leite vai conhecê-la. Felizmente, com muito orgulho, sou votado no município mais distante da capital Belo Horizonte, Município de Formoso, na divisa de Minas com Goiás. A sede do município está a 788km, deputado Antônio Jorge, da capital. Durante muitos e muitos anos, de quatro em quatro anos, os políticos chegavam lá prometendo que iam asfaltar estradas e tudo mais. O senador Aécio, que alguns gostam de criticar, asfaltou o trecho Buritis-Formoso – já gastei 7 horas em uma estrada de terra no período de chuva. O senador Aécio asfaltou essa estrada. Eu me lembro de que, quando estive naquele município, na campanha de 2006, aquele povo dizia que queria ser emancipado para Goiás, porque aquele estado tinha feito asfalto até Formoso, e Minas, não. Mas o senador Aécio foi lá e asfaltou, diferentemente de outros seis municípios de Minas – coincidentemente sou votado em um deles, em Salto da Divisa, que fica na divisa de Minas com a Bahia –, por onde passa uma BR que o ex-presidente Lula e a mineira Dilma não deixaram o governo do Estado absorver e fazer a estrada. O povo está lá sofrendo até hoje. O deputado Doutor Jean Freire sobe aqui na tribuna tantas vezes, fala que vai fazer, que vai resolver, e nada.

É o que estou dizendo: os governos passados eram responsáveis. Os governos passados não concediam reajuste para agradar a companheirada política. O governo passado tinha zelo com a coisa pública. O governo passado não se deixava levar por questões partidárias e por vaidades. Ali não é porque A, B ou C construiu o negócio que não se vai poder utilizar. Isso é o que este governo quer fazer. Ele quer vender a Cidade Administrativa porque foi o outro que construiu. Vejam a irresponsabilidade: mandou pintar os postos de saúde com as cores do partido. Tivemos de ir à Justiça, deputado João Leite, e mandar suspender. O deputado Antônio Jorge sabe muito bem disso. É uma vergonha.

Agora, o que disse no início da tarde de hoje: esse PL nº 4.135 tem rolo, tem rolo. O plágio foi muito malfeito. *Coronel Piccinini, V. Exa. é um homem responsável e tem um zelo ao administrar o dinheiro que não lhe pertence. Sei o que V. Exa. fez à frente do clube dos oficiais. O Estado de São Paulo vai licitar para que uma instituição financeira administre esse fundo, diferentemente do Estado, que, no art. 46 da lei, diz que o gestor e o agente financeiro serão a Secretaria de Fazenda.*

Quero deixar claro que tenho uma grande admiração – os que me conhecem sabem disso muito bem – pelo secretário José Afonso Bicalho. Ele é um homem sério. Mas por que não licitam para uma instituição financeira gerir esses imóveis? Coronel Piccinini, vão licitar mais uma vez.

O governo de São Paulo encaminhou um projeto à Assembleia para tratar de fundos que criava e autorizava que fosse feita a São Paulo Previdência em Fundo de Investimentos Imobiliários.

O senhor sabe o que consta hoje como patrimônio da São Paulo Previdência, responsável pelo regime único dos servidores públicos titulares de cargos efetivos civis e militares? Não estão lá dando um cheque, não está sendo dado um cheque em branco para o governador fazer o que ele quiser. Lá, deputado João Leite, se não me engano – vou ler agora, peço licença aos senhores –, o governo de São Paulo – para vocês verem a responsabilidade desse governo –, que teoricamente, é um estado maior do que Minas Gerais – o fundo imobiliário de lá tem possivelmente, em função de mercado e de avaliação, imóveis com valores imobiliários mais altos – espera arrecadar nesse fundo... O governo de São Paulo inicialmente mandou 5 mil imóveis, entre casas, prédios, apartamentos e empresas, mas apenas 350 terão condições inicialmente de serem colocados nesse fundo, porque apenas eles têm titularidade, documentação legal – o governo tem preocupação –, autorização legislativa, tudo, diferentemente do daqui. Lá cada um dos imóveis terá uma autorização legislativa, deputado Gil Pereira. Mas, com o fundo todo de 5 mil imóveis, se todos fossem vendidos hoje, o governo de São Paulo esperaria arrecadar R\$1.500.000.000,00. Minas Gerais, com 245 que poderão ser alienados, espera arrecadar R\$4.000.000.000,00.

Não dá para acreditar, é uma tremenda cara de pau. Num momento em que a economia do País desacelera, em que os investimentos não têm sido feito como esperávamos, deputado Douglas, não posso permitir que o governo do Estado de Minas Gerais faça isso, cometa um crime contra os mineiros. Aqui estaremos na tarde de hoje, na noite de hoje, na manhã de amanhã, na tarde de

amanhã, na noite de amanhã, e quando quer que seja para impedir que isso seja concretizado. E, para não dizer, deputado Dalmo, que estamos apunhalando pelas costas, alertei: esse projeto de lei já foi judicializado; nos próximos dias teremos o julgamento do mérito da ação. E esse projeto ainda terá que passar pelo crivo da CVM.

Deputado João Leite, o Sr. – é um nome que V. Exa. vai gostar, deve ser japonês também – Helcio Tokeshi, secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, durante uma coletiva junto aos órgãos de imprensa daquele estado, fez questão de dizer que não existe ninguém mais eficiente para gerar um fundo imobiliário do que uma instituição financeira, que já trabalha, que já tem seu setor específico de alienação de imóveis, porque faz financiamentos diversos, já que é uma instituição financeira bem credenciada. Mas Minas é inovadora, em Minas será a Secretaria de Fazenda. Vamos criar mais meia dúzia de carginhos para companheiros políticos, deputado João Leite, com altos salários, porque quem vai gerir um fundo desses, deputado André Quintão, tem que ser alguém bem qualificado – o secretário José Afonso, sozinho, não dá conta. Vai ter que tirar gente do mercado financeiro, e o salário de lá é muito melhor do que o salário do Estado. Ai ele vai colocar no conselho de A, B, C, D, e não vou nem entrar nesse mérito mais.

Hoje, a deputada Ione Pinheiro me mostrava uma lista da Codemig. Meu Deus do céu, pensava comigo: ê, petezada, deve ser bom demais ser PT, porque não tem um que fica desalojado; todos com um salário alto. Mas nosso tema agora é o fundo.

Primeiramente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero agradecer V. Exa., que fez valer o regimento da Casa, que fez com que os 29 minutos e 14 segundos que me restavam fossem exatamente utilizados por mim na tarde de hoje.

Quero dizer também que todos aqueles deputados que fiz questão de citar na manhã de hoje – complementando com o deputado Antônio Jorge; não sei a posição do Coronel Piccinini – e outros, senhores e senhoras, tenho certeza, votarão com a responsabilidade do cargo.

No dia 1º de fevereiro de 2015, 77 homens e mulheres estiveram aqui neste Plenário e fizeram o juramento de defender o povo de Minas Gerais. Espero que cada um desses que fez esse juramento realmente defenda os mineiros e não permita que o governo do Estado cometa esse crime. O governo está vendendo o patrimônio de todos os mineiros para atender uma meia dúzia de companheiros políticos, ou determinados setores que foram fundamentais na sua eleição, e que deixaram se levar por falsas promessas contra os milhares e milhares de mineiros. Então, não permitam que o governo do Estado cometa esse crime contra todos os mineiros. Muito obrigado.

O deputado Antônio Jorge * – Presidente Dalmo, caríssimos deputados e deputadas, público que nos acompanha na TV Assembleia, nosso assunto em tela é a criação desse expediente dos fundos imobiliários, matéria complexa, num momento político complexo, num momento fiscal de extrema gravidade. Portanto, julgo, de forma humilde, no meu contributo, que tantas complexidades e momentos de tantas gravidades mereceriam uma discussão muito serena, com grande espírito republicano a perpassar a todos nós no Parlamento. E, acima de tudo, deputado João Leite, mereceria discussão, muita discussão, muita profundidade.

Estamos dizendo de um expediente que congela o patrimônio dos mineiros durante 50 anos. Estamos falando de um expediente que trará recursos imediatos, mas compromissos por cinco décadas. Estamos falando de um expediente que, ao lidar com patrimônio público, mereceria um tratamento muito mais cuidadoso, do ponto de vista das avaliações, com profundidade, com uma visão transparente e cristalina no que se refere à mensuração de todos os ativos que farão parte desse fundo. Digo isso de forma introdutória para lamentar e criticar, mais uma vez, o regime de urgência. Quando se instala o regime de urgência numa votação, é ceifada toda a possibilidade do contraditório e do confronto. As nossas opiniões e as nossas dúvidas não se esgotam em argumentos de uma hora. O projeto, na sua justificativa, ajuíza um valor de arrecadação mensal desse fundo, mas é um mero juízo de quem fez um projeto, uma avaliação de nada. Os imóveis não têm avaliação unitária.

Esse todo que vai gerar ao mercado uma espécie de venda de ações ou de cotas para participação desse fundo é o somatório daquelas diversas unidades imobiliárias que serão colocadas nesse fundo sem avaliação. E mais do que isso, deputado Carlos Pimenta,

sem avaliação de impacto social. Muitas dessas unidades têm vocações cristalizadas na área social, na educação, na saúde, que poderão sofrer algum ruído, a partir da criação desse fundo.

É lamentável essa pressa, que não deriva da crise, que já está instalada desde o início desse governo com opções e soluções erradas, do ponto de vista das prioridades públicas. Essa pressa se sustenta na tentativa de não aprofundar o debate. Porque pode ser que o debate cristalice uma visão contraproducente, as pessoas podem ter uma visão lesa-pátria relativa à criação desse expediente.

Quero mais uma vez salientar, de forma muito singela, que cabe ao governo buscar recursos, ser diligente, mas quero cristalizar a seguinte imagem: vamos pegar o que é nosso e vender ao mercado numa espécie de concessão por determinado período e pagar aluguel. A receita auferida, que vem de imediato, implicará para as gerações futuras um compromisso de cinco décadas, pagando aluguel daquilo que é próprio.

Não parece razoável, e é lícito o aprofundamento desse debate. Infelizmente – isso é próprio da democracia, não é ilegítimo – a base do governo não está propensa ao debate, e ela é majoritária. O rolo compressor passará novamente. E vão antecipar a aprovação dessa matéria, não com nosso voto, e lamento muito dizer que nos próximos dias teremos a sua aprovação, cheios de incertezas. Gostaria muito de votar com convicção, mas votarei com muitas incertezas. Não há avaliação venal dos imóveis que formarão um fundo pecuniário, em última instância, porque os imóveis terão de ser avaliados em algum momento pelo mercado.

Estamos dando um aval. Esta Casa Legislativa, esse Poder, que deveria se equilibrar na visão harmônica dos Poderes, dá um cheque em branco aos outros Poderes. Absolutamente em branco. É preciso pensar além do papel imediato de base do governo, aqueles deputados da base fazem parte de um Poder constituído. Votar dessa maneira, em regime de urgência, sem avaliação dos imóveis é fragilizar um Poder, é fazer mal à democracia. Por isso quero lamentar profundamente que uma matéria dessa grandeza seja levada a cabo dessa maneira.

O deputado João Leite (em aparte) * – Na verdade, gostaria de fazer apenas uma pergunta, e gostaria que V. Exa. esclarecesse a mim e a muitas pessoas que têm a mesma dúvida. V. Exa. diz que muitos imóveis serão alugados, o governo pagará aluguel. O entendimento é de que muitos hospitais serão incluídos. Muitas pessoas estão dizendo que o governo utilizará o mínimo de até 12%, que deve ser gasto com saúde. V. Exa. foi nosso secretário de Saúde, e muitas pessoas estão dizendo que o governo usará o mínimo da saúde para pagar – o que V. Exa. disse – aluguel do que hoje já pertence ao governo e atende à população. Eu sei que seria ilegal, mas caberia ao gestor usar esse dinheiro, já que a Secretaria da Fazenda é que fará a gestão desses fundos, e não um agente financeiro? Não terão o controle. V. Exa. acha que é possível utilizar o dinheiro da saúde dessa maneira? Eles conseguirão legalmente usar o dinheiro da saúde para pagar aluguel dos hospitais, UPAs e centros de saúde? Obrigado.

O deputado Antônio Jorge * – Obrigado pelo aparte, deputado João Leite. V. Exa. foi preciso numa questão específica, e também antevemos esse imbróglio na área da saúde. Sabedores da divisão de forças neste Plenário, preparamos nossas emendas para apresentar, caso o projeto seja aprovado e também gostaríamos de discuti-las com profundidade. Mas antecipo que uma delas, deputado João Leite, trata deste assunto: caso o fundo seja aprovado na íntegra, na forma proposta, temos uma emenda para que o pagamento das despesas que o Estado passará a ter na área da saúde, com os aluguéis dos seus próprios, não possa ser efetuado com recursos da saúde, e que esse gasto não seja utilizado para o cômputo dos 12% da obrigação constitucional de gasto em saúde.

Senão, vejamos. Já temos um ambiente de escassez profunda na saúde com muitas dívidas. Abro um parêntese, deputado João Leite, para fazer uma observação. Temos a obrigação de fiscalizar o Executivo e não temos espaço mental para fazê-lo cotidianamente, mas hoje, em função dessa matéria e da preocupação precisa de que as despesas da saúde sejam oneradas com os novos aluguéis, fui estudar no Portal da Transparência – uma pesquisa muito singela – a situação dos restos a pagar das dívidas da saúde. Veja V. Exa. que, neste momento, o Estado tem R\$3.300.000.000,00 em restos a pagar, mais da metade sequer processados, ou seja, ainda meros empenhos. A fundação hospitalar, a Fhemig, tem R\$136.000.000,00 de restos a pagar; a Funed, R\$75.000.000,00; a Hemominas, mais R\$17.000.000,00. Neste momento, o total de restos a pagar chega na casa dos R\$3.000.000.000,00.

Estou dizendo isso porque poderíamos estar sendo contraditórios, e a base do governo poderia argumentar que os deputados da oposição são irresponsáveis, que todos sabem da crise e que o governador Fernando Pimentel está fazendo um esforço para arrecadar de forma lícita, legal um recurso extraordinário. Mas vou dizer aos senhores que tivemos o momento em que, com os depósitos judiciais – medida a que a oposição foi contrária e contra a qual foi à Justiça e que hoje é alvo de uma ação de inconstitucionalidade –, o governo do Estado botou a mão em R\$5.000.000.000,00. Depois, houve uma pressão federativa, e o governo federal deu um perdão de sete ou oito meses no pagamento dos juros da dívida federal, correspondendo a R\$400.000.000,00 por mês, e, com isso, eu diria que arrecadamos mais quase R\$5.000.000.000,00.

Nesta gestão, já aumentamos impostos por duas vezes. Não sei mensurar o impacto financeiro disso, mas seguramente o aumento de arrecadação fica na casa das centenas de milhões. Agora, pretende-se criar mais um fundo para arrecadar de forma aguda mais R\$5.000.000.000,00. São receitas extraordinárias que vão chegar perto da casa dos R\$20.000.000.000,00 em três anos. Mas continuamos dando o calote em todo mundo na área da saúde, deputado João Leite! Continuamos a maltratar os orçamentos, como se fossem meras peças ficcionais. São R\$3.000.000.000,00 de restos a pagar na saúde; R\$1.600.000.000,00 de dívida consolidada de custeio com os municípios mineiros.

Tenho consciência parlamentar e sei que essa medida vai passar. Mas vamos tentar salvar os dedos, já que os anéis vão se perder cada vez mais. Deputada Ione Pinheiro, é preciso que os deputados da Assembleia, da base e da oposição, unam-se para salvaguardar minimamente o direito à saúde dos mineiros. Assim, a receita extraordinária também é matéria sobre a qual estamos apresentando emenda, deputado João Leite.

Caso tenhamos aprovada uma receita adicional, sem razoabilidade, empenhando os mineiros a pagar aluguel por 50 anos daquilo que é seu, caso tenhamos essa medida aprovada, peço a favor da saúde dos mineiros, atentando para a realidade que todos os dias anunciamos aqui, como o fechamento de unidade de saúde. Hospitais importantes estão sendo fechados por falta de pagamento. Caso aprovada essa receita, que possamos dizer que ela seja utilizada *a priori*, deputada Ione, para pagar as dívidas dos mineiros e com os mineiros. Como pensar nesse recurso adicional sem que nós, que o estamos aprovando, opinemos também sobre o destino desses recursos? Qualquer pesquisa de opinião pública apresenta a saúde como o primeiro problema dos mineiros. Somos sabedores, de forma cristalina, que o Estado tem R\$3.000.000.000,00 de restos a pagar no orçamento da saúde e que deve R\$1.600.000.000,00 de custeio para os municípios. Vamos aprovar não com o meu voto. Mas a Assembleia aprovará uma receita adicional de R\$5.000.000.000,00.

O deputado João Leite * – Desculpe-me, Deputado Antônio Jorge. Qual é a dívida com os municípios?

O deputado Antônio Jorge * – R\$1.600.000.000,00 de dívida de custeio. Isso não se refere às obras que estão paralisadas, deputado João Leite. Ai, seria astronômico. Estamos falando de custeio. É o Viva Vida, a Rede Resposta Hospitalar, o pagamento de Samu, enfim, o dia a dia da saúde, o dinheirinho, ou melhor, a mixaria que nunca faltou, mas está faltando e levando ao fechamento de unidades e à morte de pessoas. Há também o Pro-Hosp. Todos os dias recebo uma mensagem. Agora um hospital do Nordeste de Minas fechou e fixou lá uma faixa: “Fechamos por falta de pagamento do Pro-Hosp”.

Se vamos ter aqui nessa Casa a aprovação de medida tão grave e tão suspeita, do ponto de vista do seu custo-benefício, que é arrecadar R\$5.000.000.000,00 para pagar durante R\$35.000.000.000,00, em 50 anos, que é mais ou menos a conta redonda do que nos apresentam, porque está muito obscuro... Ninguém da base do governo veio aqui explicitar os números com transparência, até porque não os têm. Nem sequer os imóveis foram avaliados para pensar o efetivo valor de mercado, tanto para os que tangerem ao aluguel como para aqueles que serão vendidos e alienados de forma definitiva. Se aprovarmos tal medida, ela não pode... Ai é, mais uma vez, a Casa subjugada; é, mais uma vez, um Poder de joelhos perante outro Poder, se não criarmos expedientes na lei e emendas nesse projeto de lei que digam ao governo como gastar esse recurso. Isso é fundamental diante do descalabro que vivemos na área fiscal e, principalmente, na saúde, deputado Bonifácio Mourão, membro permanente da Comissão de Saúde.

Deputado Bonifácio Mourão, faço uma ilação pedindo-lhe apoio para conseguirmos aprovar uma medida, caso seja aprovado o projeto da criação dos fundos, rubricando esse recurso e dizendo: “Pague-se com o recurso extraordinário a dívida que temos com os mineiros, com a saúde dos mineiros”. Sabe o que acontecerá com a saúde, deputado Carlos Pimenta, nosso nobre diligente e excelente presidente da Comissão de Saúde? O que aconteceu no passado. Vieram R\$5.000.000.000,00 dos depósitos judiciais, e o total de restos a pagar da saúde aumentou. Vieram quase R\$5.000.000.000,00 do perdão da dívida federal, e o total de restos a pagar da saúde e o calote com os prestadores aumentaram. Aliás, virá novamente de uma forma que acredito, sem discussão, que deixa claro para todos nós, a insegurança do expediente e a sua custa e efetividade, ao longo de cinco décadas.

E nós, de novo, assistiremos passivos, porque a questão da saúde continuará sem solução: com o calote e o total de restos a pagar aumentando em escala geométrica; hospitais e prestadores fechando as portas, por absoluta inadimplência das obrigações do governo do Estado. É preciso que tenhamos a coragem, pelo menos, de dizer ao Executivo que, se há recurso novo, é preciso gastá-lo onde é mais crítico para os mineiros: na saúde. É na saúde pública onde está a nossa maior criticidade.

Saúde, segurança, educação, enfim, em tudo há problema, como todos os governos enfrentam problemas, numa República pobre como a nossa.

Mas não poderemos, em Minas Gerais, diante de uma receita tão vultosa, uma receita extraordinária tão expressiva, caso seja aprovada, de novo nos quedarmos, nos calarmos perante o Executivo, e as pessoas continuarem morrendo nas filas com a falta de acesso para procedimentos simples por absoluta inadimplência dos pagamentos da saúde. Estamos tentando, na pior das hipóteses, caso o projeto seja aprovado, de fato, salvaguardar esses interesses da saúde, não permitindo, deputado Bonifácio Mourão... V. Exa. não estava em Plenário quando explicávamos os nossos expedientes aqui apresentados que serão julgados agora. Julgados: é um ato falho interessante, não é mesmo? Na verdade, serão agora analisados pela comissão.

Um dos expedientes, deputado Bonifácio Mourão, é tentar preservar que as novas despesas sejam empurradas para a saúde, porque, na verdade, muitos imóveis alugados são da saúde. Então, que essa nova despesa não conte para fins dos 12% constitucionais da saúde, senão aquilo que já é pouco, no ambiente de escassez financeira, vai ficar menor ainda, porque irão jogar nos 12% de obrigação da saúde as despesas com tal fundo, que não serão pequenas. Há muitos imóveis da saúde nessa lista colocada pelo governo do Estado.

E, da mesma forma, há duas alternativas: ou o valor da dívida fica consagrado, rubricado para pagar aos municípios aquilo que se deve, utilizando estudos do Cosems como base... Deputado Carlos Pimenta, de acordo com o estudo do Cosems, que conhecemos bem, isso não foi questionado pelo governo do Estado. Eles reconhecem que existe aquela dívida com os municípios mineiros. Então, que o recurso extraordinário seja também encaminhado para esse pagamento, para saudar essa dívida com os mineiros. Não se trata do município A, B ou C. É acesso à saúde do povo que mais precisa do SUS.

Acho que precisamos garantir que qualquer receita extraordinária tenha a obrigação de impactar os gastos de saúde, porque os 12% estão lá intocáveis, resguardados pela Constituição. O governo não cumpre, apresenta restos a pagar sequer processados por impacto dos 12%, e todas as receitas extraordinárias não são rubricadas para a saúde, e continuamos a viver o mesmo descalabro.

Se o governo tiver um acerto, e torcemos por isso... Inclusive, aqui está um parlamentar que de maneira alguma torce pelo quanto pior melhor. Queremos é o bem de Minas Gerais. Torço muito para que o governador tenha sempre uma boa iluminação divina nas suas ações. Se, porventura, esse projeto for aprovado, que tenhamos uma segunda etapa de esforço de todos os deputados para que este Poder não seja subjugado mais uma vez pelo Executivo. Que possamos garantir que os recursos sejam prioritariamente para saudar aquilo que é dívida. É uma coisa singela.

Em nossa casa é assim. Estou aflito porque tenho uma dívida, mas consegui um trabalho novo e tive uma receita extraordinária. O que faço? Pago a dívida e não faço novos investimentos. Tão singelo, tão simples. Oxalá que o governo do Estado tenha essa visão também. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Ione Pinheiro * – Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos e a todas. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Após escutar o deputado Antônio Jorge, gostaria de lhe dizer que nada mais me surpreende nesta Casa. Já presenciamos aqui um governador que colocou a mão nos depósitos judiciais. Vimos nesta Casa aumentarem o ICMS por mais de uma vez. Esta Casa deu um cheque em branco para o governador criar secretarias. O que não vimos foi cortarem-se gastos, o que não vimos foi a economia deste governo.

Atualmente vemos um governo que não cumpre nada com a saúde. Os municípios estão aí, cada vez mais o governo estadual devendo aos municípios.

Muito bem lembrado aqui e frisado pelo deputado Antônio Jorge, é de R\$1.600.000.000,00 a dívida de custeio com os municípios mineiros. Saúde é obrigação, é dever do Estado, e o povo mineiro não aguenta mais; o povo mineiro não aguenta mais morrer nas filas sem atendimento, sem o mínimo de atendimento. E acho que hoje o povo mineiro também tem que ter conhecimento, porque falta, sim, dinheiro para a saúde, para a educação. Temos visto faltar merenda nas escolas, mas não temos visto faltar dinheiro para pagar salários, e altos salários. Isso não tem faltado, e está aí, está no Portal da Transparência. Vejam os vencimentos do mês de abril dos funcionários da Codemig. É de nos envergonhar. Eu me sinto envergonhada de um governo que não se preocupa com a saúde, que não se preocupa com a educação, mas não deixa de pagar altos salários para os seus funcionários.

Vou falar para vocês os salários: “Economista, analista de administração – R\$92.659,00; diretor – R\$81.951,98; analista de recursos humanos – R\$78.993,43”. E assim por diante. Não é um, não são dois, não são três, são várias pessoas apadrinhadas, recebendo esses altos salários, Sr. Presidente. E o povo morrendo por falta de remédio nos postos de saúde, morrendo por falta de vaga em hospital, morrendo por falta de responsabilidade deste governo. De um governo, muito bem lembrado hoje pelo deputado Bonifácio Mourão, que já recebeu extra mais de R\$15.000.000.000,00. E onde está esse dinheiro? Pagando os apadrinhados. O povo mineiro tem que ter conhecimento dessa lista, porque são salários de cinquenta e tantos mil, quarenta e tantos mil, e assim vai. Acho isso uma falta de respeito e de compromisso com o povo mineiro. Precisamos colocar um basta nisso, porque o povo precisa é de governantes que atuem com honestidade, é de governantes que tenham a responsabilidade com o dinheiro público. Não adianta ter dinheiro se não temos bons gestores. Precisamos de gestores comprometidos com o dinheiro do povo, gestores que se comprometem com a saúde do povo, porque o povo não aguenta mais. Temos que colocar um basta nisso.

Estamos vendo novamente um projeto criando fundos, que vai ser aprovado nesta Casa hoje, mas é de admirar. Um projeto de tão grande importância, que me dá a impressão que é o último suspiro deste governo. Isso é um sinal de desespero, deputado João Leite. Por que um projeto de uma importância dessa perde prazo na Comissão de Justiça? Isso é falta de respeito com o povo mineiro. Um projeto que tem o prazo esgotado para emissão de parecer na Comissão de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Isso não é brincadeira. Não podemos deixar um governo ficar brincando com a vida do povo mineiro. Uma lista que foi enviada a esta Casa – graças ao esforço do bloco de oposição foi reduzida –, num primeiro momento, deputado João Leite, havia mais de mil imóveis. Tiveram a coragem de nos mandar uma lista que acho uma falta de respeito, porque não estou aqui para terceirizar a minha função de legislar. Tenho compromisso com o povo mineiro, e vou cumprir até o final o meu mandato. Não podemos aceitar essa lista. Você venderia a sua casa como um imóvel que nem foi avaliado? De que você nem sabe o endereço certo? Que não tem uma descrição no cartório de registro de imóveis completa. Isso é brincadeira. É brincadeira, mais uma vez, com o povo mineiro. E estamos vendo acontecer hoje, nesta Casa, a votação do projeto que cria esses fundos.

O deputado João Leite (em aparte) * – Obrigada, deputada Ione Pinheiro. Parabéns pela sua manifestação, como sempre muito firme, com muita inteligência e sabedoria, e com esse algo diferente que V. Exa. tem: essa proximidade com as pessoas, representando-as tão bem na Assembleia Legislativa.

Creio que é isso mesmo. Como um governo escolhido pelo povo de Minas Gerais não dá respostas aos representantes do povo de Minas, para a Assembleia Legislativa?

É impressionante também como não interessa aos deputados da base essa discussão. Eles não querem discutir isso. Eles estão mandando para a Assembleia Legislativa algo... Quanto custa esse imóvel? Qual é o valor dele? É de uma irresponsabilidade. Imaginem, o povo de Minas Gerais confiou ao PT governar este estado. O que o PT fez? E o PT faz isso. Imaginem pegar R\$5.800.000.000,00. V. Exa. conhece bem isso. V. Exa. domina essa matéria. A mãe que precisa criar os filhos – V. Exa. luta por isso, nesta Casa. Meteu a mão no dinheiro da pensão alimentícia, meteu a mão no dinheiro do incapaz. Foi ao Banco do Brasil a mulher que foi abandonada pelo marido, que tinha de receber a pensão alimentícia, Dr. Dalmo Ribeiro Silva, advogado dos pobres, e não havia dinheiro na conta, porque o PT o tirou. Os números são impressionantes. São quase R\$2.000.000.000,00 da venda da folha. São R\$5.800.000.000,00 do dinheiro do incapaz, da pensão alimentícia. São R\$5.000.000.000,00 que o governo federal perdoou ao PT. E não há dinheiro que dê para o PT. Mas V. Exa. explica tudo para nós.

Tem gente na Codemig que ganha R\$90.000,00 por mês. Quem é esse iluminado? Deve ser um ser extraterrestre. Ganhar R\$90.000,00 de uma empresa pública? V. Exa. deu os números aí. Outro ganha R\$70.000,00. É um analista de recursos humanos e ganha R\$70.000,00 por mês? O povo de Minas Gerais é quem paga essa conta. Isso é um escândalo! É um escândalo, em Minas Gerais. E vem, aqui, agora, vender hospital, vender escola, vender o povo de Minas Gerais. É inaceitável. Não consigo aceitar algo dessa maneira.

Hoje, o Mário de Assis, presidente da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Públicas – Fapaemg –, disse que há 10 escolas no Sul de Minas, do Dalmo Ribeiro Silva, fechadas, com risco de incêndio, e o governo não investe na recuperação dessas escolas. Quem vai comprar essas escolas que estão interditadas? Só falta um incêndio queimar as crianças nessas escolas. Ainda bem que determinaram a interdição. Estão certos os bombeiros militares de Minas Gerais, porque é responsabilidade deles.

Essa Codemig, hein, deputada?

A deputada Ione Pinheiro * – É vergonhosa, deputado João Leite. E são vários. Não são poucos que ganham muito lá, não. São muitos que ganham quarenta e tantos, cinquenta e tantos mil reais. Está aí no Portal da Transparência, para todo cidadão mineiro verificar o que estou dizendo aqui.

O deputado João Leite (em aparte) * – Deputada Ione, só para complementar. Essa mesma Codemig tem uma empresa de aviação. Tem um avião que sai da Pampulha e vai para Teófilo Otôni, dizem que com um casal. Vai uma pessoa no avião. E o povo de Minas Gerais está pagando esses voos da Codemig pelo Estado.

E a Cemig, agora, que quer vender a Light? E a Copasa que cobra dos mineiros para recolher esgoto, mas não recolhe? Espinosa, Monte Azul e Mamonas estão bebendo água enferrujada da Copasa. Estamos pedindo laudos para ver se as pessoas estão ficando doentes.

O governo do PT é um escândalo em Minas Gerais. Onde estão aqueles para defender e dizer que estão corretos ao vender o patrimônio dos mineiros?

Parabéns pela sua manifestação, com o seu ar de representante mesmo do povo de Minas Gerais. Parabéns, deputada Ione.

A deputado Ione Pinheiro * – Estou indignada, deputado João Leite. Nunca neguei e não nego. Estou na Casa para votar o que é bom, o que é bom para os mineiros. O meu compromisso é com o povo mineiro. Sendo bom para Minas, com certeza, podem contar com o meu voto.

O que não posso aceitar, gente, é que se vai arrecadar, com a criação desse fundo, R\$4.000.000.000,00, mas isso vai onerar o Estado em R\$35.000.000.000,00 ao longo de 50 anos. Não consigo, deputado Mourão, entender como essa conta fecha, não consigo

entender a justificativa desse projeto. Se está faltando dinheiro, por que os vencimentos da Codemig estão com esses salários altíssimos? Isso é um desrespeito ao povo mineiro, que precisa de saúde com dignidade.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte) * – Deputada Ione Pinheiro, agradeço a V. Exa. por esta oportunidade. V. Exa. está mostrando ao povo mineiro o descontrole total deste governo do PT, denominado governo Fernando Pimentel, que agora chegou ao extremo de querer vender patrimônio do povo de Minas Gerais, através de inúmeros imóveis. V. Exa. fez referência a um prejuízo, a uma arrecadação extra, que comentamos com V. Exa., que o Estado conseguiu, deputado João Leite, no valor de R\$15.000.000.000,00. A arrecadação é extra, isto é, não estava prevista no orçamento.

Disse isso a V. Exa. e me senti na obrigação de mostrar o porquê desses R\$15.000.000.000,00. Primeiro, R\$5.000.000.000,00 da rapa do tacho dos depósitos judiciais. Todos os mineiros sabem disso. Segundo, R\$2.000.000.000,00 da venda da folha de pagamento para o Banco do Brasil. Então já temos R\$7.000.000.000,00. Depois, deputada Ione Pinheiro, o governo Pimentel se beneficiou de uma legislação nova que se aplicou a seu governo, relativa à dívida pública do Estado de Minas Gerais. O Estado de Minas Gerais deve à União cerca de R\$88.000.000.000,00. Veio o governo, ainda no tempo da triste memória da presidente Dilma Rousseff, e baixou uma nova legislação mudando o indexador de IGP-DI para IPCA, baixando os juros de 7% para 4% e dando novo fôlego, novo prazo ao Estado. O Estado de Minas Gerais deve pagar R\$400.000.000,00 por mês da dívida pública de Minas Gerais, mas não está pagando.

Então, só por aí, imaginem quanto o Estado de Minas Gerais deixa de fazer de despesa. Só com os juros que caem de 7% para 4%, numa dívida de R\$88.000.000.000,00, V. Exa. imagina quanto o Estado está lucrando com isso. Quando falamos em R\$15.000.000.000,00, deputada Ione Pinheiro, passa muito disso, passa de R\$20.000.000.000,00, sem dúvida, de arrecadação extra entre o que recebe e o que deixa de pagar. Ainda assim, tem de vender os imóveis de Minas Gerais, pois o valor vai passar de R\$25.000.000.000,00 e vai para R\$30.000.000.000,00 de arrecadação extra, e o povo de Minas Gerais tem de ficar calado, contemplando essa situação que está tirando o imóvel do patrimônio de cada um de nós, não só da deputada Ione Pinheiro, não só do deputado João Leite, não só do deputado Bonifácio Mourão. Não, é de cada um dos mineiros e mineiras, de modo geral. Por isso, o nosso veemente protesto.

A deputada Ione Pinheiro * – Pois é, deputado Mourão. O que a gente vê é que este é um governo que se preocupa muito em acertar as contas com o governo federal, mas não tem nenhuma responsabilidade de acertar as contas com o povo mineiro. Ele tem de começar a fazer primeiro o seu para casa, fazer o para casa aqui dentro de Minas Gerais. O que este governo precisa mesmo é ajustar as suas contas dentro de Minas Gerais, cortar essa mordomia, cortar esses gastos e começar a levar essa administração a sério, pois os mineiros precisam, sim, de respeito, de dignidade. Obrigada, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão * – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, senhoras e senhores deputados, estamos aqui para discutir o Projeto de Lei nº 4.135/2017, que cria seis fundos distintos, entre eles Faimg, Fiimg, que são fundos idealizados pelo governo Pimentel para vender os imóveis de Minas Gerais. Mas, começamos, deputado Cel. Piccinini, afirmando que fundo não tem personalidade jurídica e, não tendo personalidade jurídica, não pode vender nem alugar. Como esse governo pode transferir os imóveis para um fundo que não tem personalidade jurídica e depois pagar aluguel a um fundo que não tem personalidade jurídica? Então, não pode receber aluguel?

Esse fundo se chama Faimg, e está aqui, Fundo de Ativos Imobiliários de Minas Gerais. Esse fundo, por sua vez, de acordo com a arquitetura do governo, recebe do Estado R\$700.000.000,00, mensais, de aluguel. O que o Estado está fazendo? Transferindo imóveis do seu patrimônio para esse fundo, que se chama Faimg; então, o Estado – ele mesmo – estabelece os aluguéis que vai pagar. Aqui há locador e locatário. O locador diz: “Vou transferir o imóvel para você, locatário, mas o Estado é que vai estabelecer quanto vai pagar”. O Estado está dizendo que vai pagar uma média de R\$700.000.000,00 por mês, aliás, por ano. Ao longo de 50 anos, vai

pagar R\$35.000.000.000,00. O Estado está estabelecendo isso e vai pagar ao fundo o que não pode receber, porque não tem personalidade jurídica. O Faimg, com esse dinheiro de R\$700.000.000,00 por ano, vai pegá-lo, de acordo com o que o Estado arquiteta, e transferi-lo para o Fiimg, que é o Fundo de Investimentos Imobiliários do Estado. Então, o Faimg recebe R\$700.000.000,00 de aluguel, transfere para o Fiimg, e o Fiimg o transfere para a bolsa, vende na bolsa, transfere títulos para a bolsa e vai dar como garantia esse aluguel que ele vai receber do Estado. Imaginem que rolo é esse. Primeiramente, o fundo não poderá receber, porque não tem personalidade jurídica. Depois, o Estado toma os imóveis que são do Estado e os transfere para pagar aluguel. São R\$700.000.000,00 por ano, e o Estado vai pagar R\$35.000.000.000,00 em 50 anos, de uma forma absurda. Nós aqui vamos autorizar isso? A Assembleia vai ser responsável por votar essa lei?

E mais: sabemos que o Estado vai fazer a avaliação correta. Por quê? O Estado, para vender o imóvel, tem de ter autorização legislativa e avaliação. Essas são previsões tanto da Constituição Federal quanto da Constituição Estadual. A Assembleia vai autorizar isso? Nós não vamos votar contra? Nós, da oposição, vamos votar contra e estamos aqui fazendo nosso protesto, mas sabemos que a maioria vai aprovar. A maioria aprovando, o Estado vai ter de fazer avaliação. Aí, vem a nossa pergunta, deputada, Ione Pinheiro.

Será que o Estado vai fazer a avaliação correta dos valores venais? Será que o Estado vai vender para um comprador? Não é qualquer pessoa que pode querer comprar um hospital em construção, um prédio onde funciona um fórum e não será entregue facilmente. Deputado João Leite, dizem que forçarão a Cemig, através do seu fundo de pensão, Forluz, a comprar. Será que esse fundo tem condições, está autorizado legalmente a fazer a compra? O Estado teria de forçá-lo; senão, quem vai comprar?

Em nosso pronunciamento, estamos primeiramente tentando mostrar a enrolada que o Estado está fazendo com essa lei. Eu quero resumir, porque é importante que o povo mineiro entenda. Nesse Projeto de Lei nº 4.135/2017, o Estado está criando seis fundos, e, a meu ver, os dois últimos são os principais: o Fundo de Ativos Imobiliários de Minas Gerais – Faimg – e o Fundo de Investimentos Imobiliários de Minas Gerais – Fiimg. O que ele está fazendo? Destinando os imóveis que está vendendo para esse Faimg, que os alugará e receberá R\$700.000.000,00. Depois esse valor será destinado ao Fiimg, que captará recursos no mercado, com a venda de títulos na Bolsa. E através disso o Estado espera arrecadar de R\$4.000.000.000,00 a R\$5.000.000.000,00. Para colocar onde? Aí é que está! O deputado Antônio Jorge, que me antecedeu, centrou o seu discurso nesta questão: onde o Estado vai colocar esse dinheiro? Será na saúde, que está absolutamente carente, que não tem mais jeito de descer, não há mais o fundo do poço? Estamos assistindo a vários depoimentos na Comissão de Saúde; estamos vendo a Santa Casa fechar 450 leitos – poucos estados têm um hospital dessa dimensão. Vários deputados que me precederam nesta tribuna já disseram quantas e quantas pessoas carentes estão sofrendo, estão morrendo, por falta de tratamento adequado. Nas reuniões da comissão estamos batendo nesse assunto, no fato doloroso que é o Estado não aplicar os 12% na saúde, obrigação legal que ele deveria cumprir, mas não cumpre.

Lamentavelmente, o deputado Carlos Pimenta foi ao Tribunal de Contas protestar contra essa situação, mas o órgão aprovou as contas sabendo que esse percentual não está sendo aplicado. No ano seguinte, diz que há restos a pagar, mas não os paga nunca. As despesas não são sequer empenhadas. Há uma irregularidade atrás da outra.

Mineiras e mineiros, como o Estado faz uma negociação como essa? Como a Assembleia pode aprovar uma lei para criar um fundo que não tem personalidade jurídica, e se não a tem, não pode fazer transação comercial, e se não pode fazê-la, não pode alugar nem vender. É essa a lei que estamos aprovando. No ano passado, nós aprovamos, sob protestos e brados contrários da oposição, o projeto dos depósitos judiciais, que não podiam ser feitos, porque o Estado não podia tomar o dinheiro do povo, dos particulares que demandavam, de Maria contra João. Ou seja, o Estado não podia pegar o dinheiro que estava depositado para entregar ao vencedor da demanda. Nós falamos tanto, tanto, tanto, porém o projeto foi aprovado aqui, mas o Supremo Tribunal Federal entendeu que não podia. O Estado havia pegado R\$5.000.000.000,00 e não pôde pegar mais.

Agora, como sempre acontece, ao final de semestre e ao final de ano, vem um projeto de lei dessa natureza para os deputados aprovarem de última hora, para não haver tempo de comentários na tribuna, nem na imprensa, mas aprovam. Aprovam para buscar mais dinheiro. Para quê? Para pagar os salários que a deputada Ione Pinheiro acabou de ler aqui da Codemig de R\$90.000,00? Para se alimentarem da forma que estão se alimentando, comprando os produtos mais caros de carnes, de peixes e assim por diante para o palácio da Cidade Administrativa? Para quê? Para a saúde não é, senão ela não estaria na situação em que está.

Falamos aqui dos hospitais regionais de Minas Gerais. Não parei de falar enquanto não vir esses hospitais prontos. Falo em primeiro lugar do hospital da nossa Governador Valadares, mas há tantos outros, como o de Teófilo Otôni, de Conselheiro Lafaiete, de Uberaba, de Uberlândia, de Sete Lagoas e assim por diante. São hospitais das cidades-polos, dos quais precisamos, pois vão controlar o fluxo do interior para a capital, daquelas pessoas que vêm buscar o tratamento de sua saúde na capital, que não têm mais condições, que não suportam mais tanto sofrimento e que não encontram vagas. Então, fez-se esse planejamento dentro do programa de urgência e emergência do governo Anastasia, que tinha como secretário de Saúde o deputado Antônio Jorge. O hospital de Valadares estava praticamente 80% pronto, o mesmo ocorrendo com os outros. Veio Pimentel e paralisou tudo. Não há uma pessoa trabalhando nesses hospitais. Há mal, mal, um vigia. Estão sendo depredados completamente. Eles atenderiam à clientela do SUS, o povo que não pode pagar plano de saúde, esse pessoal que vivia nas estradas, nas vans, nas ambulâncias, viajando do interior para a capital buscando o tratamento de sua saúde. Tínhamos esses hospitais e agora não temos. E por que isso acontece? O Pimentel paralisou tudo. Ninguém trabalha mais nesses hospitais. Todos foram paralisados. Não são só os hospitais, temos várias UPAs prontas, mas não as põem para funcionar.

Então, a situação está deprimente. Se o Estado vai vender esses imóveis, e temos convicção de que, lamentavelmente, vai ser aprovado aqui, pois o governo tem maioria, tem e a usa do jeito que quer, e infelizmente vai aprovar. Vai aplicar onde? Vai aplicar na saúde? Vai aplicar na conclusão desses hospitais? Vai aplicar fazendo essas UPAs funcionarem? Vai abrir os olhos para esses pobres coitados desses mineiros que estão viajando, buscando o tratamento da sua saúde e não o encontram? E a educação? Será que o Estado vai se lembrar de que a educação em Minas Gerais está longe dos tempos em que eram governadores Aécio Neves e Anastasia, que tirava os primeiros lugares nas olimpíadas de matemática, de português, na avaliação feita pelo Ideb do Ministério da Educação, nos governos Lula e Dilma?

Fiz um pronunciamento recente, deputado Sargento Rodrigues, na semana passada, na última quarta-feira, antes de o governador Aécio Neves ser liberado pelo ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, para voltar ao Senado, sobre a administração Aécio Neves e Anastasia em Minas Gerais, particularmente de Aécio Neves, que foi, sem sombra de dúvida, sem paixão política, sem partidarismo, deputado João Leite – falei quarta-feira passada, antes do pronunciamento do Supremo Tribunal –, um dos maiores governos da história de Minas Gerais. Ao falar isso, lembrei-me do que ele fez pela saúde. Não falava do que ele fez em cada área, mas sim sobre resultados. Um trabalho bem-feito pela saúde deu como resultado a média de vida passar de 72 para 75 anos. Isso não cai do céu. É um trabalho de quatro ou oito anos bem-feito e que deu esse resultado. Estou falando com base em dados que citei do Ministério da Saúde, da Fazenda, da Educação, e assim por diante.

Quanto à mortalidade infantil, em 2003 morriam 18 crianças para cada 1.000 nascidas vivas. No final do governo Aécio Neves, morriam 11. Não era o ideal, mas caiu em 7 o número de mortes. Foi à toa? Não. Esse foi um trabalho feito com amor, perseverança e competência do povo de Minas Gerais. Na área de educação, quantos benefícios! O governo Aécio Neves matriculou a criança no ensino fundamental para frequentar a escola durante nove anos, porque ela frequentava a escola durante oito anos. Na área de estradas, lembrei-me de quando Aécio Neves assumiu o governo, em 2003, época em que havia 13.000km de estradas pavimentadas em Minas Gerais. Quando seu governo terminou, havia 21.000km. O governo dele praticamente dobrou o que todos os outros governadores haviam feito. Na área de telefonia, lembro que na grande maioria dos municípios mineiros não pegava telefone

celular. Quando terminou o governo Aécio Neves e Anastasia, pegava telefone celular em todos os municípios mineiros, até mesmo em inúmeros distritos, o que foi completado por Alberto Pinto Coelho. Disse isso na semana passada.

Agora, o que este governo fez por Minas Gerais? O que este governo Pimentel, do PT, tem feito para Minas Gerais. Falei aqui e fui citando dados, comparando. Fui falando e citando dados. Tenho esses dados para mostrar para quem quiser. Você lembra, deputado, que os governadores Aécio Neves e Anastasia publicaram livros com o balanço das suas administrações. Ali há depoimento de diretor do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e de muitos outros mostrando as parcerias que fizeram nesses governos. Agora vem Pimentel... Como falamos aqui, deputado Ione, só de arrecadação extra, sem previsão orçamentária, há cerca de R\$20.000.000.000,00. Onde está esse dinheiro? Não está em obras, porque não as vemos. Os hospitais públicos que estavam em construção estão paralisados. O Anastasia deu prosseguimento ao programa ProAcesso do Aécio Neves, que levou asfalto a 234 municípios mineiros. E o programa Caminhos de Minas era para ligar um município a outro, facilitando a vida dos mineiros. Presidente Dalmo Ribeiro Silva, esse programa parou também, não teve prosseguimento.

Agora quer mais dinheiro? Quer vender o patrimônio do Estado de Minas Gerais. Daqui a uns tempos, deputado João Leite, se continuarmos nessa toada, vai vender o Triângulo, vai vender o Vale do Rio Doce. Como vamos ficar nessa?

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – V. Exa. sempre brilhante, Prof. Mourão. Pedi licença ao deputado João Leite. V. Exa. discorreu sobre todos os feitos dos governos anteriores e deixou uma indagação. Peço ao deputado João Leite, caso minha memória me traia, que ele me auxilie. Este governo completou dois anos e meio agora. Vou tentar resgatar de minha memória o que este governo fez. Se é que podemos chamá-lo de governo, Prof. Mourão. Na verdade, não há, por parte desse cidadão que está sentado na cadeira de governador, nenhuma responsabilidade no trato da coisa pública.

Aqui vamos tentar enumerar. Vou falar sobre o primeiro projeto de lei, deputado Dalmo Ribeiro Silva. A mensagem do governador foi enviada no dia 5. O primeiro projeto de lei criou três secretarias e centenas de cargos comissionados. Com qual objetivo? Mesmo dizendo que o Estado estava quebrado e que devia R\$7.000.000.000,00, ele criou três secretarias e centenas de cargos comissionados para abrigar a companheirada do PT e de seus aliados.

Logo depois, no ano seguinte, ele alardeou que faria uma reforma administrativa, deputado João Leite, com a qual enxugaria a máquina pública para conter os gastos da folha e de custeio. Ele enviou novo projeto de lei e criou mais três secretarias e centenas de cargos comissionados. V. Exa. vá observando os feitos. No fretamento de jatos, ele aumentou em mais de 1.000% as despesas, saindo de R\$138.000,00, em 2014, último ano do governo anterior, para a cifra de R\$1.074.000,00 em 2016. Esses seis meses já dão uma demonstração de que vão ser superados esses R\$1.074.000,00.

Na área da segurança pública, ele retirou o dinheiro de todas as forças de segurança, tanto do custeio quanto do investimento – ele reduziu drasticamente a destinação de verbas; na educação, deputado Bonifácio Mourão, ele deixou até o presente momento 1.713 escolas de tempo integral sem o dinheiro da merenda escolar; na área de saúde, os hospitais foram completamente abandonados, a tal ponto de a Santa Casa de Misericórdia, o Júlia Kubitschek e tantos outros clamarem pelo amor de Deus para o governador repassar o que deve, mas que ele não repassa. Portanto, na área da segurança, na área da educação, na área da saúde, em todas as áreas foi um desastre este governo.

Mas não falta dinheiro para comprar 200kg de salmão, de lagosta, de camarão GGG, de cerveja belga; não falta dinheiro para andar de jato, para buscar o filho de helicóptero depois de uma ressaca em Escarpas do Lago; não falta dinheiro para trazer e patrocinar os encontros do PT que foram feitos aqui – foram gastos R\$250.000,00, R\$100.000,00 num ano e R\$150.000,00 para receber S. Exa. Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-presidente da República. E tantos outros malfeitos foram efetivamente realizados. O pior de todos eles, Prof. Bonifácio Mourão: fazer mais de 600 reuniões, aliás, mais de 1.400 encontros – os fóruns regionais – e ainda submeter a Assembleia, impondo a proibição de audiências fora de Belo Horizonte. Fomos proibidos pelo governador do Estado Fernando Pimentel, foi isso que aconteceu na prática.

Os malfeitos são muitos, tenho a certeza de que minha memória não alcança todos. Basta olhar como a Cemig implodiu de cargos comissionados. Todos vêm dizendo, nos bastidores, que o andar daquela empresa vai desabar uma hora destas de tantos cargos comissionados ocupados pela companheirada do PT. Mas não é cargozinho, Prof. Mourão, é cargo de R\$5.000,00, de R\$10.000,00, de R\$15.000,00, de R\$20.000,00 para a companheirada do PT. Foi isto que o governo fez: tomou os depósitos judiciais dos particulares e aprovou projetos inconstitucionais. Ou seja, tudo aquilo de malfeito este governo fez em dois anos e meio de péssima administração pública.

O deputado Bonifácio Mourão * – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. acaba de demonstrar por que o governo está querendo mais dinheiro. É por causa desses gastos descontrolados, desgovernados e para ter mais dinheiro para fazer farras semelhantes a essas que V. Exa. mostrou em seu brilhante aparte.

Voltando aos fundos – estamos falando para as mineiras e para os mineiros –, o governo, com esse primeiro Projeto nº 4.135, ao chegar aqui, estava querendo vender 5.041 imóveis em Minas Gerais. E o projeto é em regime de urgência. Vale dizer o seguinte: nós, deputados, teríamos de votar no escuro a venda de 5.041 imóveis de Minas Gerais.

Quando começou a se debater a questão aqui, percebeu-se que um projeto dessa dimensão não podia correr em regime de urgência. Aí, nós, da oposição, que batalhamos demais contra a aprovação desse projeto, tivemos de entrar na Justiça. Ao entrar com mandado de segurança na Justiça, conseguimos que o desembargador desse a liminar, e o Estado foi obrigado a listar os imóveis que estava vendendo. Antes, ele não havia listado os 5.041 imóveis, estava tudo sem identificação, sem o cartório de registro, sem a localização. Não havia nada disso. Aí, depois que veio a liminar, o Estado fez uma nova lista e baixou para 1.355 imóveis. Agora, voltou o regime de urgência, e o Estado baixou novamente o número para 245 imóveis. Mas, mesmo nesses 245 imóveis, há problemas seriíssimos para resolvermos.

Primeiramente, já mostramos que a lista de imóveis a serem vendidos caiu de 1.355 para 245; antes eram 5.041. Desses 245 imóveis, 112 não constavam na lista do anexo II do original; 82 não possuem numeração; 94 não têm número, totalizando 176 imóveis – 71,8% dessa nova lista de 245 imóveis; 7 não possuem informação de logradouro; 11 não possuem informação de área; 7 não possuem identificação do cartório em que estão registrados – quem não registra não é dono; 10 não possuem a informação do livro no qual está localizado o registro; 46 não possuem informação da folha do livro no qual está localizado o registro. Então, está tudo errado. O Estado não tem condições de pedir à Assembleia autorização para uma venda dessa natureza.

Desde o início do meu pronunciamento, estou mostrando que fundo não tem personalidade jurídica, não pode vender imóvel, não pode alugar imóvel, não pode adquirir imóvel, porque fundo não tem personalidade jurídica. Então, fundo não pode fazer transação de espécie nenhuma. Inicialmente, reduziu-se de 5.041 imóveis para 1.355, por força de decisão judicial; agora, reduziu-se de 1.355 para 245, havendo, nos 245, essa série de irregularidades que acabei de ler, não há registro nem localização. Mesmo assim, estão querendo que a Assembleia autorize a venda desses imóveis.

Além disso, tenho em mãos uma notificação judicial feita pela Construtora Almeida Ltda. e Francisco de Oliveira Naves Aguiar contra o Estado, contra a Mesa da Assembleia, em relação ao Parque Serra Verde, porque constava a sua implantação, quando da criação da Cidade Administrativa. Agora, o Parque Serra Verde está notificando o Estado para que se faça realmente essa implantação. O Estado não está nem pensando nisso, está querendo vender os imóveis. Se o Estado está vendendo ou não o Parque Serra Verde ou a Cidade Administrativa é uma interrogação, porque ele está fazendo questão de enrolar.

O governo não está identificando os imóveis; então, a Assembleia vai ter de votar no escuro. Nós, da oposição, não estamos com medo desse escuro, porque vamos votar contra. Não há claridade suficiente para nos iluminar para sabermos o que vamos fazer. Então, diante disso, de tudo que já dissemos, de tudo que já foi esclarecido aqui, estamos vendo que esse é um mau negócio, deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Nosso tempo está se esgotando, mas queremos registrar, mais uma vez, o nosso protesto, a nossa indignação com a venda do patrimônio do Estado de Minas Gerais, que foi construído ao longo de tantos e tantos anos, com dedicação, esforço e competência de tantos governadores. Eles lutaram muito para adquirir o patrimônio que temos, esperando que ele seja administrado com competência, o que não está acontecendo hoje.

Em vez de fazer esse patrimônio crescer, que é obrigação de cada governador. É para isso que o eleitor vota no governador, que é seu representante maior no Executivo, é para fazer o Estado crescer, e com ele, o seu povo, os seus habitantes. Mas aqui acontece o contrário, o Estado está sendo diminuído. Diminuído na sua grandeza, no seu patrimônio, de uma forma ilegal, de uma forma irregular, de uma forma abusiva ao direito e às Constituições do Estado e do País. De uma forma desrespeitosa ao Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, que tem a obrigação e o dever de votar contra um projeto dessa natureza, ilegal e prejudicial ao interesse maior do povo de Minas Gerais. Por isso a oposição registra, com clareza solar para todo o povo de Minas Gerais, que é contra a aprovação desse projeto. Não aceitamos desfalcar o patrimônio de Minas Gerais de forma injustificável, ilegal e absurda.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Sr. Presidente, deputados e deputadas, imprensa, TV Assembleia. Deixo de conduzir os trabalhos desta tarde para fazer uma reflexão com os nossos parlamentares sobre esse projeto tão polêmico e difícil de ser analisado. Lamento não estar sendo visto nem acompanhado pelos parlamentares da situação. Um projeto que está se arrastando sem passar por nenhuma comissão. Sabemos da importância da Comissão de Constituição e Justiça, a qual teve o privilégio de presidir por mais de dois mandatos. É a porta de entrada do projeto, o início de um encaminhamento que, com certeza, virará norma. Esse projeto em nenhum momento recebeu parecer da Comissão de Constituição e Justiça, comissão tripartite, que trata da juridicidade, legalidade e constitucionalidade. O projeto preferiu passar em alpes para não ser analisado sobre se tem vícios. E, mais uma vez, quero manifestar desta tribuna, como advogado, que vícios insanáveis não foram discutidos, porque a comissão não o analisou.

Posteriormente, a Comissão de Administração Pública sequer verificou os trâmites e principalmente a mensagem do governador, pedindo sua aprovação. E nem mereceu nenhum conhecimento da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Vejam só, um projeto dessa magnitude, dessa importância, dessa relevância, não passou em nenhuma comissão temática da nossa Assembleia. É de estranhar.

Em outras oportunidades, já manifestamos a nossa preocupação quando foi encaminhado o projeto para fazer a liberação de depósitos judiciais. Usei a tribuna para manifestar a inconstitucionalidade do projeto, pois, da forma como estava sendo apresentado, não teria um caminho legal, constitucional, para merecer a vigência legal.

Agora, estamos no mesmo caminho, no mesmo ritual, como já aconteceu com as mensagens e os projetos que não mereceram, em nenhum momento, o conhecimento das comissões obrigatórias, o que se faz necessário. Mas, pelo Regimento Interno, perde-se prazo, passa-se para outra comissão, outra comissão, e vem a Plenário. E aqui no Plenário, na presença dos parlamentares, foi emitido o parecer pela sua aprovação na íntegra.

Os parlamentares se recordam perfeitamente de quando a comissão solicitou esclarecimentos ao secretário de Fazenda, à equipe do governo, e eu, particularmente, levantei inúmeras dúvidas sobre a relação dos imóveis. Temos quatro anexos, cada um de um jeito, cada um em um formato, querendo modificar os imóveis – imóveis que estão praticamente alugados, cedidos aos municípios, para nossas Apaes e para nossas creches. Aliás, desde o projeto inicial, essa relação veio equivocada, cheia de erros, citando imóveis que não pertencem ao Estado, imóveis que já foram doados, que já foram objetos de doação nesta Casa.

Agora o projeto vem à votação. Vou votar e encaminhar contrariamente, como estou fazendo, em respeito ao nosso povo e ao dinheiro do povo, porque não é assim que se faz. Já se disse aqui que o Estado de São Paulo fez a mesma coisa e criou um fundo. Não podemos equiparar o nosso Estado a São Paulo. Lá, foi para o privado; aqui, para o público. E onde está o dinheiro? Hoje mesmo já falamos da precariedade em que se encontra nossa saúde, com nossos hospitais praticamente fechando as portas. E não temos a

quem recorrer nem onde buscar uma garantia de entrega de remédios, por exemplo. Também estamos com problemas seriíssimos em nossas escolas estaduais. Só no meu Sul de Minas, na superintendência de Pouso Alegre, 77 escolas aguardam uma reforma – uma reforma no telhado, no banheiro, para acessibilidade, etc. – que está assinada desde dezembro, mas não aconteceu até hoje, e não temos a quem recorrer. Hoje, pela manhã, o presidente da Fapaemg, Mário Assis, trouxe-nos a notícia de que o Ministério Público interditou escolas da região de Lavras, Luminárias e Itumirim, por falta de segurança para os alunos.

Então, nesse projeto, temos muito dever e responsabilidade. Sabemos das andanças do projeto desde que ele entrou em tramitação, mas não nas comissões, e ninguém soube realmente o que deseja. E agora vimos que o governador pediu o regime de urgência. Ele quer urgência para fazer com que esse projeto se transforme em recursos, em moeda, para garantir os seus cofres, como já foi dito. Mas não sabemos se isso é para pagar o 13º salário; não sabemos o que vai ser pago. E a nossa saúde? Queremos discutir! Eu quero discutir! Se ele estivesse nas comissões, abriríamos uma discussão clara. Na minha região, estão morrendo pessoas na MG-290, e não temos solução. Aliás, vai se fazer uma privatização e uma conscientização para que a própria BR-459 tenha participação nos pedágios para ter recursos para a melhoria das rodovias estaduais.

Então, vejo que essa situação é muito desconfortável. Esse projeto está chegando ao final, mas estamos obstruindo e deixando clara a nossa posição contrária. Não podemos tratar as coisas do povo mineiro, do meu Sul de Minas, dos nossos municípios como estão querendo tratá-las. Queremos conhecer o projeto e debater a matéria.

Queremos debater e conhecer. Como aprovaremos um projeto dessa magnitude e envergadura? Para fazer o quê? Recursos ao caixa do Estado. Até, por sinal, se tivesse carimbado como São Paulo na questão da venda para o privado. Aqui, para o público, não sabemos para onde nem como será destinado o recurso a ser levantado desses imóveis que estão sendo postulados para a criação do fundo.

Quero, mais uma vez, manifestar a minha total discordância. Já o fizemos em todas as oportunidades. Quando o secretário esteve aqui, procedi ao levantamento e, naquele momento, ele me deu razão, porque a lista estava realmente confusa, tratando somente de códigos, códigos de imóveis, e não como se faz uma lei. Quando um prefeito encaminha à câmara um projeto para a venda de um imóvel, obrigatoriamente, precisa mostrar de onde veio, o cartório de registro de imóveis, a sua área, se tem pendência ou ocupação. É isso que tem de ser feito de forma transparente. Não é por aqui que está se fazendo. Não há um documento cartorial nem nada que prove o que estamos dizendo, desde o primeiro momento. Preferiram pôr somente códigos. Nós, Sargento, corremos para ver onde estão esses códigos. No entanto, não conseguimos detectá-los, porque o código está somente na Seplag. Não se fala de onde vieram nem para onde vão os imóveis. Aqui está sendo postulada a sua alienação.

Então, mais uma vez, manifesto a total contrariedade com relação a esse projeto. Vamos encaminhar como estamos encaminhando e votaremos até o final. Tenho a certeza de que, por tudo o que passou esse projeto, a sua rapidez e agora como regime de urgência, ninguém teve conhecimento real do que está sendo apurado nem dos valores dos imóveis. Não sabemos de nada. É uma carta no escuro que estamos dando. Não podemos fazer isso. Temos responsabilidade. Estamos vendo os prefeitos hoje vir à capital para, pelo menos, buscarem recursos para manterem a folha de pagamento e os remédios nos postos de saúde. Há prefeito buscando aqui auxílio da segurança pública, porque não têm delegado, soldado, viatura. Precisamos olhar os interesses dos municípios que estão sendo praticamente massacrados por falta de verbas e, principalmente, de recursos, no dia a dia, na condução da sua responsabilidade.

Portanto quero deixar consignado que estamos encaminhando contrariamente a esse projeto. Esperamos que amanhã – aliás, não sabemos se será votado ainda hoje – votemos contrariamente. Vamos encaminhar, no momento da votação, o nosso voto manifestando nossa discordância. Essa é a nossa manifestação. Não concordamos e votaremos, com certeza, contrariamente. Esse é o nosso parecer. Obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Deputado Dalmo, o deputado Felipe Attiê, nosso colega, está terminando a assinatura de um documento na antessala e, até a chegada dele, aproveito para dizer que V. Exa. tocou num assunto que eu havia

abordado, que é a questão da transparência – aliás, fui o primeiro a discutir a matéria hoje na parte da manhã. V. Exa. diz perfeitamente que ela não existe. No projeto de lei, são quase 6 mil imóveis. Por parte do governo não há transparência alguma com essa matéria. E o pior, parece-me que esse projeto sequer foi apreciado na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Dalmo. O deputado Bonifácio Mourão, que antecedeu a sua fala, disse... V. Exa. também traz a matéria.

Sabemos que foi assim com o projeto dos depósitos judiciais. A oposição falou, alertou, advertiu. Obstruímos e dissemos para que todos pudessem ouvir sobre a inconstitucionalidade da matéria. V. Exa. sabe perfeitamente que não há absolutamente transparência nesse projeto do governo. Um projeto que o governo enfiou goela abaixo porque possui a maioria da sua base na Casa.

O grande problema que vejo numa grave deformação do Parlamento, deputado Dalmo, é que deputados que se julgam da base de governo – aí não estou falando nem deste Parlamento, não estou falando nem deste governo, mas de governos também anteriores, pois o Legislativo tem essa deformação – não querem questionar. O deputado da base de governo diz “sim” para tudo que o governo encaminha para cá.

Esperamos que os deputados da base de governo novamente não cometam o mesmo erro que cometeram com o projeto dos depósitos judiciais. Que gritemos aos quatro cantos desta Assembleia: “Vejam, o projeto viola o Código Civil, o Código de Processo Civil, leis infraconstitucionais e a própria Constituição da República. Ele não poderia existir em momento algum”. Nós, deputados estaduais, não tínhamos competência para legislar sobre a matéria, mas o que aconteceu na prática, deputado Dalmo, é que o projeto foi aprovado a toque de caixa, e os deputados da própria Comissão de Constituição e Justiça tiveram a desfaçatez de aprovar a matéria tranquilamente. Eram deputados, sendo muitos com formação jurídica que poderiam ter exercido aquilo que sabemos, que é o chamado controle de constitucionalidade feito pela Comissão de Constituição e Justiça deste Parlamento. Não fizeram, e agora esse projeto está do mesmo tamanho, deputado Dalmo, não passou pela CCJ, não tem transparência, não informa quais são, de fato e de direito, os prédios que estão sendo colocados à disposição dos agiotas.

Na verdade, o que os agiotas estão fazendo? O governo entrega quase 6 mil imóveis que não são do governador. O governador Fernando Pimentel precisa entender que esses imóveis não são dele, mas do povo mineiro, do cidadão, do contribuinte. Ele entrega os imóveis para os agiotas, que vão pagar R\$4.000.000.000,00 ou R\$5.000.000.000,00. Já no governo de Minas, quem vai pagar a conta é o cidadão, algo em torno de R\$35.000.000.000,00 ao longo de 50 anos. Uma lástima este governo. Péssima administração.

Essa é a contribuição que gostaria de fazer na fala de V. Exa., deputado Dalmo.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado. É isso mesmo. Estamos discutindo e buscando transparência na coisa pública.

O deputado Felipe Attiê* – Cumprimento o Sr. presidente em exercício, deputado Rogério Correia; o Sr. deputado que me antecedeu, Dalmo; e os deputados João Leite e Sargento Rodrigues.

Chegou a hora. O governo trapalhão, o governo das coxas e da desorganização encaminhou para cá a lista de imóveis que eram a Santa Casa, os Correios, a polícia, escolas. Na década de 1990, eles ficaram de construir escolas estaduais e postos de saúde, como no caso de Uberlândia, mas não construíram. Esses imóveis têm reverter para a Prefeitura de Uberlândia. Coisa sem pé e sem cabeça de gente que quer aprovar a toque de caixa, que não tem um mínimo de consideração e respeito pelos deputados da Assembleia de Minas, mandando um projeto desse jeito para cá, aos trancos e barrancos, com mais de mil imóveis que não poderiam ser vendidos. Agora caiu de 1.355 para 245 imóveis. Quer dizer que 1.100 imóveis aqui estavam errados. Tínhamos razão. Porque quem deu o grito fomos nós. A base do governo, para a criação desses fundos, teria vendido esses imóveis; teria vendido delegacia de polícia, escolas. Vejam que falta de responsabilidade de um governador assinar esse projeto e enviar para a Assembleia. Onde estão seus assessores? Onde está a eficiência e a competência deste governo? Junta um embromão atrás de dinheiro e também um outro, que só faz reunião,

e fica para cá, para lá, e não apura nada, esses dois secretários fazem o governador fazer papel de ridículo. Mandam para cá 1.355 imóveis, e, quando vamos apurar realmente, só poderiam ser vendidos 245, se é que podem – reduziram em 1.100 imóveis.

Na verdade, isso é a desorganização deste governo. É o governo do desespero do dinheiro; é um governo que está com os seus dados muito ruins; um governo que, como sabemos, está fadado a fracassar; um governo que não tem projeto. A LDO, que é um projeto de lei de diretrizes orçamentárias, espelha o que será o orçamento do governo de Minas: uma catástrofe. Esse governo vive de invenções mirabolantes. A primeira delas foi passar a mão em R\$5.000.000.000,00 de terceiros, dos depósitos judiciais, para fechar as contas de salários; no ano passado deixou de pagar a dívida interna com a União, em torno de R\$4.000.000.000,00; e agora precisa sacar R\$5.000.000.000,00. Precisa de dinheiro a todo o custo e burla a Lei de Responsabilidade Fiscal, burla a legislação que existe sobre fundos e cria mecanismos para poder passar a mão em dinheiro do próprio Estado, porque ninguém vai comprar nada desses fundos. Quem vai entrar numa barca furada dessas? Quem vai comprar título de fundo de governo do PT, que não paga nem aos servidores em dia, que está parcelando os contratos, que tem um déficit aceito na LDO. Porque o déficit sempre é de R\$15.000.000.000,00, e eles maquiam, aceitam que é de quase sete e pouco.

O governo é irresponsável, e vou explicar por quê. Mandou para cá previsão do orçamento do ano que vem: R\$52.000.000.000,00 de folha de pagamento, R\$39.000.000.000,00 de ICMS. O ICMS, que é o grande imposto do Estado, sequer dá para cobrir a folha de pagamento dos ativos e dos inativos. O déficit da previdência, que, em 2016, foi de R\$15.000.000.000,00; em 2015 tinha sido de R\$7.800.000.000,00 – dobrou de 2015 para 2016. E agora alegam, em 2017, que são R\$15.000.000.000,00 de déficit. Ou seja, as receitas previdenciárias ficaram, no ano passado, em R\$5.000.000.000,00; e as despesas do fundo, para pagar os aposentados, em R\$20.000.000.000,00 – o regime próprio de previdência do servidor estadual. E agora esse déficit iria para R\$19.000.000.000,00. De R\$7.000.000.000,00, de R\$15.000.000.000,00 do ano passado, a R\$19.000.000.000,00, R\$18.000.000.000,00. Está falindo o Estado, e o governo empurra isso com a barriga, como se não fosse nada, e está atrás de jogadas mirabolantes, como o confisco dos depósitos judiciais, com essa invenção de fundo, para tentar levantar dinheiro a todo o custo, a toque de caixa, no mercado, sem condições de fazê-lo.

Quem vai acreditar num governo que manda uma LDO para cá, que tem um déficit de R\$15.000.000.000,00 e maquia contabilidade. É a contabilidade criativa da Dilma. O Pimentel tem uma escola muito boa. Ele e o PT têm uma escola que mostraram para todo o mundo. A Dilma dizia que o déficit era de R\$20.000.000.000,00; depois admitiu ser de R\$40.000.000.000,00. Quando saiu, e foram apurar o déficit, maquiado pelo Tesouro Nacional, maquiado pela contabilidade criativa, maquiado pelas falhas que existem na lei orçamentária brasileira, que é Lei Federal nº 4.320, de 1964, uma lei antiga, pudemos ver que o déficit do governo federal era de R\$170.000.000.000,00, e não os R\$20.000.000.000,00. De R\$20.000.000.000,00 para R\$170.000.000.000,00 são quase nove vezes mais, oito vezes e meia mais do que ela admitia. Então o PT é a mesma coisa. O déficit aqui gira em torno de R\$15.000.000.000,00 para fechar as contas. Maquia, coloca sete, e vou dizer aos senhores o seguinte: não é isso, o governador diz que as despesas gerais do Estado vão crescer 9,5%, mas a despesa de custeio da máquina não cresce só 9%, mas 18,3%.

Qual vai ser a inflação desse orçamento que o governo de Minas admite para o ano que vem? De 4,3%. Um crescimento de todas as despesas da ordem de mais de 900, com uma inflação de 4%. Isso significa um crescimento real de mais de 5% nas despesas. Existe ICMS, receita para isso? Não. Existe atividade econômica, no Estado, crescendo para isso? Não. E a despesa de custeio da máquina, o pagamento da companheirada, o funcionamento da máquina do PT? O crescimento da despesa sobre o custeio é de 18,4%, enquanto a inflação do próprio orçamento é de 4,3%.

Os investimentos, povo de Minas Gerais, as novas estradas, o término das estradas, como a de Campo Florido e Uberlândia, que está há 50 anos esperando, as escolas, vão cair de R\$4.000.000.000,00, neste ano, para R\$2.000.000.000,00, no ano que vem. São 50% de corte no gasto bom e explosão do custeio da máquina. É a atividade-meio deixando o povo, lá no fim, sem o remédio, sem a estrada, sem a nova escola, sem o término do hospital, sem nada. Redução de R\$4.000.000.000,00 para R\$2.000.000.000,00, sem

emprego, e o governo sem novas receitas. O investimento cair de R\$4.000.000.000,00 para R\$2.000.000.000,00, num Estado deste tamanho? Acabou! Este estado está tecnicamente quebrado, falido. Esse povo não tem projeto para nada para Minas Gerais. O projeto deles é buscar a reeleição, aos trancos e barrancos, tratorando a Assembleia de Minas, passando em cima dos deputados, para fazer aquilo que querem, que é se manterem no poder, não deixarem o poder. Não têm condições sequer de cumprir o acordo.

Outra coisa: quem vai comprar fundo do PT com a LDO desse jeito para o ano que vem? Qual empresário? Quem é o louco de hospício de dar um centavo da iniciativa privada para Pimentel, José Afonso e Helvécio Magalhães? Ninguém. O que eles vão fazer? Usar o dinheiro do Forluz, dos fundos de pensões para comprar essas arapucas fundiárias, arapucas “fundófilas”, dos fundos, de um Estado que não tem fundo. Por não ter fundos – está falido, quebrado –, este estado está criando uma arapuca “fundófila”, que é essa confusão dos fundos, para vender isso ao patrimônio público do Estado, aos fundos de pensão, dando um enorme prejuízo aos fundos de pensão; e usar o dinheiro dos fundos de pensão para pagar a folha de pagamento do 13º salário dos servidores, senão o Estado não pagará aos servidores, porque não tem dinheiro. As contas estão completamente desorganizadas. Com isso, dará um rombo nesses fundos, lá na frente.

Da iniciativa privada, não vai dinheiro. Isso é um mecanismo, são fundos ilegais. Esse fundo de securitização da dívida é uma operação de crédito disfarçada de antecipação de receitas, considerada pelo TCU, considerada pela Justiça. É um absurdo isso. É um governo que está no limite do endividamento, quase beirando 200% da receita corrente líquida, isso quando não ultrapassa os 200%. É um governo que, para dizer que ainda há margem de empréstimo, escreve os depósitos judiciais na sua contabilidade pública, em 2015. Sabe como? Como receita. Pegou dos outros sem autorização, roubou da dona Maria e do seu Joaquim o dinheiro e gastou, com a autorização da Assembleia. A lei foi considerada inconstitucional. Tem de pagar, devolver. Mas disseram que foi uma receita para subir o valor da receita corrente líquida e continuar com a possibilidade de pegar empréstimo. Mas, logo em seguida, explodiram as despesas com o custeio de pessoal, que estão aí comprovadas.

No ano passado, no orçamento de 2016, elas foram de R\$43.000.000.000,00, contra o ICMS de R\$34.000.000.000,00, contra o ITCD de R\$620.000.000,00 e um IPVA de R\$4.000.000.000,00. São R\$38.620.000.000 contra uma despesa de pessoal, ativos e inativos de todos os Poderes, de R\$43.000.000.000,00. Os três principais tributos do Estado não cobrem sequer a folha de pagamento e a manutenção das estradas. E o término da obra vergonhosa do anel viário que está lá? Um projeto de Newton Cardoso. O Anel Viário Sul de Uberlândia, começou em 1994, no governo Hélio Garcia. Estamos em 2017. São 23 anos, e o governo do Estado de Minas Gerais não terminou o Anel Viário Sul de Uberlândia, de sua responsabilidade.

Sabem o que aconteceu? O anel viário está dentro da cidade, no meio dos condomínios de luxo, no meio das casas de *shows* e eventos.

O Estado fez, agora na eleição, uma obra lá para arrumar dinheiro e a largou parada. Nesta semana, morreu gente. Só na época de eleição que essa obra funciona. Deve ser para arrecadar dinheiro para as empreiteiras. Não tem outra explicação. Depois para. E tem gente morrendo lá. A Lidormira, que é uma avenida importantíssima que liga as casas de festas ao clube de caça e pesca, está lá interditada, abandonada. A obra começou no governo Hélio Garcia, em 1994, e o povo morrendo em acidentes, porque o DEER não faz, não dá ordem em seu serviço, não anda. Esse é o governo de Minas Gerais, com o qual, às vezes, o povo do Triângulo fica bravo. Estou dando um exemplo da 2ª maior cidade do Estado, não estou falando...

O Anel Viário Sul de Uberlândia começou em 1994, e até em 2017 não terminou. O projeto é de Newton Cardoso, e a execução, de Hélio Garcia. Veio Azeredo, veio Itamar, veio Aécio, veio Anastasia, veio tudo, e não terminam o anel viário. E agora o anel viário é dentro da cidade, já virou rua, avenida da cidade, porque, em 1994, Uberlândia tinha 300 mil habitantes e, hoje, tem 700 mil.

Então é um Estado atrasado, deficitário, que, pelo contrário, cobra imposto da nossa região violentamente e uma série de coisas. Isso irrita, porque as empresas migram para Goiás e São Paulo. É um governo descabeçado. Isso é uma vergonha! Este

governo está desse jeito. Não tem investimento, não tem nada e inventa essa arapuca desses fundos para tomar dinheiro das empresas estatais, roubar o patrimônio de aposentadoria dos servidores das estatais, fundos esses feitos pelo Estado para pagar conta de custeio da máquina, para dar conta de não falir e não deixar de pagar o 13º salário no final do ano. Isso é mais uma jogada, mais um coelho da cartola, e não resolve nada. O Pimentel não toca nos problemas fundamentais, não enfrenta nada. Os dados estão aqui publicados no *Minas Gerais*. Não é invenção minha. Estou discutindo os dados.

É uma vergonha esse projeto. Vamos votar contra o projeto desses fundos, não o aceitamos. Isso é mais uma arapuca que está sendo criada por este governo e que vai, mais uma vez, tentar torrar o patrimônio do Estado, de forma a buscar dinheiro, como buscou dos depósitos de terceiros e agora dos fundos de pensão de estatais de Minas Gerais. Ele quer limpar esses fundos para pagar conta. E depois? O que será para o ano que vem? Isso é para tapar o rombo de dezembro agora? E o que será para o ano que vem? Qual será a invenção mirabolante? Qual arapuca, qual coelho da cartola esses senhores, o Sr. Helvécio e o Sr José Afonso, vão tirar?

Este governo empurra com a barriga uma situação que vai explodir mais cedo ou mais tarde e não toma as providências. Mente, engana e pensa freneticamente nas eleições do ano que vem. Olha, dessa forma não tem como administrar o Brasil, não tem como administrar Minas Gerais. Minas Gerais carece de um projeto logístico, um projeto de desenvolvimento. Precisamos de um projeto para este estado, em vez de irmos aos trancos e barrancos, cobrando uma carga tributária que espanta as empresas. Aliás, o Brasil, nesse ponto, é um país estranho.

Se você for a todos os sistemas da história da humanidade, desde o surgimento, desde o fim da era neolítica, quando o homem era nômade e passou a se organizar em cidades, nos vales férteis crescentes do Rio Nilo, na Mesopotâmia, quando começou a urbanização do mundo, desde que se inventou o Estado na idade antiga, a escrita, não encontrará nenhum sistema tributário na história da humanidade tão louco, tão injusto e tão maluco como o sistema tributário brasileiro. Não existe. Não existiu no feudalismo, na história antiga, não existiu no Império Romano; em lugar nenhum existe registro disso. Desconheço, como economista, registro, na história da humanidade, de um sistema tributário mais louco, mais doido e mais injusto e que está destruindo a produção de riqueza que o sistema tributário inventado no Brasil. Não existe nem na Fenícia antiga, nem no Egito, nem em lugar nenhum.

O Brasil precisa acordar para isso. Que confusão, que loucura, que colcha de retalhos, que destruição de riqueza, que sistema que impede a criação de excedentes para fazer o desenvolvimento econômico. Que loucura virou este país. Então, não podemos concordar com esse governo do PT e vamos votar contra esse projeto.

* – Sem revisão do orador.

57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/7/2017

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente e Srs. Deputados, fui surpreendido hoje, pela manhã, com uma ligação de um policial militar do Sul de Minas, que nos relatou que, na data de ontem, houve uma reunião na cidade de Santa Rita do Sapucaí, no auditório do Intel. Certamente os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antonio Carlos Arantes e os demais deputados com votação no Sul de Minas conhecem muito o lugar.

Mas o que nos preocupa, deputado João Leite, é que essa reunião foi determinada pelo comandante-geral da Polícia Militar, o Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, que foi, inclusive, ajudante de ordens do então prefeito Fernando Pimentel. Depois ele foi promovido a coronel pelo governador e hoje é comandante-geral da Polícia Militar. Na reunião marcaram a chamada para todos os policiais militares do 20º BPM, do 56º BPM e do 57º BPM – São Lourenço, Pouso Alegre e outras cidades daquela região. Fizeram uma chamada geral para os policiais militares.

O que me entristece, deputado João Leite, é que lá na reunião o comandante-geral da Polícia Militar teceu críticas a este deputado, dizendo assim: “Tem deputado que não ajuda, que é contra o PT, que só atrapalha”. E deu algumas alfinetadas. Toda a tropa entendeu que se tratava do deputado Sargento Rodrigues.

Em primeiro lugar, o que me deixa absolutamente triste é que – já disse isso em vários lugares que visito, da tribuna, das comissões –, infelizmente, o governo do PT é tão competente, mas tão competente que conseguiu cotar alguns coronéis da Polícia Militar para que esses não apenas exercessem a chefia de polícia, deputado Antonio Carlos Arantes, mas para que realmente absorvessem a ideologia partidária do PT. Como é o caso do ex-comandante-geral da Polícia Militar, o Cel. Bianchini, e também do atual comandante-geral da Polícia Militar, o Cel. Helbert Figueiró.

Gostaria de dizer ao Cel. Helbert Figueiró que não tenho absolutamente nada contra a pessoa dele, mesmo que tenha dado ordem no dia 21/4/2016, deputado João Leite, para que a tropa de choque jogasse gás lacrimogêneo. Não tenho absolutamente nada contra o comandante-geral da Polícia Militar. Mas, se eu fosse ele, teria um pouco mais de cuidado com as suas críticas e vou lhe dizer o porquê. Primeiro, deputado Antonio Carlos Arantes, se ele ganha hoje o salário de coronel de R\$29.500,00 por mês, é graças ao empenho deste deputado. Afinal, em junho de 2011, quem negociou com o governador Anastasia, quem sentou à mesa com o então secretário Danilo de Castro e Alberto Pinto Coelho, vice-governador, foi este deputado. Também foi este deputado que deu a resposta final: “Olha, isso aqui aceitamos”. E negociamos 101% de reajuste. Foi graças a este deputado, negociando com os governos Aécio Neves e Anastasia, que criamos o Promorar, que o governo do PT extinguiu; criamos o prêmio de produtividade, que o governo do PT extinguiu. Seis mil policiais e bombeiros militares foram beneficiados pelo Promorar militar durante os governos Aécio e Anastasia, mas o governo do PT acabou com ele. Acabou com o prêmio produtividade.

Graças ao governo do PT, Sr. Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, comandante-geral da Polícia Militar, não se pagam as diárias, não se pagam as férias-prêmio de 2014, não se paga ajuda de custo e diferença de promoção. Isso aconteceu com a última turma de soldados que chegou às cidades do interior do Estado, deputado Bonifácio Mourão. Sabe o que o comando da Polícia Militar fez? Exigiu do jovem policial, do soldado que tinha acabado de se formar que fizesse um requerimento para que fosse para aquela localidade abrindo mão da ajuda de custo. Olha a crueldade que o comando está fazendo. A ajuda de custo, Prof. Bonifácio Mourão, está prevista no Estatuto de Pessoal da Polícia Militar, que é a Lei nº 5.301, de 1969. O comando coagiu os policiais militares a abrir mão da ajuda de custo.

Recentemente rodei o Norte de Minas, deputado João Leite, e até falamos por telefone na quinta-feira que eu estava indo para Janaúba. Visitei Janaúba, Jaíba, Manga, Itacarambi, São Francisco, enfim, todas as cidades do Norte de Minas. Os jovens policiais militares, deputado Carlos Pimenta e deputado Antônio Jorge, foram coagidos a apresentar um requerimento ao comando da Polícia Militar abrindo mão da ajuda de custo.

Vejam a que ponto chegamos. Os policiais militares não recebem diária. O IPSM não está recebendo as obrigações patronais e nem mesmo as obrigações dos segurados. Aquela contribuição de segurado que é compulsória, o governo de Fernando Pimentel, do PT, não repassa ao Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais. E aí? Onde está o comandante-geral?

Sr. Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, não tenho nada contra a pessoa do senhor. V. Sa. pode ficar tranquilo que não tenho. Todas as críticas que eu farei à pessoa do senhor não serão no campo pessoal, serão da atuação do senhor como comandante da instituição. Então não venha fazer reunião com policiais militares e tentar atacar este deputado, porque é perda de tempo. E por quê? Comandante, sou autor de 48 leis, e a maioria dessas leis trouxe benefícios diretos para os policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários e socioeducativos. Repetirei, comandante, para que o senhor escute bem e se lembre disto: em todos os benefícios alcançados pelos servidores da segurança pública em Minas Gerais, de 1999 até o presente

momento, ou sou autor da lei, relator da lei, ou negociador com o governo. Não há nenhuma que não tenha passado pelas mãos deste deputado.

Então, quando o senhor for às regiões da Polícia Militar, reunir-se com os policiais militares, não faça uma crítica leviana. Se o senhor hoje recebe o salário que recebe, é porque este deputado aqui negociou. Não só o senhor, como os demais oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, os policiais civis, os agentes penitenciários e socioeducativos. Todos, porque participei de seis negociações de 1997 até o presente momento.

Eu queria que o senhor tivesse um pouco mais de respeito e consideração à pessoa deste parlamentar. Se temos hoje uma carreira jurídica de oficiais, é graças a este deputado; se existe hoje a carreira jurídica dos delegados, é graças a este deputado; se existe hoje uma carga horária definida em lei na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, é graças a este deputado; se as pensionistas dos policiais e bombeiros militares ou dos ex-guardas civis da Polícia Civil recebem salário integral, é graças às duas leis de autoria deste deputado. Portanto, acredito que o senhor deveria ter um pouco mais de cuidado. E, só de 2004 até o presente momento, já foram promovidos, na base da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, mais de 40 mil praças da PM e do Corpo de Bombeiros. Sabe por que, comandante? Porque este deputado negociou quatro leis com os governos Aécio e Anastasia: Lei Complementar nº 74, de 2004, Lei Complementar nº 95, de 2007, Lei Complementar nº 109, de 2009, e Lei Complementar nº 125, de 2012. Todas, comandante, passaram por este deputado.

Portanto, V. Exa., ao tecer críticas, deveria perceber todas as perdas que os servidores da segurança pública estão tendo no governo que V. Sa. apoia, e não na condição de comandante-geral, como deveria, como um cargo de confiança. Mas o senhor e os outros coronéis próximos e da mesma linha do senhor têm adotado uma política ideológico-partidária à frente da instituição, o que é péssimo. Os estragos que o senhor e o chefe do Estado-Maior da PM, Cel. André Leão, estão fazendo dentro da Polícia Militar levarão décadas para ser corrigidos. E muitas perseguições que estão sendo impostas jamais terão as feridas cicatrizadas, porque o comando do senhor é para perseguir praça e oficial que pensa diferente ou que tem críticas ao governo do PT em Minas Gerais.

Então quero deixar claro para o senhor: hoje o senhor recebe, apenas de salário, R\$29.500,00; mais o abono permanência, o senhor vai para R\$42.000,00, como coronel na Polícia Militar; e isso graças ao empenho, à dedicação, à persistência deste deputado, que talvez incomode muito o senhor pelo fato de ser sargento, e não coronel.

Posso dizer ao senhor, com muita tranquilidade, que, mesmo com as críticas que o senhor me faz em relação à reunião que fez no interior, porque sou oposição ao PT... Sou oposição com absoluta seriedade e satisfação. Não faço como ele faz, faço daqui da tribuna. Tudo que falo do senhor ou de qualquer outro chefe de polícia é da tribuna e não jogando indiretas ou fazendo críticas. Então, se eu fosse o senhor, pensaria melhor.

Se a Polícia Militar, hoje, tem um código de ética mais humano é porque este deputado foi o relator, em 2002, em 1º e 2º turnos, na Comissão de Administração Pública. Portanto, todos os benefícios – vou repetir, comandante, para o senhor nunca mais se esquecer –, todos os benefícios alcançados, de 1999 até esta data, passaram pelas mãos deste deputado, tanto os da Polícia Civil quanto os da Polícia Militar, os do Corpo de Bombeiros Militar e os do sistema prisional e socioeducativo. Em todos eles, ou sou o autor da lei, ou sou o relator do projeto, ou sou o relator e o negociador com o governo do Estado. Então, o senhor precisa ficar um pouco mais bem informado.

Sou oposição ao governo do PT com muita honra e satisfação, porque quem me mandou para a oposição foram os meus eleitores. Diga-se de passagem, no quinto mandato, fui reconduzido ao cargo com 99 mil votos. Somente nós, que exercemos mandatos eletivos, sabemos o tamanho da legitimidade que temos para ocupar esta tribuna e falar em nome do povo de Minas Gerais. Então, vou novamente dizer ao senhor: o senhor deveria estar preocupado com os policiais militares, que estão com coletes e munição vencidos e viaturas em péssimo estado, sob o seu comando. O senhor deveria estar preocupado com o salário, que está sendo parcelado desde janeiro de 2016. Não foi assim nos governos anteriores, o salário era pago no quinto dia útil.

Vou até fazer um ofício para o comandante-geral da Polícia Militar, porque quero saber o que o senhor está fazendo de concreto para reverter essa situação. O que o senhor está fazendo para não deixar os policiais militares serem atacados por quadrilhas, que estão estourando os caixas eletrônicos no interior e devastando Minas Gerais com o crime, e para repor munições velhas? Estive em Manga, e todas as munições estão velhas, vencidas, os coletes estão todos vencidos e as viaturas em péssimo estado. O que o senhor está fazendo para mudar esse quadro como comandante-geral da Polícia Militar? O que o senhor está fazendo para reverter o não pagamento das férias-prêmio, das diárias, da ajuda de custo e da diferença de promoção? O que o senhor está fazendo para que os salários dos policiais não sejam parcelados?

Vou dizer novamente ao Cel. Helbert Figueiró, comandante-geral da Polícia Militar: não tenho absolutamente nada contra o senhor. Porém, os atos que o senhor pratica devem ser fiscalizados por este parlamentar, porque é meu dever constitucional, acima de tudo.

Digo mais: mesmo que o Cel. André Leão, chefe do Estado-Maior, esteja fazendo vídeos apócrifos, atacando a imagem e a honra deste deputado, continuo destinando todas as minhas emendas para a área da segurança. Este ano, somente para a Polícia Militar – o senhor receberá o ofício –, serão destinados R\$1.000.000,00 em emendas deste deputado, e serão beneficiados 200 destacamentos. Isso é para mostrar o altruísmo, a grandeza e o respeito que tenho pela instituição, que não é do senhor, comandante. A instituição não pertence ao senhor nem ao governador. A instituição pertence aos mineiros. É uma instituição de Estado. Não é de coronel, muito menos de governador. O senhor pode ficar tranquilo que vou continuar beneficiando essa instituição maravilhosa, porque tenho orgulho de pertencer aos quadros da Polícia Militar de Minas Gerais, mesmo como sargento da reserva.

O deputado Carlos Pimenta* – Excelentíssimo presidente deputado Dalmo, Srs. Deputados, senhoras e senhores, pediria ao deputado Sargento Rodrigues um minuto de sua atenção, pois acabou de fazer um pronunciamento importante desta tribuna, não retrucando o que o comandante da polícia disse em sua fala, no encontro em que esteve presente, mas mostrando efetivamente o trabalho que vem fazendo nesta Casa. Acho que a polícia nunca esteve tão bem representada com a presença do deputado Sargento Rodrigues. Falo isso porque, todos os dias, somos testemunhas do trabalho que esse deputado, que é do meu partido, vem fazendo pela Polícia Militar e, se vem fazendo pela Polícia Militar, obviamente vem fazendo pelo povo de Minas Gerais.

Temos uma polícia que, se não é atendida em sua plenitude, não é por culpa nem por omissão do Poder Legislativo e do deputado Sargento Rodrigues, mas talvez por dificuldades, por um motivo ou outro. Nunca vi, em todo esse tempo em que convivemos – e estamos aqui há cinco mandatos –, desde o primeiro mandato, desde o episódio que o trouxe à Assembleia Legislativa, na época em que houve aquela greve, aquele movimento, a Polícia Militar sempre teve, na pessoa do deputado Sargento Rodrigues, um defensor incondicional. Faço questão de fazer este depoimento, não só agora desta tribuna, mas principalmente pelo contato constante que tenho com a Polícia Militar. A Polícia Militar é unanimidade nesta Casa. Então deputado Sargento, fico triste quando vejo um comandante que tem muito mais compromisso com o seu superior, que é o governador do Estado, do que com a tropa.

Hoje cedo eu falava, na reunião da Comissão de Direitos Humanos de que participamos, que não vemos na Polícia Militar o que estamos vendo constantemente no Rio de Janeiro: policiais sendo desligados, policias sendo denunciados. A Polícia Militar de Minas é uma polícia idônea, uma polícia séria, uma polícia cidadã. Por isso, quero trazer a público este depoimento, dizendo que o senhor efetivamente é um grande defensor, não de oficiais, não de nomes, mas da corporação. Parabéns, siga com o seu trabalho, pois tem o apoio desta Casa Legislativa.

Gostaria também, Sr. Presidente, de trazer um tema que acho muito apropriado para se discutir aqui, agora, e que vai nos pautar para o segundo semestre, a partir de agosto, mesmo porque, nesta semana, encerraremos este semestre trabalhado aqui na Assembleia de Minas. Quando o governo fala em recuperação econômica – não sou nenhum economista, como o deputado Felipe Attiê, que é um estudioso e conhecedor do tema –, acho que a recuperação da economia de Minas, a recuperação da economia do

nosso estado, que também vai refletir nas economias dos 853 municípios, passa obrigatoriamente pela recuperação das potencialidades regionais.

Lá, no Norte de Minas, podemos creditar, como principal fator de desenvolvimento de toda a região, de Montes Claros e de outras cidades, a pujança daquela economia com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene. Há algum tempo, os nossos representantes da Câmara Federal conseguiram inserir o Norte de Minas, os mais de 80 municípios do Norte de Minas, aqueles pertencentes à Área Mineira da Sudene, ao clima semiárido, dentro das ações da Sudene.

Isso trouxe, efetivamente, o desenvolvimento, trouxe o Parque Industrial de Montes Claros e empresas importantes, como o grupo da Coteminas, que pertencia ao ex-vice-presidente da República José Alencar. Trouxe empresas grandes, empresas de cimento, empresas têxteis e várias outras, como empresas da área biológica e as fábricas de insulina, as maiores da América do Sul. São empresas que transformaram aquela região.

Há um bom tempo não estamos vendo os olhos do governo do Estado voltados para a Sudene. Os recursos que chegam para ser aplicados no Norte de Minas – não estamos falando de milhões, mas de bilhões de reais – estão sendo gradativos, por falta da presença do governo, e minhas palavras não têm o tom de críticas contundentes político-partidárias. Elas têm, talvez, a finalidade de chamar a atenção do governo do Estado. Esses bilhões são redistribuídos no final do ano para outros estados brasileiros, para a Bahia, para o Ceará e para Pernambuco, porque somos incompetentes. Minas é incompetente para apresentar projetos, para fazer valer a força de Minas, para que possamos defender esses projetos e torná-los realidade. Minas é um estado incompetente diante da Sudene.

Só no ano passado, em 2016, perdemos R\$3.500.000.000,00 para o Ceará, para a Bahia, para Pernambuco, para Alagoas, para o Sergipe e para outros estados nordestinos. Esse valor deveria ser investido em Minas Gerais. Isso traz uma desolação muito grande. A cadeira permanente de Minas no Conselho Deliberativo da Sudene só foi, depois de 10 anos, reconquistada, restituída graças ao trabalho do presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – Amams –, o prefeito de uma cidadezinha com 7 mil habitantes. Trata-se do prefeito José Reis, que hoje é o presidente da Amams. Ele teve a ousadia de ir a Recife, na sede da Sudene, e reivindicar que a Amams pudesse ter esse assento na Sudene, uma cadeira permanente no conselho deliberativo, que é quem decide, que é quem discute, que é quem briga pelos projetos.

Antigamente, Antônio Jorge, em Montes Claros, víamos reuniões anuais da Sudene com a presença de todos os governadores do Nordeste brasileiro, mas aí tínhamos o Francelino Pereira e o Aureliano Chaves; tínhamos até o Newton Cardoso, que brigava para que a Sudene pudesse realizar essas reuniões aqui em Minas, em Montes Claros. Desde que esses governadores saíram, nunca mais tivemos uma reunião em Montes Claros. Era uma mesa redonda em que todos os governadores com seus assessores tinham assento. Eles liam projeto por projeto e diziam: “Temos o projeto de Minas Gerais, o projeto agropecuário”. Aí os governadores batiam o martelo.

Hoje, quando eles fazem a reunião, a cadeirinha de Minas está vazia, a plaquinha de Minas Gerais está cheia de teias de aranha, porque não há nenhum representante do governo. A última reunião em que houve representante foi quando o Aécio era governador. A reunião aconteceu em Pernambuco, e quem foi representando Minas Gerais, a região mineira da Sudene, foi o deputado Gil Pereira, que, à época, era o secretário de Desenvolvimento do Norte de Minas. A partir daí, nenhuma reunião. Pelo contrário, João Leite, perdemos o escritório da Sudene em Minas Gerais.

Tínhamos lá os técnicos que ajudavam os empresários. O empresário queria implantar uma indústria, e havia lá um escritório da Sudene. Ele costumava dizer: “O projeto tem de ser feito desse jeito. Minas vai ajudar nisso, vai ajudar naquilo”. Agora, vemos um silêncio total. Ninguém fala nada. Como vamos recuperar o Estado se não são valorizadas as potencialidades regionais? Como vamos trazer um crescimento para a nossa economia se não valorizamos o que temos de mais valor em cada região?

Estamos vendo que o governo só está sobrevivendo por causa dos depósitos judiciais; depois vieram os recursos do governo federal, a repatriação de recursos; no começo do ano, o dinheiro do IPVA; a venda da conta para o Banco do Brasil. Agora,

ele luta para ganhar um dinheirinho com os imóveis, essa confusão toda. Esses tropeços, esse caminhar aos trancos e barrancos chega a um fim, chega a um ponto que não tem mais onde tirar dinheiro. “Ah, encontro de contas do governo do Estado com o governo federal!” Isso é balela! Que encontro de contas? Seja quem for o governador ou o presidente, vai poder trazer recursos, fazer encontro de contas? Por que não fez isso na época em que a Dilma estava lá? Por que não fez isso na época em que o Lula estava no governo federal? Agora, com esse confronto com o Temer, que está se segurando a troco de toma lá dá cá, dando emenda para deputados, soltando dinheiro a torto e a direito, será que vai atender Minas Gerais em encontro de contas? Se há contas a serem acertadas, esse encontro durará pelo menos de 10 a 20 anos. Isso não será para este governo, para esta geração.

Tenho em mãos uma ação dos prefeitos do Vale do Mucuri, que o Antônio Jorge conhece muito. O prefeito da pequena cidade de Serra dos Aimorés, Iran Cordeiro, do meu partido, o PDT, é um homem que veio da iniciativa privada para mudar toda a estrutura administrativa do município. Cansado de esperar pelo governo, ele reuniu os representantes da Destilaria de Álcool de Serra dos Aimorés – Dasa –, que faz a moagem de 1.300.000t de cana por ano e vai produzir 500 mil litros de álcool por dia. Essa empresa estava fechada há vários anos, gerava 9 mil empregos diretos e indiretos na região do Mucuri, entre Serra dos Aimorés, Nanuque, Carlos Chagas e Teófilo Otôni. Junto com o Roberto de Jesus, prefeito de Nanuque, o Iran procurou o governo do Estado e agora luta para reativar a Dasa. Estava marcada para o dia 7 de julho a ida do governador a Serra dos Aimorés para fazer uma vistoria e participar dessa comemoração, mas, de última hora, ele cancelou a sua viagem. Não há problema. Ações como essa, o despertar dos prefeitos de toda a região, a última fronteira leste de Minas Gerais, enfim, tudo isso é muito importante. Serra dos Aimorés faz divisa com a Bahia por 9km; Nanuque, 15km para a Bahia e 20km para o Espírito Santo.

Quero fazer uma solicitação ao deputado Roberto Andrade. Estou falando da recuperação econômica do nosso Estado, que passa necessariamente pela recuperação econômica das regiões. O senhor é o presidente de uma das mais importantes comissões desta Casa, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, onde protocolamos uma solicitação para irmos até o Vale do Mucuri discutir com as empresas do setor sucroalcooleiro – são várias as empresas que produzem álcool e açúcar –, e com as empresas frigoríficas, como o Frisa, de Nanuque, que abate por dia mais de 900 cabeças de gado bem selecionado, mas tem problemas com a aquisição do gado.

Quando se compra gado em Minas Gerais, as taxas, os impostos são muito altos. Estão dando preferência para a aquisição de gado no Espírito Santo e na Bahia, e ninguém faz nada. O Maxi Beef, de Carlos Chagas, é outro caso. Gostaria de pedir ao senhor que marque, o mais urgente possível, essa audiência pública no Vale do Mucuri, e aí poderemos discutir, se Deus quiser, a produção de álcool, de açúcar, o abatimento desses animais e a exportação para a Ásia e para a Europa. Precisamos reagir. Não podemos esperar, como esperamos até hoje, que o governo de Minas faça alguma coisa por essas regiões. O governo está preocupado é com depósitos judiciais e com a repatriação de recursos, e não há uma reação da área econômica do nosso estado para tirar Minas do buraco. Estamos afundando cada vez mais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, Srs. Deputados, Sra. Deputada Marília Campos, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião plenária da Assembleia Legislativa, antes de começar a minha fala, concedo aparte ao deputado Tadeu Martins Leite.

O deputado Tadeu Martins Leite (em aparte)* – Obrigado, amigo deputado João Leite. Vou utilizar apenas 30 segundos do seu tempo. É apenas para convidar os telespectadores da TV Assembleia, os deputados aqui presentes, os companheiros que vejo aqui para uma audiência pública que será realizada nesta Casa, da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que discute a Lei Kandir. Temos aqui também uma comissão especial para tratar dessa questão, da qual, inclusive, sou presidente. Foi montada uma comissão especial na Câmara dos Deputados, e amanhã estará aqui o seu presidente, deputado Arnaldo, junto com diversos outros deputados federais que fazem parte dela, a fim de que possamos discutir em Minas Gerais, de forma muito aberta e verdadeira, o encontro de contas referente à Lei Kandir.

Assim, aproveito e convido todos para estarem aqui, na Assembleia Legislativa, amanhã, às 15 horas, para fazermos a discussão com a comissão especial da Câmara dos Deputados sobre a Lei Kandir. Muito obrigado, deputado João Leite.

A deputada Marília Campos (em aparte)* – Obrigada, deputado João Leite. É apenas para fazer um convite. Hoje à tarde, às 16 horas, retomaremos os trabalhos com a Comissão das Mulheres da Assembleia Legislativa. É um momento muito importante, porque vivemos a violação de direitos, as reformas trabalhista e previdenciária, que atingem, de forma mais aguda, a situação das mulheres. Certamente, essa comissão será um espaço de debate, de lutas e também de conquistas.

Assim, convido os deputados, as deputadas, aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, os funcionários e as funcionárias desta Casa para participarem desta audiência pública às 16 horas, na sala da Presidência. Muito obrigada, deputado.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Antônio Jorge e demais deputados, já está nas redes o que foi votado aqui hoje. Ontem houve uma manchete; hoje é uma diferente. A de hoje é esta: “Assembleia aprova projeto que permite a venda da Cidade Administrativa”. A de ontem dizia: “Deputados aprovam a criação de 800 cargos no Ministério Público”. Quem lê essa manchete vai pensar: os deputados estão vendendo a Cidade Administrativa? Quanto custa? Quem está ganhando esse dinheiro? Este governo que gasta R\$100.000.000,00 em publicidade consegue colocar uma manchete dessas no jornal.

Aí eu até aceito. Votei contra. Sou oposição a este governo, mas aqui é a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Ah, entre eles e os companheiros, morrem os companheiros deles. A Assembleia vai pagar o preço. O Parlamento de Minas Gerais é que paga o preço. Os deputados da base é que vão pagar o preço da venda da Cidade Administrativa. Os deputados da Assembleia Legislativa venderam a Cidade Administrativa. Essa é a manchete. Não é essa a leitura, deputado Antônio Jorge? V. Exa. é um analista. A leitura é essa. Gostam de colocar isso nas bancas de jornais, deputada Marília Campos. A manchete fica lá na banca de jornal. Quem lê a manchete acha que os deputados venderam, entregaram a Cidade Administrativa, onde há 20 mil servidores trabalhando.

O deputado Antônio Jorge foi secretário de Saúde ali. Ocupou praticamente um andar. Como era a Secretaria de Saúde antes? Eu lembro onde era. Era na Rua Sapucaí – um desastre. Era um desastre para os médicos, para os assessores, para o secretário, para todos os que trabalhavam ali. Minha mulher sempre diz isto: “Se você vai ver algum lugar para ficar, dê uma olhada no sol da tarde”. A Secretaria de Saúde na Rua Sapucaí pegava o sol da tarde. O secretário era cozinhado naquele sol da tarde que entrava por aquelas janelas grandes. Fui poucas vezes lá. Não era um lugar que fazia bem para a saúde.

O governo veio e construiu uma Cidade Administrativa. Agora a manchete diz que ela está vendida. Interessante que o governo diz que vai arrecadar com a venda desses imóveis do Estado R\$4.000.000.000,00. A avaliação da Cidade Administrativa é de R\$2.000.000.000,00. Metade do que o governo vai arrecadar é a venda da Cidade Administrativa. Esse complexo está avaliado em R\$2.000.000.000,00. Lembro bem dessa história. Lembro quando o governo queria reunir todos em um mesmo lugar. O primeiro lugar onde o governo queria criar a Cidade Administrativa foi na região de João Vítor Xavier, no Noroeste de Belo Horizonte. Houve uma conversa com o Ministério da Aviação, com a Aeronáutica para a Cidade Administrativa ser no aeroporto do Carlos Prates. Os representantes do PT faltaram botar fogo nesta Assembleia Legislativa. Não queriam de jeito nenhum: “É um absurdo a Cidade Administrativa naquele lugar. Lá não é lugar”. E a gente achava que era. Ali há o anel rodoviário, há a ampliação do anel rodoviário. Daria àquela região melhorias e geraria empregos. Acabou sendo no Jôquei Clube, que também veio trazer melhorias ao Vetor Norte de Belo Horizonte. Sempre o governo quis isso. Desde que entrou, havia críticas à Cidade Administrativa. Não consigo entender como as pessoas são assim.

Na minha experiência como atleta, achava muito engraçado quando estava na reserva do time e alguns jogadores, que também estavam na reserva, ficavam torcendo contra os que estavam jogando. Minha mulher que foi atleta olímpica dizia isso. Muitas vezes, o atleta está no banco de reserva e está torcendo contra o que está jogando vôlei, futebol, basquete. Não deveria torcer contra, deveria treinar para ser melhor do que o que está jogando. Aí, você dá excelência à equipe. O PT sempre torceu contra o governo,

sempre; torceu sempre contra a Cidade Administrativa. E agora? Agora eles têm de jogar. Eles têm de administrar este estado. Criticaram o choque de gestão. Criticaram o *Pro-Hosp*, em que o deputado Antônio Jorge tocou. E agora? Não pagam o Pro-Hosp e devem R\$6.000.000.000,00 ao município. Ainda bem que a Marília Campos está aqui na Assembleia. Se ela estivesse administrando a sua Contagem, com uma dívida para saúde dessas para a cidade, que recebe pessoas do entorno, pessoas de Esmeraldas e de outras cidades, estaria sofrendo muito.

O PT tem que jogar agora. Mas ele não sabe jogar. Paga a polícia de três vezes, e nossos policiais estão nas ruas, estão em nossas delegacias, atendendo até por 20 horas. O PT paga essas mulheres e esses homens em três vezes. Eles ficaram 12 anos recebendo até o quinto dia útil do mês e agora recebem em três vezes. Minha mãe é viúva de policial, e temos que ajudar com os remédios. Ela já sofreu isso nos governos do PMDB e do PT, o pagamento do funcionalismo era feito em sete chamadas. Minha mãe recebia no dia 29, já era outro mês praticamente. Pois é, o PT era aquele jogador que estava na reserva. Deram oportunidade a ele de jogar, mas ele não joga nada, é só um leão de treino. Treino é treino, jogo é jogo. Falar é fácil, mas entrar lá e encarar as dificuldades de uma administração não é para qualquer um.

Com muito prazer, concedo aparte ao Prof. Bonifácio Mourão, líder do governo do Prof. Anastasia e relator da Constituição do Estado de Minas Gerais.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte) – Deputado João Leite, é um prazer aparteá-lo. V. Exa., como sempre, está fazendo observações inteiramente procedentes e verdadeiras.

Aproveito o ensejo para comentar ligeiramente a abordagem de V. Exa. sobre a questão da Cidade Administrativa. Enquanto V. Exa. falava, eu lembrava aqui que, antes da Cidade Administrativa, presidente Dalmo Ribeiro e deputado João Leite, para irmos à Secretaria de Educação, tínhamos de ir à Gameleira; para irmos à Secretaria de Saúde, tínhamos de ir à Floresta; para irmos à Secretaria de Obras, tínhamos de ir ao Santa Efigênia; para irmos à Secretaria de Defesa Social, antiga Secretaria de Segurança, tínhamos de ir à Praça da Liberdade. Mas não éramos só nós, deputados, mas todas as pessoas que precisavam, principalmente o professorado, que tinha de estar sempre na Secretaria de Educação – e são cerca de 500 mil em Minas Gerais.

O deputado João Leite* – Prefeitos, presidentes de câmaras, vereadores...

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte) – E lembro também que, ao se deslocarem à Cidade Administrativa, aquele lugar com aquela construção majestosa, preocuparam-se muito com o Vetor Norte, que deslocou, em grande parte, o movimento para lá – o movimento estava carregado para o Vetor Sul, na direção de São Paulo. É lógico que isso não resolveu o problema de trânsito de Belo Horizonte, mas melhorou a situação. Além disso, veio a Linha Verde, veio a movimentação de Confins – quando o governador Aécio Neves pegou o governo, havia ali cerca de 600 mil passageiros por ano – hoje são 10 milhões por ano. Então, tudo naquela mesma direção. Ali se erguem alguns condomínios importantes. Mas, para tudo isso, a Cidade Administrativa tem uma contribuição muito grande, sem a menor dúvida.

V. Exa. está fazendo uma abordagem inteiramente procedente; daí, o motivo por que o aparteamos.

O deputado João Leite* – Muito obrigado, Prof. Mourão, pelo seu carinho, pelo seu trabalho pelo Estado de Minas Gerais e pelos seus ensinamentos para todos os mineiros, para todos os deputados e para as novas gerações. V. Exa. é um exemplo para todos nós. Não me esqueço de quando V. Exa. foi atacado em sua honra sendo prefeito de Governador Valadares, que saímos daqui para estar lá com V. Exa., porque acreditávamos em sua responsabilidade como homem público.

Por fim, queria tratar de um tema, justamente a questão da emenda votada em 1º turno pela maioria dos deputados e que permite que os agentes penitenciários contratados permaneçam no sistema. Quero dar alguns dados, a fim de que eles fiquem registrados. O Estado tem hoje mais de 70 mil presos e tem 32.674 vagas. Ou seja, Minas Gerais hoje possui um déficit de 37.326 vagas.

Com isso, o sistema prisional mineiro, como um todo, tem hoje uma lotação de 209%. Esses presos são distribuídos em 207 unidades prisionais, tendo sido 52 recentemente transferidas da Polícia Civil para a Secretaria de Administração Prisional, sem que houvesse a contratação de novos agentes. Ainda restam três unidades a ser assumidas pela Polícia Civil.

O concurso vigente, que tem permitido a contratação de agentes, é o Certame nº 8/2013, deputado Bonifácio Mourão – quando V. Exa. era líder de governo nesta Casa –, que tinha 7 mil agentes. Agora, foram nomeados os últimos 1.300 na última chamada. Para atender às 52 unidades que foram assumidas, seria necessário contratar 2.080 agentes, mas não foi contratado nenhum.

Então, está correta a assinatura de mais de 50 deputados. Está correta a votação dos deputados da Assembleia. Alguns gostam de dizer que é importante o momento, que é de desemprego, mas não é só por isso, é importante principalmente porque são eles que mantêm a segurança nessas unidades. Estamos vivendo um tempo, deputada Marília Campos, em que Nova Contagem tem um pavilhão de presos do PCC. Não dá para brincar com o sistema penitenciário. Em Minas Gerais, estão abrigados presos federais. Só temos cinco penitenciárias federais: aqui, em Francisco Sá, próximo de Montes Claros e na segurança máxima Nelson Hungria. Nós temos presos dessas organizações criminosas.

Noutro dia, na Penitenciária José Maria Alkimim, tivemos uma tentativa de resgate de presos. Não me lembro do número, se foi um ou dois criminosos mortos, mas sei que um policial militar foi baleado. Estavam sendo ouvidas as ligações de dentro do presídio. Só temos um presídio que intercepta ligações, portanto, estamos fazendo bem. Espero que o governo aproveite a oportunidade e aprove amanhã a emenda para manter esses agentes, alguns que já têm 15, 20 anos no sistema, com competência e que sabem o que fazer. O sistema de Minas Gerais é redondo e vem atuando com eficácia durante todo esse tempo.

Portanto, fez bem a Assembleia Legislativa, fizeram bem os deputados e as deputadas. Espero que o governo aproveite essa oportunidade. Por que votamos contrato para o Ministério Público, e não podemos votar contrato para o sistema penitenciário? Precisamos ter responsabilidade com algo tão delicado como o sistema penitenciário. Deem uma olhada no que aconteceu ultimamente no Brasil. Cabeças foram cortadas, Dr. Dalmo Ribeiro Silva. V. Exa., que atuou como advogado em várias situações, sabe o que é isso, sabe o que são cabeças cortadas, conhece a barbárie desse sistema em outros estados.

Imaginem que, hoje, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, um ex-agente penitenciário, um ex-secretário de Minas Gerais é o secretário no Maranhão. Outros secretários nossos, ex-agentes penitenciários, como Samuel Marcelino, foram convidados a ser secretários em outros lugares. Genilson Zeferino foi para Alagoas. Então, esse sistema tem qualidade. Não podemos perder essas pessoas, que estão treinadas e capacitadas.

Espero que amanhã mantenhamos essa votação e que tenhamos, especialmente durante o recesso, a deputada Marília Campos dormindo tranquila em Contagem, Nova Contagem sem problema e todas as outras unidades tranquilas. A presença deles é tranquilidade para a população, porque eles já mostraram que conhecem e têm competência. Obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, venho à tribuna para falar da Universidade do Vale do Rio Doce – Univale –, que completou 50 anos, no dia 7/6/2017, de serviços prestados não só àquela região do Vale do Rio Doce, mas também a todo o Estado de Minas Gerais e a boa parte do Brasil. Por ali já passaram cerca de 30 mil alunos. A Câmara Municipal de Governador Valadares prestou homenagem na semana passada à Univale pelos seus 50 anos. Posso dizer desta tribuna que Governador Valadares era uma cidade antes e é outra depois da Univale. É claro que o ensino fundamental básico é de grande importância para todos nós e é indispensável. Mas o ensino de 3º grau começou no Município de Governador Valadares e região com a Univale, que na época era o Minas Instituto de Tecnologia – MIT. Depois, foi crescendo e alcançando uma dimensão maior.

Nesta oportunidade, quero saudar toda a direção da Univale, na pessoa do presidente da Fundação Percival Farquhar, mantenedora da Univale, o Dr. Rômulo Coelho; saudar a reitora, na pessoa da ilustre advogada e professora, Dra. Lisandra Coelho; e

saudar todo o corpo docente e corpo discente, o corpo administrativo, os ex-alunos, todas as pessoas que contribuíram para o crescimento da Univale, assim como para o desenvolvimento do Vale do Rio Doce. Governador Valadares é uma cidade que se polariza cada vez mais, e a Univale dá uma contribuição muito forte nesse sentido. Não só a Univale, para a educação, como o setor de saúde e outros setores de prestação de serviço de modo geral.

Particularmente falando da Univale, farei um ligeiro histórico daquela grande fundação educacional do município. A Fundação Percival Farquhar é uma entidade civil sem fins lucrativos. Foi criada no dia 7 de junho de 1967 – quando eu estava indo para Governador Valadares como advogado, exatamente em fevereiro de 1968, para iniciar minha vida profissional – por iniciativa de um grupo de cidadãos preocupados com o desenvolvimento da educação de nível superior na região. Quero saudar os grandes pioneiros da Univale.

A FPF criou a primeira instituição de ensino e pesquisa, o Minas Instituto de Tecnologia – MIT –, seguida da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Fafi –, da Faculdade de Odontologia – FOG – e da Escola Técnica do Instituto de Tecnologia – Eteit –, surgindo assim a Universidade Tecnológica – Utec. Mais de 20 anos depois, em 1989, passou a se chamar Faculdades Integradas Vale do Rio Doce – Facivale.

Gradualmente, novos cursos e faculdades foram criados e, em 1992, o complexo educacional mantido pela FPF transformou-se na Universidade Vale do Rio Doce – Univale –, que atualmente possui em funcionamento 22 cursos de graduação, 2 cursos de pós-graduação *lato sensu*, 1 curso de pós-graduação *stricto sensu* na área interdisciplinar: mestrado em gestão integrada do território e, em breve, oferecerá o doutorado interdisciplinar em ciências humanas – Dinter –, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, além da oferta constante de cursos de extensão em diversas áreas do conhecimento.

A Univale possui dois câmpus, totalizando mais de 730.000m², com 56.000m² de área construída.

Atualmente, a Fundação Percival Farquhar é mantenedora da Univale, da Eteit, escola profissionalizante de nível técnico, e da TV Univale, um canal educativo e de interlocução com a comunidade. A Univale possui diversas clínicas odontológicas que atendem à comunidade por meio de programas de atenção específica a idosos, gestantes e bebês, além do atendimento ao público em geral. É considerada referência nacional em atendimento a pacientes especiais e conta com uma equipe multidisciplinar altamente qualificada no Polo Integrado de Assistência Odontológica ao Paciente Especial – Paope. Conta ainda com o ambulatório de lesões, unidade de referência para toda a região, oferecendo atendimento à comunidade na prevenção, acompanhamento e tratamento de feridas.

A Univale tem ainda como diferencial uma completa estrutura para a prática de esportes, denominada Centro Esportivo da Univale – CEU. O Serviço de Psicologia Aplicada – SPA – realiza atendimentos de baixo custo a adultos, crianças e famílias, além de orientação vocacional, psicologia escolar e jurídica. O Escritório de Assistência Judiciária – EAJ – e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejus – são espaços em que a comunidade encontra apoio e esclarecimento para conduzir questões legais, entre outras. Por causa de tudo isso, a Fundação Percival Farquhar celebra a tradição de mais de 50 anos de atuação no ensino superior, tendo como principal resultado o bom desempenho de seus egressos no mercado de trabalho.

Esse é o resumo, presidente, deputados e deputadas, da Univale, mantida pela Fundação Percival Farquhar e homenageada, com toda a justiça, pelo povo de Governador Valadares e região, por meio da câmara de vereadores da cidade. Estávamos presentes na ocasião e lá mesmo afirmamos que também faríamos um pronunciamento nesta Assembleia prestando justa homenagem a essa universidade que tantos serviços tem prestado não só a Governador Valadares, à região do Vale do Rio Doce e ao Leste de Minas Gerais, mas também a todo o Brasil. Eis que os ex-alunos daquela universidade estão hoje divulgando pelo Brasil inteiro e mesmo em outros países a imagem da Univale, uma imagem positiva, de ensino responsável, de dedicação, de trabalho e de projeção do desenvolvimento e da educação. Hoje, os olhos da Univale estão postos no caminho dos seus ex-alunos onde estiverem, pois, sem

dúvida, nascidos ali, em bancos escolares da Univale, e espalhados por todo o Brasil, são produto do seu ensino. É certo que são produto do ensino que receberam no berço, em casa, mas também do ensino e da educação que receberam da Univale.

Por isso, como Cidadão Honorário do Município de Governador Valadares, como pessoa cujos três filhos são nascidos nessa cidade e como deputado majoritário naquele município, não poderia me silenciar quando se comemoram os 50 anos de uma das maiores universidades de nosso estado e, sem dúvida, a maior universidade do Vale do Rio Doce. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O presidente – Também quero, deputado Bonifácio Mourão, em nome da Assembleia Legislativa e particularmente em meu nome, congratular-me com V. Exa. por esse brilhante pronunciamento em homenagem à sua querida universidade. Já tive a oportunidade de estar com V. Exa. e verificar o carinho que todos os alunos, professores e diretores dedicam a V. Exa. V. Exa. manifesta que essa universidade é o patrimônio do Vale. Creio que isso tem muita identificação com V. Exa., como professor e catedrático dessa respeitada universidade do Brasil. Parabéns! V. Exa. faz parte destes 50 anos, com certeza, semeando muitas letras da Justiça para o Brasil. Parabéns!

58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/7/2017

O deputado Antônio Jorge* – Mais uma vez, caríssimos pares, presidente Adalclever Lopes, é uma defesa da execução orçamentária da saúde tentando o aperfeiçoamento da nossa lei de diretrizes. Antes de abordar o assunto diretamente, acho que me cumpre agradecer ao deputado Durval Ângelo o gentil e republicano contraponto, mas é preciso insistir que o fato de alguma coisa não ter funcionado bem no passado não é razão para legitimar, a partir do nosso conhecimento e da nossa possibilidade de mudança, a manutenção do erro. Triste o parlamento que se *binariza*, mudando de opiniões de acordo com o momento em que está com a caneta na mão. Aqui, somos Poder autônomo; aqui, somos Poder; aqui, podemos fazer pela sociedade. Então, vamos deixar um pouco o jogo partidário e pensar nas nossas obrigações perante a sociedade.

Então, caríssimos deputados da base do governo, prezadíssimo líder Durval Ângelo, é mais uma tentativa de contribuição. Ora, o constituinte, a Lei Maior, prevê que devemos gastar 12% na saúde para garantir minimamente aquilo que foi consagrado como marco civilizatório para o Brasil: a saúde como direito fundamental do ser humano. Isso está na nossa Constituição e nos orgulhamos disso. Mas, para que o direito tenha faticamente uma correlação com a vida, é preciso garantir recurso para isso. Mas vejam o que acontece: em vista do caixa único do Estado... Aliás, é o governo, não este parlamentar, que reconhece no caixa único uma maestria orçamentária. Na minha visão, pelo contrário, o caixa único, no passado ou agora, está errado. Caixa único é para consagrar as receitas, não para executar aquilo que tem previsão constitucional. E há previsão legal, deputado João Leite, de que o recurso da saúde seja garantido, como o nosso. Está nas Constituições Federal e Estadual a garantia dos nossos duodécimos para manter funcionando este Poder e o Poder Judiciário. E está na Constituição, agora com a Lei nº 141, que a complementa, a previsão dos duodécimos da saúde para que o gestor da saúde em cada esfera de governo seja de fato gestor para corresponder à previsão constitucional.

A medida aqui é tão somente cumprir a lei federal que diz que cabe ao gestor estadual receber os duodécimos da saúde. Não temos essa previsão. Deputado Cristiano, o que acontece? Gestor da saúde vira secretário de Fazenda com enorme prejuízo. Há uma tensão interna e natural. A atividade-meio quer segurar perda e déficit, e a atividade-fim tem o seu compromisso precípua com a sociedade de executar a sua finalidade. É uma tensão saudável. Nem sempre sem complexidade que existe dentro dos governos. Então, sofri a tensão daquele que precisa gastar e daquele que precisa racionalizar o gasto. É bom deixarmos claro que o bom gasto é o gasto com qualidade.

Por isso faço uma defesa da potencialidade da gestão da saúde. O deputado Sávio hoje não tem cota financeira e orçamentária prevista sequer para fazer o seu planejamento. Como um gestor pode ser responsabilizado se nem sequer tem a previsão,

de fato, do que terá de cota orçamentária e financeira? É um descalabro. Está nas nossas mãos melhorar a potência da gestão da saúde. Não resolveremos tudo com isso, mas sim parte dos problemas a que assistimos hoje.

O deputado Durval Ângelo* – No original desse art. 40 que está dentro da lei, trata-se também do duodécimo dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública e do Ministério Público. Até penso que essa emenda seria muito boa se não gerasse muitas dificuldades de operá-la com os outros Poderes, porque o dispositivo original estabelece a obrigatoriedade de o Executivo elaborar cronograma anual de desembolso até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, mas excetua desse programa as despesas com pessoal, sentenças judiciais, dívidas e outros Poderes. O colega deputado quer que excetue também os gastos com saúde. Isso geraria dificuldade enorme de convencer o presidente da Assembleia Legislativa de que os gastos da saúde seriam excetuados do duodécimo como do Tribunal de Justiça. Até penso que seria muito bom na lógica do Poder Executivo e do governo, mas com muita dificuldade e crise para operar. Por isso, na questão um pouco até do relacionamento dos Poderes, oriento o voto “não”.

O deputado Gustavo Valadares* – Era para ser o deputado Sargento Rodrigues, mas a emenda está fora de ordem.

Essa emenda é importante, e certamente o deputado Rogério Correia vai votar conosco, pois busca garantir o reajuste do salário anual a todos os servidores do Estado – bandeira que é de V. Exa. Essa emenda garante o reajuste anual não só aos servidores da educação, mas a todos os servidores, conforme a inflação, obviamente. Então, conto com o voto de V. Exa. no painel. Serei breve porque não estava preparado para fazer o encaminhamento dessa emenda.

O deputado Durval Ângelo* – Vamos votar “não” porque já existe um regramento para o reajuste anual geral. É a Lei nº 19.973, de 27/12/2011. Quem governava o Estado nesse ano?

Então, essa lei estabelece diretrizes e parâmetros para a política remuneratória de servidores públicos das administrações direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e dos militares. Já a emenda original garante o poder da Assembleia. O que o governador diz na emenda original? “Lei específica vai determinar a concessão.” Isso só pode fazer a Assembleia Legislativa. Por isso, vamos votar “não”. Temos essa lei de 2011 que já garante todo o ordenamento de política salarial dos servidores.

O deputado João Leite* – Obrigado, Sr. Presidente. Para homenagear meu líder, deputado Gustavo Corrêa, serei extremamente breve.

A emenda diz o seguinte: “Deverá ser alocado para pagamento de precatórios um montante não inferior a 1% da receita corrente líquida do Estado ou a 30% do passivo total de precatórios apurado até 31/8/2017”.

O STF recentemente já decidiu: estados e municípios terão de quitar o estoque de precatórios até 2020. A proposta do nosso bloco é que o governo comece então a quitar e que separe um montante de recurso não inferior a 1% para começar o pagamento dos precatórios. O governo do Estado acumula hoje uma dívida de R\$4.500.000.000,00 em precatórios e não tem realizado os aportes para quitar essa dívida. A emenda busca garantir que o governo quite, no próximo ano, 30% do estoque de precatórios, de forma que a conta não fique apenas para o próximo governo. Sabemos que, além desses R\$4.500.000.000,00, se o governo continuar na toada de não pagar absolutamente nada de precatórios, vamos juntar R\$4.500.000.000,00 com R\$5.800.000.000,00 dos depósitos judiciais, e aí o Estado estará ingovernável.

Então, é um apelo que faço. Sabemos a história dos precatórios. Talvez aqui quem tenha mais ouvido falar sobre isso seja o próprio líder, deputado Durval Ângelo, envolvido na questão da Cidade Industrial. As famílias chorando por causa daqueles precatórios, e nem sabem a quantas andam aqueles precatórios da Cidade Industrial.

Então, o que a oposição pede, o que o nosso bloco pede é que seja reservado um percentual não inferior a 1% para que o Estado comece a honrar esses precatórios.

Está vendo? Fui extremamente breve. Muito obrigado.

O deputado Durval Ângelo* – Deputado João Leite, é um problema que hoje está sendo enfrentado na mesa de negociação no Tribunal de Justiça. A Prefeitura de Belo Horizonte e o Estado, nessa mesa de negociação, todo mês aportam recursos para pagamento de precatório, e isso tem avançado muito nos últimos tempos – uma ação do ex-presidente Pedro Bitencourt, do Tribunal de Justiça. Mas não existe um limite. Acho que não podemos, neste momento, engessar a LOA estabelecendo o limite de 1% ou 30% do total. A decisão tem data do Supremo, mas não tem prazo do parcelamento mensal. Acredito que vamos retomar o crescimento da economia e que, no ano que vem, possamos discutir essa medida melhor. Por isso temos posição contrária. “Não” à emenda.

O deputado Gustavo Valadares* – Presidente, pode começar a contar o tempo. Entretanto, essa emenda é tão importante para os parlamentares que vou subir à tribuna para explicar.

Quem estava escalado para falar era o deputado Felipe Attiê.

Essa é a emenda que permite a emenda de parlamentar se tornar impositiva. Essa emenda torna a emenda parlamentar impositiva. Essa emenda não tem bandeira, não tem lado, não tem situação nem oposição, tem a defesa da Assembleia Legislativa. Essa emenda torna a emenda parlamentar impositiva. Não tem governo, não tem oposição, tem Assembleia.

Esta semana, tive notícia de movimento de parlamentares, de diversos partidos, trabalhando em prol da emenda impositiva. Não existe A, B, C nem D, não há partido laranja, azul, cor-de-rosa nem amarelo. Essa é uma emenda que defende os interesses da Assembleia Legislativa. Trata-se de uma emenda impositiva. Tive notícia de parlamentares, esta semana, visitando a presidência, trabalhando, fazendo movimento para que isso se torne realidade. A oportunidade apareceu. Espero contar com todos, desde PMDB, passando pelo PV, PSDB, PT, pelo nosso PSD, pelo PHS, DEM, PR, PRD, PP, PTB, PPS, PSC, PRTB e PCdoB. É uma emenda impositiva. Gente, essa emenda não tem cor, não tem lado; é em defesa dos interesses da Assembleia Legislativa. Estou ansioso para ver o resultado. Muito obrigado, presidente.

O deputado Durval Ângelo* – É interessante, Sr. Presidente, o ex-governador Alberto Pinto Coelho, ex-presidente da Assembleia Legislativa, apresentou aqui uma PEC. O governador chamou todos os líderes, inclusive o líder que me antecedeu, e não conseguimos colocar nem em votação o pedido do ex-governador Alberto Pinto Coelho. Era também um orçamento impositivo, e não conseguimos emplacar. Eu me reuni na presidência com um grupo de diferentes partidos, e eles fizeram um pedido ao presidente, ontem. Vários partidos que estão aqui, e eu estava presente. Que o presidente coordenasse com os líderes do movimento para o aumento da emenda dos deputados, e o presidente comprometeu-se a coordenar, com a minha concordância total. Pergunto: se se delegou ao presidente da Assembleia a negociação do aumento do orçamento, já vamos tirar do presidente, hoje, essa delegação? Havia lá 12, 13 deputados na reunião. Então, nesse sentido, fico com a delegação dada ao presidente. Vivemos uma realidade de crise, de estrangulamento financeiro. Então, o meu apelo é que a gente vote “não” a essa emenda e que a gente tenha um olhar para os problemas reais e concretos em outras áreas do Estado.

Essa é que tem de ser a preocupação maior de um parlamentar. E o parlamentar tem de fiscalizar e legislar; na minha opinião, esses são os objetivos maiores.

O deputado Alencar da Silveira tem sido uma voz isolada, ao denunciar que as emendas deturpam o objetivo do Parlamento. Por isso, o meu encaminhamento é “não”, porque acredito na delegação dada ao presidente e no cumprimento dela a bom termo.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, presidente. Serei bem rápido. Caros colegas, tenho a certeza de que todos irão anuir à aprovação dessa emenda. Estamos tratando do princípio da transparência de obras. Sabemos da importância de a Assembleia conhecer efetivamente as obras que o governo, com certeza, fará durante a sua gestão em todo o Estado de Minas Gerais. Na Comissão de Obras, sempre há audiências públicas para conhecer as empresas, saber se as obras estão concluídas e o que falta para pagar. Então, estamos trazendo essa emenda para que a Assembleia tenha conhecimento, de quatro em quatro meses, em relatório da Setop, do Deop ou de quem for, de todas as obras que estão sendo edificadas e mantidas pelo governo do Estado durante a sua

gestão. Esse é o princípio da transparência. Com certeza, os deputados têm interesse nisso, principalmente em estradas, pontes, enfim, em todas as obras públicas para suas bases. O Estado, com certeza, executará o seu cronograma.

Então, estamos trazendo a questão para que a Assembleia tenha conhecimento. É importante, sim. O deputado não precisa fazer visita técnica, não precisa trazer engenheiro, não precisa discutir, não precisa fazer nada, porque ele vai ter o relatório completo do governo sobre as suas obras em andamento. Não há nenhum gasto aos cofres públicos. É exclusivamente um relatório que o Estado deverá mandar para a Assembleia Legislativa para que todos os parlamentares tenham ciência de como andam as obras, de suas conclusões e, com certeza, dos pagamentos em favor das empreiteiras responsáveis pela execução das obras.

Vejam V. Exas. que é, exclusivamente, também o princípio da transparência nas obras públicas – todos nós temos muito interesse em acompanhar essa questão –, em defesa dos nossos municípios e da nossa região, e gostaria de pedir ao estimado líder do governo que também possa anuir a essa questão. Acho importantes a transparência e a possibilidade de o Estado encaminhar a questão. Vamos discutir relatórios a partir do que for feito pelo Estado. Muito obrigado.

O deputado Durval Ângelo* – Com toda a admiração, respeito e amizade ao deputado Dalmo, essa história se parece um pouco com a daquele paraquedista perdido, que fica agarrado em cima de uma árvore. Um jovem passa embaixo da árvore, e ele lhe pergunta: “Onde eu estou?” E o jovem responde: “Em cima da árvore”. A resposta é correta, mas não ajuda em nada o paraquedista. A ideia é boa. Eu pergunto aos que foram secretários no governo anterior se há condições de operar essa medida quadrimestralmente. De jeito nenhum! Isso implica burocracia a mais que vamos criar para que o sistema tenha essa agilidade. Imaginem se dissermos: secretário de Saúde, deputado Antônio Jorge, o senhor poderia ter feito isso, quando foi secretário, com as obras da saúde? Não há condições. Isso implica o quê? A contrapartida é criar uma baita burocracia. É a resposta certa, está corretíssimo, mas talvez o paraquedista não tenha como utilizá-la. Isso vai gerar um conflito depois com o Poder, por isso encaminho “não”.

O deputado Gustavo Valadares* – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, essa emenda trata de algo que todos nós vivemos diariamente. Todos recebem prefeitos quase todo dia em seus gabinetes e escutam reclamações acerca do atraso no repasse das verbas do Fundo Estadual de Saúde. Somente aos municípios o Estado deve hoje mais de R\$1.500.000.000,00. Eu não estou falando de hospitais filantrópicos, senão a conta seria ainda maior. O que quer a nossa emenda destacada, a Emenda nº 32, é tornar obrigatória a execução orçamentária e financeira dos recursos previstos no Fundo Estadual de Saúde para repasse a municípios e entidades filantrópicas. Tenho a certeza de que o deputado Emidinho Madeira votará conosco, senão ficará contraditório o discurso que fez há minutos, ali ao microfone. Repito, somente aos municípios o Estado deve hoje R\$1.500.000.000,00. O que queremos é tornar obrigatório os repasses do fundo. Muito obrigado, presidente.

O deputado Durval Ângelo* – Essa foi a primeira emenda que rejeitamos, e agora ela está com uma roupagem nova. Nós já tivemos de tudo aqui, já tivemos uso de recurso da Copasa, na área de saneamento, lançado para a saúde, o que hoje não existe mais. Vocês se lembram muito bem da discussão imensa que ocorreu aqui no passado. A Lei Complementar nº 141, de 2012, está sendo cumprida integralmente. Ela permite os restos a pagar. Nós já dissemos que, de 2013 a 2014, foram quase R\$1.000.000.000,00; de 2014 a 2015, R\$1.500.000.000,00; e hoje, R\$3.000.000.000,00. É o que nós temos. Estamos votando uma lei e, se houver acerto de contas, o déficit para o ano que vem será de R\$700.000.000,00. Haverá um debate às 15 horas. Os deputados federais estavam aqui, assim como o advogado-geral do Estado. Portanto, essa matéria já ficou prejudicada na primeira votação. Por isso, peço voto “não”.

O deputado Gustavo Corrêa* – Deputado Alencar da Silveira Jr., início minha fala dizendo que a sua luta de anos em prol da emenda impositiva não surtiu efeito, diferentemente do que alguns andaram dizendo, nos bastidores, esta semana.

Pelo visto, deputado Durval Ângelo, todos aqui têm sido atendidos muito bem por emendas, pois a votação foi favorável. Fiz questão de fotografar o painel. Todos aqueles que vierem reivindicar alguma coisa da emenda impositiva votaram contrariamente – vamos dizer assim. Mas esse não é o tema do encaminhamento.

O tema que me traz aqui é que, sobretudo os deputados do Partido dos Trabalhadores, durante anos e anos, gostavam de vir à tribuna para falar sobre transporte, merenda escolar e bla-bla-blá para cá e para lá. Peço licença ao líder Durval porque, pelo visto, ele incorporou a caravana do bla-bla-blá bem, pois toda hora em que vai contrapor alguma emenda destacada, ele faz um bla-bla-blá, e não diz nada com nada, é um *sambarilove* total.

O que estou aqui querendo com a emenda do transporte escolar é obrigar que o governo faça a execução orçamentária desse serviço. Pergunto ao deputado Neilando Pimenta se, no Vale do Jequitinhonha, todos os seus prefeitos estão recebendo o transporte escolar em dia. Gostaria de saber se a merenda, de que o deputado Rogério Correia gostava de dizer, João Magalhães, que agora era perfeita, está chegando às escolas. Infelizmente não é essa a informação que chega ao meu gabinete todos os dias. Já tenho poucos prefeitos, deputado João Magalhães, até porque a base governista é muito grande e tem chegado às nossas bases com muita sede. Promessa de emendas ocorre todo dia, de R\$200.000,00, de R\$300.000,00, de R\$400.000,00, R\$500.000,00. É uma beleza o que os deputados têm oferecido. Espero que possam cumprir com esses compromissos, porque, diferentemente do que alguns pensam, as minhas emendas estaduais estão todas aguardando um documento da Secretaria de Governo que até hoje não chegou. Faz uma semana. Estou esperando, deputado Alencar, o remanejamento, porque acho que nem autorização eles dão.

Mas eu votei a favor do orçamento impositivo, porque as minhas emendas não estão resolvidas. Outros tantos dizem que é impositivo, mas querem é ganhar dobrado. Sabe como é, deputado João Magalhães? Isso, infelizmente, é um problema da prática política brasileira, o deputado Alencar sabe disso. Fica nesse toma lá dá cá. Só ganha emendinha, se pagar. Temos de parar com isso. Estamos aqui é para legislar e para trabalhar.

O deputado Rogério Correia até se ausentou, porque acho que vai haver um conflito e ele não vai poder votar nisso. Está presente, sim, está ali atrás, ao lado do diretor Cristiano. Que votem favoravelmente a essa nossa emenda destacada aqui para exigir que o transporte escolar seja pago. O aluno não tem culpa. O deputado Agostinho Patrus Filho conhece muito bem o Vale do Jequitinhonha e sabe a que horas as crianças acordam para estudar. Sabe que, se não houver transporte escolar, elas não chegam. Então, que o governo, deputado Carlos Henrique, que V. Exas. possam nos ajudar para que as crianças não cheguem desnutridas às escolas. É o que tem ocorrido, presidente. É muito triste.

Esse governo é irresponsável. É o governo do bla-bla-blá, deputado João Leite, e do tapinha nas costas. O deputado Bosco, coitado, traiu os companheiros dele aqui hoje. Enquanto os deputados estão aqui trabalhando, o deputado Bosco está lá tirando foto. Sou adversário político dele em Campos Altos. A cidade inteira está falando que o deputado Bosco representou todos vocês lá. Vocês passaram a procuração para ele, e ele representou bem. Preparem-se. Cuidado com os votos. Vocês estão preocupados com votos, e ele está de olho nos votos de vocês.

Então, espero, para manter a coerência, deputado Rogério Correia, que V. Exa., que não destacou aquela emenda que gostaríamos que o senhor tivesse destacado, nesse caso específico do transporte e da merenda escolar, vote conosco. Tenho certeza de que o governo vai entender o seu posicionamento, pois é uma política de governo e não uma política partidária. Então, temos aqui de fazer valer a execução orçamentária. Muito obrigado, presidente.

O deputado Fabiano Tolentino* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, boa tarde. Neste momento, estou aqui para encaminhar uma emenda que entendo ser muito importante: a que trata dos alvarás judiciais, a Emenda nº 34. Mas antes disso, Sr. Presidente, quero dizer que fico muito triste em saber que esta Casa abaixa a cabeça para o governo e, nessa nossa pequenez, não vota uma emenda impositiva.

Estou em outro projeto, Sr. Presidente, e provavelmente, daqui dois anos, não estarei nesta Casa. Mas é o momento de discutirmos esse ponto sim, porque não sabemos, daqui dois anos, qual será o nosso governo, se é esse que aí está ou se será outro. Esse ponto da emenda impositiva é bom para todos os deputados. Que ganhem mais os deputados da base que votarem com o

governo, porque realmente eles são cobrados lá na ponta pela sociedade, e que o deputado que não votar com o governo e que geralmente tem os louros da sociedade não ganhe aquela emenda, além do mínimo estabelecido, é mais do que justo.

Como meu projeto é outro, Sr. Presidente, enquanto vamos numa cidade indicar uma academia popular, uma ambulância, R\$30.000,00, R\$100.000,00, R\$60.000,00, o deputado federal indica R\$1.000.000,00 na mesma proporção que indicamos a nossa emenda parlamentar. Isso é nada para nós: R\$1.500.000,00, Sr. Presidente, é nada para o Legislativo.

Entendemos, e às vezes o líder passa isso, que emenda é instrumento de votação, que é por meio dela que se consegue ter voto nesta Casa, que ela é instrumento de governabilidade. Isso realmente me traz uma tristeza muito grande, fico triste em saber que deputados aqui votam trocando emenda, para pagar emenda. Eu não, Sr. Presidente, há três anos, o que recebi foi o que o governo quis pagar, R\$400.000,00 no primeiro ano. Mas é nossa obrigação e competência indicarmos, porque nós, como deputados, somos o elo que está olhando aquilo que o governo não consegue enxergar na base. Nós é que temos a competência de estar lá e de indicar para o governo o que de melhor ele pode fazer com o seu orçamento. Cabe a todos nós fazer essa indicação e ao governo pagar, porque é orçamento de governo. Não é abaixarmos a cabeça e votarmos projeto ruim para a sociedade a troco de emenda, isso é muito pouco para este Parlamento.

No dia em que soubermos realmente a força que temos, essa realidade vai mudar e aí seremos uma Minas melhor, seremos deputados melhores, porque independência, de acordo com a Constituição Federal, é tudo, é nossa base, é a independência da isonomia dos Poderes. Sem essa independência não somos nada, somos muito pequenos diante do poder que tem o Executivo.

Sr. Presidente, que possamos, sim, discutir a emenda impositiva da melhor forma possível, como dito pelo deputado João Vítor Xavier, para tirarmos uma melhor condição para esta Casa, para ajudarmos o governo com boas ações e, aí sim, a cada momento, termos as emendas aumentando. Assim poderemos fazer um bom serviço para Minas Gerais, sem nunca trocar emenda por voto, porque não concordo, não admito e não acho que é o certo para esta Casa.

Com relação ao assunto que me traz aqui, Sr. Presidente, a Emenda nº 34, a dos depósitos judiciais, votei contrariamente. Quando o fiz, falei aqui que daria problema. E deu. Foi o grande erro desse governo, no meu modo de entender, até agora, confiscar R\$5.000.000.000,00 que não são dele, que não pertencem a esse governo. Agora, quando uma pessoa ganha uma ação na Justiça, transitada em julgado, vai ao Banco do Brasil e pergunta: “Onde está o dinheiro?”. O governo pegou, não tem dinheiro. Para isso, Sr. Presidente, tiveram de ir ao ministro Alexandre de Moraes discutir uma ação alternativa, uma miscelânea que não consegue comportar toda a demanda que virá desse ano. Talvez pague até outubro, até setembro, mas não o ano todo. No ano que vem, o problema voltará. Conseguiram que o recurso não viesse para o governo este ano e fosse para o Banco do Brasil pagar essas demandas neste ano.

Estou acompanhando tudo. Aqui, nesta Casa, só tivemos 8 votos contrários aos depósitos judiciais, o que foi um grande erro, porque colocamos R\$5.000.000.000,00, que não pertence ao governo, em seus cofres. Na verdade, ele deveria ter feito de outra forma, talvez diminuindo cargos, diminuindo a máquina pública. Aí, sim, é governo, é gestão pública. Buscar R\$5.000.000.000,00 nos fundos e, agora, vender a Cidade Administrativa para pegar mais R\$5.000.000.000,00 por meio de imóvel, não é gestão pública. Não podemos admitir, por isso voto “sim” e peço aos deputados que votem “sim” nessa emenda que é importantíssima para Minas Gerais. Queremos que o pessoal chegue na boca do caixa e receba aquilo que é digno, aquilo que ganhou na Justiça. O governo jamais poderia ter-lhe tirado esse direito.

Por isso, Sr. Presidente, meu encaminhamento é “sim” à Emenda nº 34, que diz respeito aos depósitos judiciais que foram confiscados do Banco do Brasil, por meio da ilegalidade feita por este governo em 2015, com o apoio e a aprovação desta Casa, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Durval Ângelo* – Deputado Fabiano Tolentino, apesar de a Constituição estabelecer, quero lhe lembrar que o deputado tem imunidade no voto e na opinião, no Parlamento. Como V. Exa. classifica, fica parecendo que uns têm mais outros menos.

Primeiramente, quero fazer um desagravo a quem votou diferente do deputado Fabiano Tolentino, porque, coerência por coerência, poderia dizer que, quando V. Exa. foi governo, nunca apresentou aqui a proposta do orçamento impositivo. Então, todo deputado tem direito ou não de fazer ilações de como está votando ou porque está votando assim. Posso dar o testemunho, porque, no governo anterior, eu não fazia essas ilações em relação aos colegas deputados que, na época, eram de governo. É o direito de votar.

Por que somos contra essa emenda? Porque este Poder já votou a regulamentação dos depósitos judiciais, como V. Exa. disse, com 8 votos contrários. Então, se já temos uma lei votada na Assembleia, para que precisamos de uma nova? E mais, fica parecendo que a LDO, diferentemente de LDOs anteriores, é a solução total. Se vocês notarem, no governo passado, a emenda impositiva foi tratada numa PEC separada. Agora, está vindo como emenda na LDO. Nunca foi apresentada emenda na LDO. Temos uma legislação, a lei complementar, que trata de depósitos judiciais, que é emenda na LDO. A LDO não pode ser a lei do fim do mundo, que trata de tudo, que tudo está estabelecido nela.

Então, deputado Fabiano Tolentino, quero deixar bem claro que, se houve deputado que votou contrário e que, inclusive, participou da reunião de que ontem participei, está na liberdade dele, no direito dele. O deputado Gustavo Corrêa nunca ouviu e nunca vai ouvir nenhuma repreensão minha ou nenhuma observação depreciativa por ter votado de uma forma ou de outra. E eu fiquei feliz quando ele disse que escutou a minha entrevista de ontem sobre os fundos, quando disse que os seis fundos tinham de ser tratados de forma diferente, e que a oposição pode destacar capítulo e sessão e votar o capítulo e a sessão. E V. Exa. ouviu a entrevista e assim votou.

Aqui é um processo colaborativo, mas, antes de tudo, é preciso respeitar o voto de todos, mesmo contrário a nossa opinião. É disso que se alimenta a democracia: imunidade na opinião e no voto. Não fazemos repreensão ou ilações, porque recebeu tal benefício ou não. Aqui, todo mundo sabe que sempre briguei para que a emenda orçamentária seja obrigatória para todos, aquela que está na lei, apesar de eu achar que o Parlamento tem de cuidar de outras coisas. Encaminhamos para votar “não”, porque já temos uma lei estadual, deputado Fabiano Tolentino, que trata desse assunto. Não precisamos fazer uma emenda para modificar a lei estadual.

O deputado Dilzon Melo* – Meus prezados companheiros da Assembleia. O deputado Durval Ângelo sabe a amizade que devoto a ele e o respeito pela liderança, mas quero lhe fazer um pedido e propor-lhe um desafio: que ele comande, a partir de agora, aquele projeto do orçamento impositivo para 2019, quando não saberemos ainda quem será o governador. Será também benéfico para V. Exa. e seu grupo. Então, assumo esse compromisso de elaborarmos essa lei, a partir de 2019, porque aí não prejudicará nenhum governador. Não sabemos quem será, e estaremos trabalhando em prol da autonomia dos Poderes. Porque hoje é um beija-mão miserável ficar atrás do governador pedindo para pagar 10 paus, 50 paus, 100 paus para esse ou aquele município. Mas sabemos que a Câmara dos Deputados tem o orçamento impositivo de R\$15.000.000,00, e Câmara Municipal de Belo Horizonte tem de R\$2.000.000,00, fora a indicação de obras no valor de R\$8.000.000,00. Não é que estejamos subordinados ao governo, mas queremos autonomia de Poderes. Aí, sim, o seu voto será consciente, independentemente de quem estiver lá. Então peço aos líderes e ao líder Durval Ângelo, a quem admiro e respeito, que assumo essa liderança e que possamos fazer uma lei que beneficie a todos.

A Emenda nº 36 repete o óbvio. Estamos pedindo que o governo envie para esta Casa, em 30 dias, como forma de transparência, o relatório dos acréscimos no orçamento que ele faz. Porque ele pede transparência em tudo o que se faz. Eu vi esses dias o discurso de um deputado da base dizendo que o governo está há dois anos e meio tentando colocar a casa em dia, tentando pagar a merenda escolar, tentando pagar a saúde. Então, pergunto: vamos passar quatro anos tentando? Só tentando fazer alguma coisa? Só tentando colocar a casa em dia?

A Assembleia tem o seu Portal Transparência, e qualquer despesa dos deputados tem de ser publicada nele. Se vocês colocarem R\$50,00 de gasolina nos carros oficiais da Casa, isso tem de ser declarado no Portal da Transparência. Então, o que pedimos é que o governo faça a mesma coisa: que publique e mande para esta Casa o relatório das suplementações orçamentárias que faz. Até porque aqui suplementamos para Deus e para o diabo sem saber o que estamos fazendo. Vamos ser claros: esta Casa está se

tornando notória em falar uma coisa e fazer outra. Vemos aqui deputados que têm de baixar a cabeça porque fazem um discurso e votam de forma diferente. Fazem isso porque têm de demonstrar lealdade ao governo. Ora, vamos, então, pedir ao governo que demonstre toda sua capacidade, sua transparência, sua lealdade e sua honestidade mandando para esta Casa, em 30 dias, o relatório dessas suplementações orçamentárias, para que ela se oriente e possa fazer o que é de sua obrigação, que é fiscalizar o governo. É só o que peço: o óbvio ululante.

O deputado Durval Ângelo* – A emenda não trata de suplementação orçamentária, mas de contratos de operação de crédito, dos quais se publica o extrato. Não se pode publicar a íntegra de contratos de operação de empresas no BDMG, por exemplo, ou com prefeituras, por uma razão muito simples: alguns dados são estratégicos. Com relação ao contrato, qualquer deputado, que tem o seu poder de fiscalizar, pode ir lá e obter a informação. Então, não se divulga a íntegra do contrato para que não se divulguem dados estratégicos, por exemplo, de empresas que porventura estejam em dificuldades financeiras ou na Bolsa de Valores e para as quais isso implicaria desvalorização de ações. Por isso, é uma norma do Banco Central a publicação dos extratos, só dos extratos: por causa das informações estratégicas de clientes. Por isso, votamos “não”.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Acho importante aprovarmos essa emenda porque ela visa garantias orçamentárias para as parcerias público-privadas, um projeto cuja aprovação cresceu muito. Mas não adianta termos um projeto ou um programa se não garantirmos recursos para isso. Mesmo que sejam parcerias e que se busquem os recursos da iniciativa privada, o Estado tem suas contrapartidas a prestar. Na falta dessas contrapartidas, acaba-se aniquilando uma proposta ou mesmo inviabilizando uma parceria público-privada.

É como está acontecendo com o Aeroporto de Confins. O governador – na época, Aécio e, depois, Anastasia –, buscou grande parceria que viabilizou um aeroporto que hoje dá orgulho para o povo mineiro e que podemos dizer é de primeiro mundo. Nessa parceria, hoje vemos o Estado criar dificuldades para a empresa concessionária, fazendo com que cresça uma insegurança jurídica. E isso diante da necessidade de recursos, da falta de recursos financeiros e da capacidade de endividamento do Estado, que tem dificuldade, inclusive, de fazer investimentos. Um exemplo claro é a estrada entre Pimenta e Guapé, que já está pronta. Aliás, está aqui comigo o prefeito Ailton, nosso grande parceiro da cidade de Pimenta, que sabe bem o que estou dizendo. Faltam apenas 12km para serem pavimentados da estrada que vai de Pimenta a Guapé. A terraplanagem dos 12km está prontinha e 30km estão pavimentados, mas o governador não acaba essa rodovia. No caso da MG-050, o Estado ainda não entendeu bem a importância dessa parceria, que teve, sim, problemas e dificuldades, mas avançou muito e tem tudo para crescer.

Portanto, no momento em que o governador Pimentel abre as portas para as parcerias, é fundamental que se garantam recursos orçamentários também da parte do governo do Estado. Diante do atual cenário econômico tanto estadual quanto federal, se quiser ter grandes investimentos na área de logística e promover o desenvolvimento do Estado, gerar emprego e renda, é preciso fazer forte investimento em rodovias, em segurança. Enfim, em todas as áreas, é preciso haver boa parceria com uma empresa séria e idônea, que tenha *expertise* na execução do projeto, na execução dos serviços, bem como disponha de recursos para bancar a evolução do projeto. Capital de giro e conhecimento da área são aspectos fundamentais. É fundamental buscar parceiros que conheçam aquilo que é a necessidade, que é a aspiração do povo mineiro. Mas, para isso, o Estado tem de dar segurança jurídica e fazer a sua parte.

Essa emenda nossa faz com que se deem garantias e não se tenha contingenciamento orçamentário para aquele tipo de projeto. Conforme o entendimento do nosso bloco, é preciso haver parceria. O Estado entra, muitas vezes, até com apoio mais moral do que econômico, e isso, às vezes, é muito pequeno diante dos investimentos e do grande retorno que vai obter. Sem contar que o poder público hoje está engessado por legislações burocráticas extremas. Às vezes, o Estado quer fazer uma obra rapidamente, mas isso se torna impossível, em razão da licitação que deve ser feita. Por exemplo, o Banco do Brasil foi estourado em muitas cidades. Agora, na hora de fazer a reforma, gasta-se muito tempo e o banco fica fechado durante seis meses ou um ano, porque é preciso ser feita uma licitação pública. Aí, arreventa no mesmo dia, como aconteceu na minha cidade. Agora, com banco privado, na mesma

semana já tem lá um contêiner cheio de gente, como aconteceu em São Sebastião do Paraíso, e, automaticamente, o atendimento tem continuidade. Então, a iniciativa privada é solta, rápida e visa à qualidade e ao atendimento, e assim faz com que o produto chegue rápido até o cidadão. Enquanto isso, o poder público anda engatinhando e, muitas vezes, de marcha a ré.

Portanto, são fundamentais as parcerias, e parcerias que garantam os recursos na hora certa e da maneira certa. O Estado, então, tem de cumprir a sua parte. Da forma como colocamos, essa emenda garante a execução orçamentária daquilo que foi proposto pelo Estado. Muito obrigado.

O deputado Durval Ângelo* – É a mesma argumentação anterior. Aprovamos, mais cedo, dois fundos de PPP. Penso que garantia maior do que isso não existe, em que a parceria público-privada já vem regulamentada ali. Essa emenda seria apropriada ali, mas terão os recursos para pagar as PPPs.

Gostaria de dizer aos senhores deputados que o art. 41 trata do contingenciamento e elenca despesas que não são contingenciáveis – evidentemente, a parcela obrigatória da saúde e da educação. Você colocar como não contingenciável uma PPP engessa demais o orçamento. Ora, por que não se coloca no não contingenciável outras questões que talvez seriam mais prioritárias que a própria PPP? O empresário que investe numa PPP investe também em um cenário de risco. Aí teriam segurança absoluta, como os empréstimos de bancos privados, hoje, a aposentados do INSS. Quer uma segurança maior que essa, que está levando ao desespero tantos aposentados?

Então acho que é uma prudência. Entendo a preocupação do deputado Antonio Carlos Arantes, mas essa segurança para o empresário demos na lei dos fundos, que votamos, onde falamos dos dois fundos de PPP. Nesse sentido, o nosso encaminhamento é “não”. Não teria motivo de você colocar como não contingenciável a PPP, quando outras questões são mais importantes que isso.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/7/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 11/7/2017, que nomeou Bruna Micheliny Batista Pereira Ottoni, padrão VL-24, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sargento Rodrigues;

exonerando Renata Fonseca Rocha da Silva, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

exonerando Selma Aparecida de Moraes, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arlen Santiago;

nomeando Luciana Dolabella Lacerda Campos, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Léo Portela;

nomeando Paulla Mirella Texeira e Silva, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arlen Santiago;

nomeando Selma Aparecida de Moraes, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Wendell Leonardo Alves Pinto, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier.